



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO CAPES - 2020

**Autoavaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo
inserida na Plataforma Sucupira para avaliação da Capes**

Agosto/2021

Dados enviados - Coleta

Instituição de Ensino: CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

Programa: Poder Legislativo (53037014001P0)

Coordenador: FABIANO PERUZZO SCHWARTZ

Calendário: Coleta de Informações 2020

Ano base: 2020

Data do Envio: 28/05/2021

Situação: HOMOLOGADO PELA PRÓ-REITORIA

1.1 Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do Programa. (Incluir na descrição os objetivos e a missão do programa)

Os destaques apresentados ao longo deste relatório farão, sempre que apropriado, menção aos itens da ficha de avaliação para programas profissionais da Capes e da Área de CP&RI, colocando-os entre parêntesis com o prefixo FA (Ficha de Avaliação)

***FA 1.1.1: Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, em função da modalidade e vocação do programa.**

O Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados – PPG-Cefor, tem por MISSÃO a formação de profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente na instituição e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b).

O PÚBLICO-ALVO são servidores públicos dos três poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, e a sociedade.

Inserido no PPG-Cefor e em aderência a sua missão, encontra-se o Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), cujo OBJETIVO é desenvolver competências e habilidades de pesquisa para atuação qualificada e resolução de problemas complexos no âmbito do Poder Legislativo, com base no estado da arte dos saberes e práticas legislativas, contribuindo para a permanente renovação do Legislativo no cumprimento do seu papel democrático (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b).

O MPPL é o primeiro e único Mestrado Profissional voltado exclusivamente para a formação de mestres em Poder Legislativo no Brasil. Com início no primeiro semestre de 2013, o Mestrado alcançou o conceito 4 na avaliação quadrienal da Capes, período 2013-2016. Sediado em uma das principais casas legislativas nacionais, destaca-se por ser programa inserido no próprio lócus de pesquisa, o Poder Legislativo, o que define sua área de concentração e proporciona ambiente único ao desenvolvimento de corpo profissional qualificado, apto a compreender o Legislativo em profundidade e a atuar de forma diferenciada na área pública nas três esferas da federação. Inserido na Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI), possui sólido embasamento em Ciências Humanas, mais especificamente em Ciência Política. No entanto, dialoga com outras áreas do Colégio de Humanidades de forma interdisciplinar, como Direito, Administração Pública, Comunicação e Educação (FA 1.1.1.b). Esse diálogo pode ser percebido na transversalidade das linhas de pesquisa e na amplitude da formação acadêmica e profissional do corpo docente do MPPL, todos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, doutores, atuantes e pesquisadores nas diversas vertentes do processo legislativo, conforme currículo e áreas de interesse disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/corpo-docente> (FA 1.1.1.c).

Para cumprir com seu objetivo, o MPPL definiu como OBJETIVOS ESPECÍFICOS (FA 1.1.1.a; 1.1.1.b):

- 1) Instituir lócus para produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre o Poder Legislativo, nas dimensões inter e transdisciplinares, contribuindo para o fortalecimento do Parlamento e da democracia, com vistas ao desenvolvimento nacional.
- 2) Formar quadros avançados de recursos humanos, altamente qualificados, voltados à análise e à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional.
- 3) Aprimorar a atuação do Poder Legislativo por meio da profissionalização de seus servidores e de outros agentes que atuam junto ao Parlamento.
- 4) Desenvolver pedagogia do conhecimento que integre pressupostos teóricos, metodológicos e educacionais com as práticas profissionais e características do Legislativo e da sua área de saber, promovendo, assim, a interconexão entre os saberes e as práticas.

Nesse sentido, espera-se DO EGRESSO do MPPL (FA 1.1.1.a) PERFIL fundado em sólido conhecimento do processo legislativo e das práticas inerentes às casas legislativas, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional. O desenvolvimento de tais competências provê ao egresso aptidão para inovar e transformar no seu fazer cotidiano, bem como estabelecer diálogo estreito com as realidades e desafios do Poder Legislativo. Desse modo, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, por meio do método científico e da reflexão integradora dos diversos olhares sobre o Parlamento.

Em trajetória determinada e desafiadora, o Programa aponta para a VISÃO DE FUTURO de se consolidar como referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos, com contribuições efetivas para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo, para a geração de impactos socioeconômicos e para o trato das políticas públicas, alcançando, dessa forma, o mais alto reconhecimento perante o Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a sociedade.

Como DIRETRIZES ESTRATÉGICAS do Programa, destacam-se:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover ações transformadoras e colaboração em processos de trabalho e atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

Trata-se, portanto, de programa com VOCAÇÃO ampla, cujos impactos institucionais, pela natureza da atividade legislativa, se constituem em contribuições para políticas públicas e estratégias corporativas na esfera federal, com desdobramentos nos âmbitos estadual, municipal e internacional.

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, o PPG-Cefor, ao longo do quadriênio 2017-2020, consolidou e ajustou suas linhas de pesquisa, estrutura curricular e ações de suporte a projetos de pesquisa conforme relatado a seguir.

O MPPL fomenta a pesquisa científica básica e aplicada, com foco na área de concentração Poder Legislativo e em três LINHAS DE PESQUISA (FA 1.1.1.a; 1.1.1.c):

1. Gestão Pública no Poder Legislativo

Estuda a burocracia pública como elemento relevante na construção da democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

2. Processos Políticos do Poder Legislativo

Dedica-se a compreender o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo, em geral, e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis, em específico; a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

3. Política Institucional do Poder Legislativo

Tem como campo de estudo os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas merecem destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

A ESTRUTURA CURRICULAR do MPPL foi concebida de forma a consolidar uma base de conhecimento geral em sua área de concentração, assim como proporcionar estudo aprofundado em cada uma das linhas (FA 1.1.1.a). Os 30 créditos necessários à integralização do curso são distribuídos em três grupos de atividades (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/estrutura-curricular>): o primeiro é constituído pelas disciplinas, que somam 14 créditos; o segundo se refere a Atividades Complementares, com 6 créditos; o terceiro compreende a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), correspondente a 10 créditos (FA 1.1.1.d).

As disciplinas, todas com carga horária de 30 horas (2 créditos), são divididas em obrigatórias e optativas. As obrigatórias são três: a) Seminário em Poder Legislativo; b) Seminário de Pesquisa; e c) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. A primeira provê visão sólida sobre a estrutura e os fundamentos do Poder Legislativo, discute os diversos campos de estudo e investigação e estabelece os pontos de integração e diálogo entre as três linhas de pesquisa. A segunda proporciona orientação metodológica para a elaboração do projeto de pesquisa. A terceira prepara o aluno para a elaboração do TCC, com metas específicas que objetivam tornar o discente apto à etapa de qualificação ao final da disciplina. As disciplinas optativas são pautadas, por um lado, na necessidade de oferecer ao discente uma visão contextualizada de aspectos das áreas de conhecimento do curso e, por outro, na interlocução entre as linhas de pesquisa, construindo a unidade do campo de conhecimento definido na área de concentração. Há, também, disciplinas de cunho metodológico que proveem a base do método científico e recursos sofisticados de análise. Tal percurso permite que o aluno participe individual e coletivamente da construção do campo do saber do Legislativo.

Durante o quadriênio 2017-2020, o PPG-Cefor estabeleceu, em Colegiado e com a participação dos docentes das três linhas de pesquisa, um elenco de disciplinas optativas por linha de pesquisa/método que foram oferecidas de forma sistemática e equilibrada por docentes permanentes e colaboradores durante os semestres letivos (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder->

legislativo/estrutura-curricular). As disciplinas de caráter estruturante e de maior procura por discentes regulares e alunos especiais foram oferecidas todos os anos, como Administração Pública Legislativa (Linha 1), Teorias da Democracia e Representação (Linha 2), Gênero, Poder e Representação Política (Linha2), Análise do Discurso (Linha 3), Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas (Métodos) e Teoria dos Jogos (Métodos). Houve, também, revisão das ementas e da bibliografia, para que estivessem alinhadas aos objetivos do MPPL, assim como às discussões atuais e aos projetos de pesquisa do corpo docente. O equilíbrio na oferta de disciplinas de acordo com o tamanho do corpo docente é fruto de atenção constante da Coordenação de Pós-Graduação, que estrutura o calendário acadêmico anual. Além disso, o “Regulamento de credenciamento, descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do MPPL – Quadriênio 2017-2020” estabelece, no parágrafo 6º, que o docente permanente deve ministrar, pelo menos, quatro disciplinas no quadriênio (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>) (FA 1.1.1.d).

As Atividades Complementares (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>), que contemplam uma série de atividades extraclasse pertinentes à pesquisa do aluno, são realizadas sob a supervisão do orientador e têm o objetivo de ampliar e fortalecer o processo formativo, aproximando-o da realidade social e profissional (FA 1.1.1.e). São classificadas em duas categorias: a primeira é constituída por atividades acadêmicas, as quais devem ser efetivadas por meio de participação em eventos acadêmicos e científicos, projeto de pesquisa, divulgação científica por meio de publicação e divulgação de bases de dados de pesquisa; a segunda é constituída por atividades supervisionadas, que proporcionam ao discente a oportunidade de explorar o tema da pesquisa em atividades profissionais, em sessões plenárias e reuniões de comissões como observador, e por meio de entrevistas com parlamentares e autoridades ligadas ao Poder Legislativo.

O TCC compreende a elaboração, a qualificação e a defesa final. A qualificação e a defesa são antecedidas por Seminários preparatórios. Seguindo entendimento da Capes sobre as modalidades de TCC para mestrados profissionais, em que são valorizados a capacidade de disseminar conhecimento e o impacto social, o PPG-Cefor recomenda que sejam fomentadas as seguintes modalidades no âmbito do MPPL (de acordo com Portaria Normativa nº 17/2009 do Ministério da Educação e o Ato da Mesa nº 54/2015 da Câmara dos Deputados): Artigo; Desenvolvimento de aplicativos ou de softwares; Desenvolvimento de materiais didáticos e instrucionais; Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas; Dissertação; Estudos de caso; Patente e registros de propriedade intelectual; Produção de programas de mídia; e Projetos técnicos. O rol é exemplificativo. Conforme estabelece o §2º do art. 28 do Ato da Mesa nº 54/2015: “Mediante proposta avalizada pelo orientador, o discente pode solicitar ao Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo a realização de TCC em modalidade diversa, desde que entre as previstas pelas normas educacionais vigentes”. As orientações a discentes e docentes sobre as diferentes modalidades de TCC foram disponibilizadas em um Guia de modalidades de trabalho de conclusão de curso, aberto para consulta pública (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>).

Considerando o amplo arcabouço temático que os estudos legislativos proporcionam, adequadamente estruturados pelas três linhas de pesquisa do MPPL, o PPG-Cefor fomenta e apoia PROJETOS DE PESQUISA de docentes, discentes e egressos no âmbito dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) (FA 1.1.1.c), que são instituídos sob as seguintes diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao

funcionamento do Poder Legislativo; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e enriquecer as atividades parlamentares e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio da disseminação do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor (FA 1.1.1.e). Além disso, os projetos devem ser vinculados a temáticas que se relacionam com as linhas de pesquisa do MPPL (FA 1.1.1.a), conforme determina a Portaria 31/2006 da Câmara dos Deputados (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes>).

Durante o quadriênio 2017-2020, a reorganização dos GPEs pelo PPG-Cefor visou fortalecer as linhas de pesquisa do Mestrado e incentivar a produção intelectual entre docentes e discentes. Dessa forma, os GPEs foram institucionalizados por meio de credenciamento no Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq e classificação na categoria “permanente”. São credenciados os GPEs ativos cuja coordenação estiver a cargo de servidor Doutor e cuja produção for comprovada por publicação científica (FA 1.1.1.c). Ao final de 2020, o Programa contava com 11 GPEs ativos e credenciados, sendo 10 coordenados por docentes do MPPL, com a participação de 79 pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos. São eles (FA 1.1.1.a; 1.1.1.c; 1.1.1.e):

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise

Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).

- Gestão de Pessoas, Informação e Conhecimento

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1315334382822346>).

- Interfaces Contemporâneas da Política de Informação

Coordenação: Prof. Dr. Terezinha Elisabeth da Silva, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>).

- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas

Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/588906>)

- Discursos e projetos de mudança social

Coordenação: Prof. Dr. Júlio Roberto de Souza Pinto, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3030865843203535>).

- Gênero e Representação Política

Coordenação: Prof. Dr. Giovana Dal Bianco Perlin, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607166>).

- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil

Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>).

- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros

Coordenação: Prof. Dr. Cristiane Brum Bernardes, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>).

- Parlamento Digital

Coordenação: Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8349790852090039>).

- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social

Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>).

- Afetos e Política: o lugar dos afetos e dos desejos na ação política e no funcionamento das instituições políticas

Coordenação: Dr. Mauricio Suhett Spinola – Linha 3
(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607351>).

Em novembro de 2020, a pesquisa no contexto dos GPEs ganhou o reforço da participação de alunos de graduação com a aprovação do Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC). O PIC faz parte do Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 e aguardava aquiescência da Casa desde 2018 (Regulamento disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2020/portaria-307-30-novembro-2020-790884-publicacaooriginal-161923-cd-dg.html>). O PIC tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto a docentes do Programa. Assim, serão selecionados projetos de pesquisa coordenados por docentes do PPG-Cefor que estejam alinhados com as linhas de pesquisa do MPPL e com as demandas estratégicas da Casa. Os bolsistas receberão apoio para a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa e acesso a livros e periódicos da Biblioteca da Câmara. Ao final da bolsa, deverão apresentar o resultado de seu trabalho na Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa ou eventos do gênero. Assim, a pesquisa acadêmica se fortalece e o Programa atua de forma ativa em ligação com a graduação para impactar a sociedade de forma positiva.

*** FA 1.1.2: Adequação e suficiência da infraestrutura disponível, em relação à missão, objetivos e modalidade do programa, bem como à dimensão dos corpos docente e discente.**

O Cefor está instalado na área do Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, ligado ao Edifício Principal, na Esplanada dos Ministérios, por meio de transporte gratuito e regular, que cumpre o percurso em cerca de 5 a 10 minutos. No prédio escolar, desenvolvido/equipado para receber educandos, educadores, servidores e demais cidadãos, estão disponíveis para reserva pela Pós-Graduação cinco salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar-condicionado e apontador automático de lápis, sendo uma com capacidade para 50 alunos, três com 30 lugares e uma para grupos de 16 discentes (FA 1.1.2.a; 1.1.2.c). O Cefor também possui três laboratórios de informática: duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos (FA 1.1.2.b). Os laboratórios são equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe) (FA 1.1.2.c). O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes.

O Cefor também possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência e estúdio de vídeo que abriga equipamentos capazes de criar vídeos institucionais e instrucionais para auxiliar as atividades de ensino (FA 1.1.2.a). Há, ainda, duas salas multiuso, usadas para reuniões, cursos e trabalhos que necessitem metodologias colaborativas e inovadoras. Com design leve e versátil, o mobiliário conta com mesas projetadas para se adaptar às constantes mudanças dos espaços educacionais. As salas dispõem de um computador e são também usadas para estudos, para a orientação de alunos da pós-graduação e para interações de grupos de pesquisa (FA 1.1.2.f).

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como reuniões, oficinas, socialização e integração (FA 1.1.2.a; FA 1.1.2.f). O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de

combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 14 lugares. Possui, também, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura dessa Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc (FA 1.1.2.a; FA 1.1.2.f). Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial, de Áudio e Vídeo, de tradução simultânea e de linguagem de sinais (LIBRAS) que dão suporte aos eventos de maior porte do Cefor, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que com os veículos de rádio, TV e jornalismo contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

Destaca-se, também, que docentes e discentes do MPPL têm acesso à estrutura de educação a distância do Cefor (FA 1.1.2.c; 1.1.2.d). Durante o ano de 2020, as disciplinas foram ministradas em formato virtual, ao vivo, por meio da plataforma Zoom. Em complemento às aulas, a plataforma Eleve (ambiente customizado Moodle de aprendizagem dos cursos a distância da Câmara dos Deputados) funciona como repositório de materiais e conteúdo, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos por meio de fóruns, chats, wikis, etc. Com a plataforma, aluno e professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado, como Accountability Política, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, entre outros (www.camara.leg.br/ead). A plataforma também foi utilizada com sucesso na condução da etapa de provas discursivas do processo seletivo para alunos regulares 2019/2020. Além disso, docente e discentes contam com o repositório de vídeos dos eventos realizados pelo PPG-Cefor e pelo Cefor disponíveis para consulta nos canais do Youtube <https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos> e <https://www.youtube.com/channel/UCFXSjINWXSBC4UI68FZouhQ>.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Coordenação de Pós-Graduação, com 13 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas administrativas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, 14 microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados (FA 1.1.2.a).

Durante o quadriênio 2017-2020, a Coordenação buscou equipar-se de forma a melhor atender seu público (docentes, discentes, egressos e comunidade acadêmica) e atingir os objetivos do Programa. Para isso, em 2019, adquiriu assinatura da ferramenta Atrio (renovada em 2020), que consiste em conjunto virtual de componentes de serviço de apoio à gestão de programas de pós-graduação e instituições de pesquisa, promovendo a adequação e melhoria da infraestrutura de gestão (FA 1.1.2.c). Dentre outras funcionalidades, a ferramenta permite a importação e transferência automática das informações cadastradas nos currículos Lattes do corpo docente para a Plataforma Sucupira, possibilitando a gestão mais eficiente dessa que é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Além disso, para facilitar a coordenação dos GPEs da Câmara, foi elaborado o Sistema GPE, uma plataforma eletrônica que contém informações sobre os integrantes, linhas de pesquisa, relatórios e prazos de cada

grupo ativo e encerrado nos últimos cinco anos (FA 1.1.2.c). Por fim, para realizar o acompanhamento das Atividades Complementares dos discentes, foi adotado sistema informatizado para lançamento e controle dos dados dos alunos, melhorando a infraestrutura de gestão (FA 1.1.2.c).

Merece destaque o programa Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do PPG-Cefor pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz, que é uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, com número de registro BR512020002538-2 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, cujo objetivo é acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio da geração periódica de extratos (FA 1.1.2.c). Dessa forma, pretende-se subsidiar esses cursos com informações capazes de atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. Os códigos e orientações estão disponíveis em <https://github.com/Cefor/extratolattes>.

BIBLIOTECA

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>) (FA 1.1.2.e) integra o Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados. Destaca-se que a utilização e empréstimo do acervo da Biblioteca é de uso exclusivo dos servidores da Casa. Entretanto, ao discente do curso MPPL que não pertence ao quadro de servidores é concedida autorização para utilização como os demais servidores, quando este se matricula no curso.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo em pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados (FA 1.1.2.d; 1.1.2.e). Periodicamente, são oferecidos treinamentos de acesso e utilização das bases de dados pelos servidores do CEDI aos discentes e docentes do PPG.

O CEDI dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo

a servidores da Casa e alunos do PPG-Cefor, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

EDIÇÕES CÂMARA

A Edições Câmara é uma editora mantida pela Câmara dos Deputados com missão de publicar livros que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia. A editora tem por valores o design social e o cuidado no tratamento editorial, com o objetivo de proporcionar meios para que se alcance a mudança social positiva. Suas linhas editoriais compreendem temas relacionados ao Poder Legislativo, estudos e debates sobre o Parlamento, cidadania, ciência política, direito e história, dentre outros, bem como publicações de caráter administrativo da Câmara dos Deputados. As produções de caráter acadêmico passam por avaliação de comitê editorial que verifica sua adesão às linhas editoriais e ao rigor do método científico. Trata-se, portanto, de suporte externo ao PPG-Cefor, que encontra na editora um locus para publicações de qualidade pertinentes à área de concentração e às linhas de pesquisa do Programa. No quadriênio, obras autorais, capítulos e livros organizados por docentes e discentes do PPG-Cefor foram financiados pela Edições Câmara, como “Letramento Político: A Perspectiva do Legislativo”, “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, “Desafios da Consolidação Democrática na América Latina”, “150 Termos para Entender Política” e “Violência contra a Mulher” (publicações disponíveis em <https://livraria.camara.leg.br/>).

Portanto, as instalações físicas e virtuais disponibilizadas pelo Cefor e pela Câmara dos Deputados mostram-se suficientes para a condução das atividades do PPG-Cefor, como aulas, reuniões e eventos, havendo prioridade para uso dos espaços pelo Programa e capacidade de atender o corpo docente e discente, além dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que a localização privilegiada do Cefor como parte da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional é um facilitador para que docentes, discentes, egressos e comunidade acadêmica ligada ao Programa tenham acesso e se relacionem com o objeto de estudo do Mestrado: o Poder Legislativo.

1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa. O MPPL é programa com vocação interdisciplinar e dispõe de corpo docente com formação diversa e compatível com a área de concentração em Poder Legislativo. Os professores permanentes e colaboradores integram as três linhas de pesquisa, segundo suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. A qualificação acadêmica, didática e técnico-científica do corpo docente é objeto de avaliação periódica.

O MPPL é programa com vocação interdisciplinar e dispõe de corpo docente com formação diversa e compatível com a área de concentração em Poder Legislativo. Os professores permanentes e colaboradores integram as três linhas de pesquisa, segundo suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. A qualificação acadêmica, didática e técnico-científica do corpo docente é objeto de avaliação periódica.

A partir do resultado da avaliação Capes 2013-2016, o Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 (FA 1.3.1) definiu uma série de ações a serem executadas com o intuito de aprimorar a atuação do corpo docente do MPPL. As ações estratégicas compreenderam: 1. Ingresso de professores colaboradores – processo seletivo; 2. Avaliação das normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão; 3. Avaliação periódica do corpo docente para reenquadramento e credenciamento; 4. Avaliação periódica das disciplinas e docentes pelos alunos (Plano e ações estratégicas do PPG-Cefor disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>).

As ações e as características do corpo docente do Programa serão detalhadas a seguir, conforme itens de Ficha de Avaliação:

*** FA 1.2.1: Composição, formação e dedicação do Corpo Docente**

Em consequência das ações definidas no Plano Estratégico 2017-2020, houve variação na composição do corpo docente ao longo do quadriênio devido à entrada de docentes por seleção em 2017 e 2019, avaliação para reenquadramento realizada em 2019 e aposentadorias. No começo do quadriênio, o corpo docente era composto por 19 docentes permanentes, todos constituintes do grupo de professores que deu origem ao MPPL em 2013. Ao final de 2020, tem-se 17 docentes permanentes e 5 colaboradores (FA 1.2.1.a). De forma geral, dos 19 docentes permanentes que iniciaram o quadriênio, 16 (84%) mantiveram-se estáveis até o final de 2020 (houve duas aposentadorias e um reenquadramento no período) (FA 1.2.1.a). Todos os docentes, permanentes e colaboradores, são doutores com 40 horas de dedicação à instituição Câmara dos Deputados e no mínimo 10 horas de dedicação ao Programa (FA 1.2.1.b; 1.2.1.c). Verifica-se, também, a distribuição equilibrada dos docentes por linha de pesquisa: linha 1 - 7 docentes, linha 2 - 8 docentes e linha 3 - 7 docentes. Conforme apresentado, é respeitado o mínimo de 60% de docentes permanentes em programas de mestrado da área de CP&RI, sendo a proporção do MPPL de 77% permanentes e 23% colaboradores (FA 1.2.1.c).

SELEÇÃO DE DOCENTES

Diante da perspectiva de aposentadorias no quadriênio 2017-2020, a Coordenação de Pós-Graduação encaminhou à Direção do Cefor proposta de processo seletivo para professores colaboradores, instituindo, assim, o critério de entrada de professores no MPPL, ou seja, todo professor entra como colaborador, podendo passar a permanente de acordo com a produção técnico-científica.

Foram previstos dois processos seletivos para professores colaboradores no quadriênio 2017-2020, de forma a garantir a oferta de disciplinas e orientações. O primeiro, realizado ao final de 2017, selecionou três professores, um para cada linha de pesquisa, que iniciaram as atividades no primeiro semestre de 2018. A composição do corpo docente passou a ser de 22 professores, sendo 19 permanentes (86%) e 3 colaboradores (14%) (FA 1.2.1.a; 1.2.1.c). O segundo, realizado ao final de 2018, selecionou mais três professores, um para cada linha, empossados na segunda quinzena de março de 2019, após o processo de reenquadramento do corpo docente. A composição do corpo docente passou a ser de 25 professores, 18 permanentes (72%) e 7 colaboradores (28%) (FA 1.2.1.a; 1.2.1.c).

REENQUADRAMENTO

O Colegiado do MPPL aprovou, em 2017, regulamento que estabelece os critérios da avaliação contínua do corpo docente com base na produtividade lançada no currículo Lattes (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em classificar como permanentes, no mínimo, 70% (a ser alterado para 60%) dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final do quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio.

Em março de 2019 a Coordenação de Pós-Graduação realizou o primeiro reenquadramento do corpo docente, utilizando-se o programa Extrato Lattes para a extração dos dados e classificação dos professores, ocasião em que dois professores permanentes passaram a colaboradores e um professor colaborador passou a permanente (FA 1.2.1.a).

APOSENTADORIAS

No segundo semestre de 2019, aposentaram-se dois professores colaboradores e um permanente, chegando ao quantitativo de 22 professores, sendo 17 permanentes (77%) e 5 colaboradores (23%) (FA 1.2.1.a; 1.2.1.c).

AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS

No período de outubro de 2017 a outubro de 2019, foi registrado o afastamento do docente Ricardo de João Braga para cursar o Mestrado Roads To Democracy, na Universität Siegen - UNISIEGEN, Alemanha. O programa oferece um mestrado interdisciplinar, internacional e orientado para pesquisa que combina métodos e abordagens da história, ciência política e sociologia. Também estiveram afastados os professores: (1) Cristiane Brum Bernardes, para estágio pós-doutoral no Departamento de Ciência Política da UFMG, no período de 07/02/2019 a 07/02/2020; (2) Cristiano Ferri, para estágio pós-doutoral no Programa Algorithmic Public Spheres do Hans Bredow Institute, da Universidade de Hamburgo, durante o mês de abril/2019 (período do posdoc - setembro/2018 a agosto/2019); e (3) Renon Pessoa Fonseca, para estágio pós-doutoral em Cidadania e Direitos Humanos, na Universidade de Barcelona, no período de 10/9/2019 a 14/9/2020. O docente Fabiano Peruzzo Schwartz realizou estágio pós-doutoral, com horário especial, entre março/2017 e fevereiro/2018, na Universidade de Brasília.

***FA 1.2.2: Avaliação da experiência do corpo docente**

Ressalta-se, mais uma vez, que o corpo docente (permanentes e colaboradores) do MPPL é integralmente composto por servidores efetivos da Câmara dos Deputados, doutores, com constante atuação profissional e acadêmica na área objeto do curso: Poder Legislativo (FA 1.2.2.a; 1.2.2.b). A divisão dos docentes pelas três linhas de pesquisa se baseia na atuação

profissional de cada professor nos órgãos da Câmara dos Deputados, formação acadêmica e projetos de pesquisa em andamento (currículos, áreas de interesse e projetos em andamento disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/corpo-docente>).

Fica evidente, também, que a totalidade dos docentes atua e tem experiência em assessoria à instituição Câmara dos Deputados (FA 1.2.2.c), seja na área de Consultoria Legislativa, na alta administração da Casa ou em setores ligados às suas áreas de pesquisa e formação. Como exemplos mais evidentes, podem ser citados os docentes Leonardo Augusto de Andrade Barbosa – Secretário-Geral da Mesa entre abril de 2018 e fevereiro de 2021; Fábio de Barros Correia Gomes – Consultor Legislativo na área de Saúde Pública e Sanitarismo; Maurício Schneider – Consultor Legislativo na área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional; Ricardo Chaves de Rezende Martins – Consultor Legislativo na área de Educação, Cultura e Desporto; Júlio Roberto de Souza Pinto – Assessor Técnico-Jurídico da Secretaria-Geral da Mesa; João Luiz Pereira Marciano - Secretário de Controle Interno; Valério Augusto Soares de Medeiros – Chefe da Seção de Planejamento do Espaço Físico; Malena Rehbein Rodrigues Sathler – Assistente de Gabinete de Liderança; André Rehbein Sathler Guimarães – Assessor Técnico de Liderança.

Além de assessoria direta à Câmara dos Deputados, docentes do PPG-Cefor também atuam e/ou atuaram em instituições governamentais e não-governamentais e em apoio a associações científicas (FA 1.2.2.c). No ano de 2018, o docente Nelson Gomes dos Santos Filho foi convidado a integrar o Governo do Distrito Federal como Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos devido a sua experiência e pesquisa na área de Administração e Políticas Públicas. A docente Cláudia Regina Fonseca Lemos é presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública, órgão que reúne e representa os comunicadores da área pública-governamental e do terceiro setor. O coordenador do Programa de Mestrado, docente Fabiano Peruzzo Schwartz, tem atuado regularmente, junto à Capes, nas atividades e reuniões dos coordenadores da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ademais, em 2018, 2019 e 2020, compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP&RI. O docente Valério Augusto Soares de Medeiros é membro da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) na grande área de Ciências Sociais Aplicadas desde 2016. Os docentes Roberto Campos da Rocha Miranda e Antônio Teixeira de Barros integram comitês assessores da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp) e da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), respectivamente, com atuação em consultoria para avaliação de projetos de pesquisas. Ainda, desde 2012, o docente Fabiano José Arcadio Sobreira é membro do comitê assessor do Bureau de la Recherche et du Développement, da Universidade de Montreal.

Destaca-se, por fim, que 100% dos docentes do PPG-Cefor têm experiência como coordenadores e/ou integrantes de projetos de pesquisa com estreita relação com as linhas de pesquisa do MPPL às quais integram, sendo que 92% atuaram e/ou atuam em projetos financiados pela Câmara dos Deputados ou instituições como European Research Council, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) (FA 1.2.2.a; 1.2.2.c). Além disso, dez GPEs (90%) da Câmara dos Deputados são coordenados por docentes do PPG-Cefor, deixando clara a vocação do corpo docente do Programa em pesquisa direcionada para a área de concentração do MPPL, o Poder Legislativo (FA 1.2.2.a).

Diante do exposto, fica evidente que 100% dos docentes do MPPL possuem a experiência requerida no item 1.2.2, com projetos de pesquisa e atuação junto a instituições relacionados à área de concentração Poder Legislativo e à vocação do PPG-Cefor.

*** FA 1.2.3: Aderência dos projetos de pesquisa e da produção intelectual destacada por cada docente permanente (até 4 por docente conforme o número de anos no quadriênio de vinculação ao Programa) à proposta do programa, considerando a(s) área(s) de concentração e suas respectivas LP/A.**

A vocação do corpo docente para pesquisas que respondem aos objetivos institucionais da Câmara dos Deputados e de formação do MPPL pode ser constatada sob diversas perspectivas, a começar dos grupos e projetos de pesquisa, já relatados em item anterior (FA 1.1.1), uma vez que os respectivos objetivos se encaixam nos tópicos de interesse das três linhas de pesquisa do Programa, a saber Gestão Pública e suas dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura), Processos Políticos e as funções legiferante, de controle e de representação da sociedade típicas do Poder Legislativo, e Política Institucional em suas vertentes informativas e comunicativas. Assim, as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa resultam na produção de conhecimento relevante sobre o campo de estudos legislativos, aproximam corpo docente e discente e subsidiam a instituição na condução de seu trabalho.

O PPG-Cefor, desde os primeiros anos de existência, fomenta e apoia Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) cujo objeto de estudo é o Poder Legislativo (conforme determina a Portaria nº31/2006 da Câmara dos Deputados - <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/pesquisa-academica/grupos-de-pesquisa-e-extensao-gpes>). Dez dos onze grupos em atividade ao final de 2020 eram coordenados por docentes do Programa com pesquisas aderentes às linhas que integram. São eles:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise

Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>);

- Gestão de Pessoas, Informação e Conhecimento

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Campos da Rocha Miranda, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1315334382822346>);

- Interfaces Contemporâneas da Política de Informação

Coordenação: Prof. Dr. Terezinha Elisabeth da Silva, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>);

- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas

Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros, docente permanente – Linha 1 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/588906>);

- Discursos e projetos de mudança social

Coordenação: Prof. Dr. Júlio Roberto de Souza Pinto, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3030865843203535>);

- Gênero e Representação Política

Coordenação: Prof. Dr. Giovana Dal Bianco Perlin, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607166>);

- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil

Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes, docente permanente – Linha 2 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>);

- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros

Coordenação: Prof. Dr. Cristiane Brum Bernardes, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>);

- Parlamento Digital

Coordenação: Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8349790852090039>);

- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social

Coordenação: Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros, docente permanente – Linha 3 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>).

Além da participação nos GPEs ativos da Câmara dos Deputados, durante o quadriênio, os docentes do PPG-Cefor também integraram e coordenaram pesquisas dentro e fora do contexto institucional, tendo o Poder Legislativo como foco ou interesse de estudo. Como exemplos, é possível citar:

- “Bases de Dados Públicas do Poder Legislativo”, finalizado em 2017, coordenado pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz – Linha 1;
- “Contratação Pública de Projetos Legislação e regulamentação no Brasil, de 1935 aos dias atuais”, em atividade, coordenado pelo docente Fabiano José Arcadio Sobreira – Linha 1;
- “Legislativo e avaliação de políticas públicas”, finalizado em 2020, coordenado pelo docente Nelson Gomes dos Santos Filho – Linha 1;
- “Eficácia da Lei 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação”, finalizado em 2017, coordenado pelo docente Maurício Schneider – Linha 2;
- “O papel do Poder Legislativo na formulação da legislação educacional pós-Constituição de 1988”, em atividade, coordenado pelo docente Ricardo Chaves de Rezende Martins – Linha 2;
- “O Papel do Poder Legislativo na Transformação Econômica dos Regimes em Democratização”, finalizado em 2017, coordenado pelo docente Ricardo de João Braga – Linha 2;
- “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures” (School of Oriental and African Studies - SOAS da University of London), em atividade, integrado pela docente Cristiane Brum Bernardes – Linha 3;
- “Comportamento Organizacional e Desempenho”, em atividade, coordenado pelo docente André Rehbein Sathler Guimarães – Linha 3;
- “Mandato Digital”, em atividade, coordenado pelo docente Cristiano Ferri Soares de Faria – Linha 3;
- “O Poder Legislativo em busca de sintonia com a sociedade: as iniciativas de accountability informativa, e-participação e educação política”, finalizado em 2018, coordenado pela docente Cláudia Regina Fonseca Lemos – Linha 3;
- “Políticas e Economia da Informação e da Comunicação”, em atividade, integrado pelos docentes Antonio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes e Malena Rehbein Rodrigues Sathler – Linha 3.

Ainda no contexto dos projetos de pesquisa e da atuação profissional dos docentes do PPG-Cefor, a produção intelectual acumulada no quadriênio é representativa da vocação do Programa em atender o Poder Legislativo em suas diversas áreas de interesse. A seleção de até quatro produções por docente permanente (20 docentes foram contemplados) espelha essa vocação, tendo sido amparada por cinco critérios fundamentais: relevância do conteúdo à área de concentração Poder Legislativo; teor inovativo e impacto social/econômico; contribuição para políticas públicas; diversidade de tipos e subtipos de produção, combinando pesquisa de base e aplicada; e representatividade das linhas de pesquisa. O mosaico de produções resultante revela a diversidade e o equilíbrio entre produtos bibliográficos e técnico-tecnológicos (PTT) do MPPL, correspondendo aos objetivos de um mestrado profissional cuja missão é formar profissionais capazes de produzir conhecimento e intervir na instituição de forma a solucionar problemas complexos. Essa trajetória de pesquisa conduzida pelo corpo docente é inserida no contexto da sala de aula e das orientações, sendo determinante na formação de discentes e egressos com o perfil almejado.

Portanto, foram indicadas produções bibliográficas com elevada relevância e contribuição para o campo de estudos legislativos, como os artigos O DEBATE PARLAMENTAR SOBRE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, pelo professor Antônio Teixeira de Barros, e THE BALLOT UNDER THE BAYONET: election law in the first years of the Brazilian civil-military regime (1964-1967), de autoria do docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa e publicado pela Revista Direito GV. Outro exemplo são os artigos de autoria conjunta de docentes do MPPL, como A OLIGARQUIA DESVENDADA: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros, de André Rehbein Sathler Guimaraes, Malena Rehbein Rodrigues Sathler e Ricardo de João Braga, publicado na Dados - Revista de Ciências Sociais, e RELIGIÃO E POLÍTICA NO PARLAMENTO BRASILEIRO: o debate sobre direitos humanos na Câmara dos Deputados, na Revista Teoria & Sociedade (UFMG), pelos docentes Antônio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes e Júlio Roberto de Souza Pinto. Nota-se que os temas abordados nos artigos citados têm aderência com a área de concentração Poder Legislativo, especialmente nas vertentes de Processos Políticos e Política Institucional, trazendo análises de conteúdo, legislativa e organizacional.

O trabalho conjunto em pesquisa e publicação é uma característica do PPG-Cefor, que se empenha na construção de parcerias sólidas e efetivas com outros centros de pesquisa. Em esforço de produção que demonstra forte aderência à proposta do Programa, os docentes do MPPL publicaram o livro THE LEGISLATURE OF BRAZIL: an analysis of its policy-making and public engagement roles, pela editora Routledge Taylor & Francis Group, organizado pelos docentes do MPPL Cristiane Brum Bernardes e Ricardo de João Braga em parceria com a professora Cristina Leston-Bandeira (University of Leeds). Este livro desenvolve uma análise crítica da legislatura brasileira, especificamente o papel da Câmara dos Deputados na formulação de políticas públicas e na promoção do engajamento público, em especial nas vertentes da participação e transparência. O livro se baseia na conceituação teórica de Nelson Polsby sobre legislaturas transformadoras e de arena, e preocupa-se principalmente em desafiar essa classificação por meio de perspectivas interdisciplinares extraídas dos estudos legislativos no Brasil. Diversos capítulos mereceram destaque entre a produção docente, como THE ROLE OF THE BRAZILIAN CONGRESS IN DEFINING PUBLIC SOCIAL POLICIES, escrito por Fábio de Barros Correia Gomes e Ricardo Chaves de Rezende Martins; BRAZILIAN PARLIAMENT AND DIGITAL ENGAGEMENT, de Antônio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes e Malena Rehbein Rodrigues Sathler; THE INSTITUTIONALIZATION OF BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES, dos docentes Ricardo de João Braga, André Rehbein Sathler Guimarães e Roberto Campos da Rocha Miranda; e OPEN PARLIAMENT POLICY APPLIED TO THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES, dos docentes Cristiano Ferri Soares de Faria e Malena Rehbein Rodrigues Sathler.

Outro resultado significativo de parceria, agora entre o PPG-Cefor e o PPG em Ciência Política da UFMG, foi a organização, por docentes dos dois programas, do livro PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO, do qual os capítulos FACES PARTIDÁRIAS NA ESFERA VIRTUAL: a atuação política das lideranças da Câmara dos Deputados no Facebook, de Malena Rehbein Rodrigues Sathler, Antônio Teixeira de Barros e Cristiane Brum Bernardes, e SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SISTEMA DE COMISSÕES PARLAMENTARES: um indicador da exclusão das mulheres do jogo político, de Giovana Dal Bianco Perlin, foram indicados nos destaques dos docentes. Também o trabalho de organização do livro, realizado pela docente Giovana Perlin, foi considerado um dos destaques de sua produção técnica, devido à relevante rede de contatos e troca de experiências resultantes da conexão entre os dois programas, integrantes da Área de CP&RI. Em adição, reflexo de sua pesquisa na área de gênero e política pode ser observado na participação da docente na elaboração do curso EaD "Mulheres na

Política" (<https://evc.camara.leg.br/site/2378/mulheres-na-politica/>) e na live de lançamento com a deputada federal Soraya Santos (Primeira Secretária) e a deputada federal Profa. Dorinha Seabra Rezende (Coordenadora da Bancada Feminina) (<https://www.youtube.com/watch?v=KBIUGeFdDII>).

Colaborações diretas entre pesquisadores do PPG-Cefor e de outros programas resultaram em produções destacadas, como os artigos: JUVENTUDES PARTIDÁRIAS NO BRASIL: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos, publicado na Revista Brasileira de Ciência Política pelos docentes Antônio Teixeira de Barros e Terezinha Elisabeth da Silva, do Cefor, e pelo pesquisador Sérgio Freitas da Silva, do Banco Central do Brasil; e GOVERNANCE IN THE LEGISLATIVE POWER: looking at the parliamentary boards, publicado na Revista do Serviço Público pelos docentes André Rehbein Sathler Guimarães e Fabiano Peruzzo Schwartz, do Cefor, e o professor Ricardo Corrêa Gomes, do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UnB.

Igualmente valorizadas pelo PPG-Cefor são as produções conjuntas de docentes e discentes: o relatório técnico conclusivo LEVANTAMENTO DO PROCESSO "REALIZAR REUNIÃO DELIBERATIVA DE COMISSÃO" DO DEPARTAMENTO DE COMISSÕES (DECOM), desenvolvido pelo docente João Luiz Pereira Marciano e o discente Sidney Arantes Carrasquel Coelho; o artigo CORRUPÇÃO E SUCESSO LEGISLATIVO: possíveis reflexos do mensalão e da Lava Jato na conversão de proposições em normas jurídicas, publicado na Revista E-legis, coautorado pelos docentes Fabiano Peruzzo Schwartz e João Luiz Pereira Marciano, e pelo discente Guilherme Marques Veroneze; o artigo JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro, publicado na Revista de Sociologia e Política, escrito pelo discente Lúcio Meireles Martins e pelo docente Antônio Teixeira de Barros; e o artigo AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (2015-2018), publicado na Revista E-Legis, escrito pelos discentes Lívia de Souza Viana, Rose Mirian Hofmann e Fausto Barros de Sá Teles, e pelo docente Fabiano Peruzzo Schwartz.

Foram merecedoras de destaque as iniciativas destinadas à área de educação, que impactaram a sociedade com produtos voltados para a educação básica, capacitação de profissionais do Poder Legislativo municipal, regional e nacional e ferramenta para uso por programas de pós-graduação da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. Ressalta-se que a Câmara dos Deputados, em aderência ao seu Planejamento Estratégico (Diretriz 6 – Cidadania: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/diretrizes-estrategicas-2012-2023/diretriz-6-cidadania>) e por meio do Cefor, planeja e executa as atividades relacionadas à educação legislativa, atingindo públicos que variam da educação básica à pós-graduação (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/educacao-para-a-democracia/historico/apresentacao.html>). No âmbito do PPG-Cefor, a área é amparada pela linha de pesquisa de Política Institucional, que estuda estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas. Os livros CIDADANIA NA DEMOCRACIA - A CONSTITUIÇÃO VIVA: NA CASA, NA RUA E NA ESCOLA, dos docentes Ricardo de João Braga, André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, e 150 TERMOS PARA ENTENDER POLÍTICA, de André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, são recursos que podem ser utilizados por professores de Ensino Médio para incluir a discussão sobre política e democracia de forma transversal nas escolas. O segundo, inclusive, faz parte do projeto de parceria incipiente entre a Câmara dos Deputados e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o propósito de distribuição a estudantes do Ensino Médio da rede pública do Distrito Federal. Por sua vez, o docente Rildo José Cosson Mota, publicou o livro LETRAMENTO POLÍTICO: a perspectiva do Legislativo, que serve de modelo e orientação para a avaliação de programas de letramento

político em funcionamento ou em planejamento nas escolas do legislativo brasileiras. Segundo registros da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL, há um total de 187 escolas, compostas por 128 Escolas de Câmaras Municipais, 29 Escolas de Tribunais de Contas, 27 Escolas de Assembleias Legislativas, 1 Escola Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1 Escolas do Senado Federal e 1 Escola da Câmara dos Deputados (<https://www.portalabel.org.br/>), números que sinalizam a extensão do impacto dessa obra.

Profissionais do Poder Legislativo, público-alvo do MPPL em sua vocação de mestrado profissional, foram contemplados pelo TREINAMENTO PROFISSIONAL EM PARLAMENTO DIGITAL, incluído nos destaques de PTT da docente Cristiane Brum Bernardes, responsável pela organização do curso em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD). O treinamento contou com a participação 40 alunos, na maioria profissionais de casas legislativas – entre elas Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre outras – e interessados no tema. Já em auxílio a coordenadores e pró-reitores de cursos de pós-graduação, especialmente os da Área de CP&RI, o docente Fabiano Peruzzo Schwartz inovou ao produzir a ferramenta EXTRATO LATTES V2 - INDICADORES CAPES (<HTTPS://GITHUB.COM/CEFOR/EXTRATOLATTES>). O instrumento nasceu da necessidade de se obter uma visão detalhada da produção técnico-científica de docentes, discentes e egressos como forma de subsidiar a condução de ações orientadas ao alcance dos objetivos do PPG-Cefor, solução que se enquadra na linha de pesquisa relacionada à Gestão da Casa e na solução de problemas complexos.

Gerar conhecimento que subsidie a confecção de políticas públicas é outro objetivo do MPPL contemplado pela produção dos docentes. Nesse sentido, o docente Fábio de Barros Correia Gomes produziu o relatório técnico OS SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAÚDE DE BRASIL E ISRAEL: diferenças institucionais e de resultados alcançados, que além de preencher lacuna na literatura nacional sobre políticas de saúde, pois são raros os textos que descrevem o sistema de saúde de Israel em português, traz um estudo comparativo útil que pode beneficiar o sistema brasileiro ao identificar os pontos fortes do sistema israelense, como adoção de financiamento público, competição entre provedores privados e foco na qualidade e nos resultados. Com o relatório TEXTO SOBRE LEI COMPLEMENTAR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DO REGIME DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS, o docente Ricardo Chaves de Rezende Martins participa da discussão da normatização do Sistema Nacional de Educação e coopera para formulação e execução das políticas públicas educacionais ao contribuir com o Grupo de Trabalho do Movimento Colabora Educação em parceria com o Todos pela Educação, no âmbito da iniciativa Educação Já! (<http://movimentocolabora.org.br/o-movimento/>).

Também o já mencionado artigo AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (2015-2018) é decorrente de estudo inicial desenvolvido na Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, pelas discentes Lívia de Souza Viana e Rose Mirian Hofmann, cujos resultados preliminares foram discutidos em reuniões de trabalho com auditores do Tribunal de Contas da União – TCU e subsidiaram a elaboração do Acórdão nº 582/2018, que concluiu pela inefetividade dessa medida como sinal de preços ao consumidor e mecanismo indutor de eficiência nos reajustes tarifários de energia. O TCU chegou a emitir determinação para proibir que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL veiculasse e disponibilizasse, em seu site ou em quaisquer outros meios de comunicação, informações no sentido de que a sinalização ao consumidor seria o principal objetivo do Sistema de Bandeiras Tarifárias – SBT. Como repercussão da atuação do TCU, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo – PDL nº 907/2018, que visa a sustar o decreto instituidor do SBT. Partindo do esforço inicial e incorporando técnicas de análise estatística de dados discutidas no âmbito da disciplina Métodos Inferenciais

em Pesquisas Legislativas e do grupo de pesquisa “Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise”, o estudo recebeu novas contribuições, com a participação do discente Fausto Barros de Sá Teles e do docente Fabiano Peruzzo Schwartz, e a análise foi aprofundada com base nos dados da Região Sudeste, que é responsável por 47% do consumo nacional de energia elétrica, resultando no referido artigo.

Considerando a contribuição direta a Projetos de Lei, alguns exemplos também foram destacados entre a produção docente. No PTT PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 117/2015, o docente Maurício Schneider realiza assessoramento parlamentar, no âmbito da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados - Área XI (Saúde Pública), com o objetivo de alterar Instrução Normativa Interministerial que trata sobre transporte de peixes ornamentais, norma com potencial impacto nas áreas de saúde, econômica e ambiental. Em atuação em Liderança partidária, a docente Malena Rehbein Rodrigues Sathler assessorou o trabalho legislativo da Liderança do PSOL por meio de elaboração do PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 111-2019 / CIENCIA E TECNOLOGIA/UNIFICAÇÃO TV BRASIL E NBR, que visa a preservar a comunicação pública do governo brasileiro.

Por fim, buscando prover a Câmara dos Deputados com soluções inovadoras e transformadoras de processos de trabalho, objetivo aderente à linha de pesquisa Gestão Pública no Poder Legislativo e com impacto direto nas outras duas linhas, produções técnico-tecnológicas foram destacadas, como a elaboração da MINUTA DA RESOLUÇÃO N. 14/2020 E ATO DA MESA N. 123/2020 - REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, do docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, que viabilizou o funcionamento da Câmara dos Deputados durante o período da Emergência de Saúde Pública Internacional causada pela Covid-19, essencial para as definições das políticas de enfrentamento da pandemia. Com intuito de levantar os possíveis riscos envolvidos no processo, destaca-se o já mencionado trabalho técnico LEVANTAMENTO DO PROCESSO "REALIZAR REUNIÃO DELIBERATIVA DE COMISSÃO" DO DEPARTAMENTO DE COMISSÕES (DECOM), do docente João Luiz Pereira Marciano. As reuniões deliberativas das Comissões têm impacto direto na elaboração de políticas públicas, o que justifica a necessidade de mapeamento e melhoria do processo. Outro exemplo é o DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, do docente Nelson Gomes dos Santos Filho, que resultou na publicação de uma norma interna à Câmara (Portaria Nº 196, de 23/07/2020), que regula a forma de mensuração da qualidade dos serviços contratados e seu atrelamento à remuneração da empresa contratada, gerando impacto direto sobre a qualidade dos serviços prestados à Câmara e à sociedade.

Já o docente Roberto Campos da Rocha Miranda introduziu a SÉRIE 'PÍLULAS DE GESTÃO' NA CÂMARA DOS DEPUTADOS com a intenção de apresentar as tendências em termos de gestão para os próximos anos e que têm impacto direto nas ações gerenciais. Em formato de curto filme explicativo, dotado de informações básicas e diferenciais de cada gestão, a série foi bem recebida por ser condizente com o momento de teletrabalho na instituição durante a pandemia da Covid-19. Já a ELABORAÇÃO DA MINUTA DO PLANO DIRETOR (PROJETO ESTRATÉGICO PLANO DIRETOR DE USO DOS ESPAÇOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS), do docente Valério Augusto Soares de Medeiros, está em fase de apreciação em plenário (PRC 01/2021) e busca, de forma inovadora, estabelecer normas de uso e ocupação no conjunto edificado da Câmara para melhorar a acessibilidade, a circulação interna e o desempenho laboral de funcionários ou visitantes que integram a sociedade-Câmara.

Considerando o total de 75 produtos destacados, divididos entre 20 docentes permanentes, relatou-se, aqui, apenas uma pequena amostra da produção intelectual do MPPL. Vocacionados para a produção de estudos relevantes sobre o Poder Legislativo, pela busca de

alto impacto social e aplicação em políticas públicas e determinados a solucionar problemas complexos da Câmara dos Deputados, os professores do PPG-Cefor possuem extensa produção bibliográfica e técnico-tecnológica com aderência às três linhas de pesquisa do Programa, sejam elas Gestão, Processos Políticos ou Política Institucional.

1.3 Planejamento estratégico do Programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica ou artística.

O PPG-Cefor disponibiliza, em sua página na internet, os Planos Estratégicos do Programa de Pós-Graduação do Cefor – período 2017-2020 e período 2021-2024 (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020> e <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>). Os planos localizam o Programa como parte do mapa estratégico do Cefor, órgão da Câmara dos Deputados instituído em 1997 com a missão de promover a educação legislativa e prover a Câmara dos Deputados de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. No contexto do Planejamento Estratégico do Cefor, o Programa contribui nas perspectivas de “Papel institucional”, “Público-alvo”, “Processos internos” e “Pessoas, recursos e tecnologia”, com ênfase no cumprimento dos objetivos “Promover a produção e disseminação do conhecimento” e “Alinhar ações de pós-graduação aos critérios de avaliação do MEC e da Capes” (FA 1.3.1.b). Dessa forma, o PPG-Cefor insere-se, também, nas diretrizes do Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara dos Deputados, com especial atenção ao subitem 7.4 da Diretriz 7 - Gestão: “Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral” (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/diretrizes-estrategicas-2012-2023>) (FA 1.3.1.b).

Nesse escopo, conforme já detalhado no item 1.1 e evidenciado nos Planos do PPG-Cefor, o Programa tem por MISSÃO a formação de profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente na instituição e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, para o processo democrático e para atender às demandas da sociedade. (FA 1.3.1.a). Aderente ao PPG-Cefor, o MPPL tem por OBJETIVO desenvolver competências e habilidades de pesquisa para atuação qualificada e resolução de problemas complexos no âmbito do Poder Legislativo, com base no estado da arte dos saberes e práticas legislativas, contribuindo para a permanente renovação do Legislativo no cumprimento do seu papel democrático. O MPPL é o único mestrado profissional no Brasil cujo objeto de estudo é o Poder Legislativo, tornando-se referência acadêmica nacional e internacional na área.

Com o intuito de aprimorar o Programa, orientar a condução do MPPL e elevar, mais uma vez, o conceito do curso, foi elaborado o Plano Estratégico 2017-2020. A partir da avaliação da Capes referente ao quadriênio 2013-2016 e de processo contínuo de autoavaliação com participação de gestores da Câmara dos Deputados, professores, alunos e comunidade acadêmica relacionada ao Programa no âmbito da instituição (FA 1.3.1.d), previstos na Política de Autoavaliação do MPPL (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>), foram estipuladas METAS de curto, médio e longo prazo que têm o propósito de orientar ações estratégicas do Programa, com vistas ao cumprimento da Missão e da Visão do PPG-Cefor, bem como dos objetivos específicos das modalidades de curso lato e stricto sensu. A partir das metas, foram estabelecidas AÇÕES ESTRATÉGICAS organizadas em cinco categorias: corpo docente; corpo discente e trabalhos de conclusão; produções intelectuais; internacionalização; e inserção social (FA 1.3.1.c). As ações impactam, também, a visão de futuro de longo prazo do Programa,

uma vez que são essenciais para a consolidação do PPG-Cefor como Programa referência em ensino e pesquisa no campo dos estudos legislativos e para o reconhecimento com o conceito 5 da avaliação Capes, por ser capaz de contribuir efetivamente para a solução dos problemas complexos do Poder Legislativo, por gerar impactos sociais e pelo trato das políticas públicas (FA 1.3.1.c). Para o quadriênio 2021-2024, o planejamento ocorre em duas etapas que se fundamentam, respectivamente, na análise dos resultados do ciclo 2017-2020 e na avaliação quadrienal da Capes para o mesmo período: a primeira visa a atualização e adequação dos projetos em andamento no Programa, de forma a garantir alinhamento às diretrizes institucionais estabelecidas pela nova Mesa Diretora eleita; a segunda visa o constante aperfeiçoamento do Programa à luz das diretrizes estabelecidas pela Capes e aguarda os resultados da avaliação quadrienal do período 2017-2020, a ser divulgada durante o ano de 2021.

O Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 previu as seguintes metas, implementadas por meio de ações ao longo do quadriênio, conforme relatado no corpo do plano e resumidas aqui (FA 1.3.1.c):

M1: meta de médio prazo para garantia de oferta de disciplinas e orientação ante a sinalização de aposentadoria de docentes permanentes; previsão de dois processos seletivos.

M2: meta de curto e médio prazo para estruturação de política de autoavaliação com base no aperfeiçoamento de ações já desenvolvidas pelo PPG-Cefor e com base em novas ações iniciativas de forma a atender aos requisitos do ciclo de avaliação da Capes e às diretrizes institucionais.

M3: meta de curto e médio prazo para o desenvolvimento de ações de avaliação do impacto e da adequação dos TCCs.

M4: meta de curto prazo para alinhamento dos projetos de pesquisa às diretrizes institucionais no processo de seleção de alunos regulares.

M5: meta de curto prazo para distribuição equilibrada de orientações no corpo docente.

M6: meta de curto prazo para o desenvolvimento de ação para acompanhamento de regulares e egressos.

M7: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de estímulo à produção intelectual bibliográfica e técnico-tecnológica.

M8: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de divulgação da produção intelectual.

M9: meta de curto e médio prazo para desenvolvimento de ações de registro da produção intelectual na plataforma Lattes.

M10: meta de curto e médio prazo para realização de parcerias internacionais por meio de colaboração direta entre docentes, programas e grupos de pesquisa.

M11: meta de médio e longo prazo para celebração de acordos de cooperação técnico-científicos no âmbito institucional.

M12: meta de curto e médio prazo para ampliação da visibilidade do Programa.

M13: meta de médio e longo prazo para promoção da participação, no Programa, dos diversos setores da sociedade.

M14: meta de curto, médio e longo prazo para o aprimoramento da transparência das ações do Programa.

Com vistas a orientar a condução do PPG-Cefor no quadriênio 2017-2020, foram estabelecidas ações estratégicas (FA 1.3.1.c):

A) Corpo Docente

A1. Ingresso de professores colaboradores – processo seletivo

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1 e M5.

Foram previstos dois processos seletivos para professores colaboradores no quadriênio 2017-2020, de forma a compensar as aposentadorias previstas para o período e a garantir a oferta de disciplinas e orientações. O primeiro processo seletivo, realizado ao final de 2017, selecionou três professores, um para cada linha, que iniciaram as atividades no primeiro semestre de 2018. O segundo, realizado ao final de 2018, selecionou mais três professores, um para cada linha, empossados na segunda quinzena de março de 2019.

A2. Avaliação das normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão
Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2 e M5.

Por iniciativa da Coordenação e Pós-Graduação, a Câmara dos Deputados constituiu, em 2017, Grupo de Trabalho Interdisciplinar que divulgou, em dezembro de 2018, nota técnico-jurídica sobre as normas que disciplinam as atividades de docência, pesquisa e extensão, com o objetivo de subsidiar a Administração da Câmara na apreciação de propostas de normatização do MPPL (processo 260446/2017). Dentre as recomendações, destacam-se a “inclusão, no cômputo do tempo de dedicação ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, de atividades inerentes às atribuições dos cargos dos servidores que integrem seu corpo permanente de professores e guardem relação com o Curso” e a “alteração dos registros junto à Plataforma Sucupira, da CAPES, do tempo de dedicação dos professores permanentes ao Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados, de maneira a, ao mesmo tempo em que reflitam a realidade, compatibilizá-los, de um lado, com as exigências daquele órgão governamental para avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e, de outro, com os reclamos dos órgãos de controle interno e externo da administração pública.”

O PPG-Cefor também levou às reuniões dos coordenadores da Área de CP&RI, em 2019, solicitação de revisão dos percentuais permanente/colaborador para 50/50, para o caso de programas profissionais, sob os seguintes argumentos: (1) um percentual maior de professores colaboradores pode ser mais adequado quando são considerados a modalidade profissional do curso e o dinamismo das mudanças organizacionais, em especial no Poder Legislativo, visto que nesse grupo (colaboradores) é admissível certa rotatividade sem impactos na avaliação quadrienal; (2) tal mudança não representaria, na prática, efeitos negativos à estabilidade do Programa, uma vez que o quadro docente do MPPL pertence ao quadro funcional da própria instituição; (3) a condição de colaborador confere ao docente maior dedicação às atividades de sua prática profissional, para em seguida retornar às atividades acadêmicas, numa contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático; (4) essa rotatividade seria altamente benéfica, pois o curso ganharia em diversidade e qualidade de ofertas. Esse entendimento foi registrado pelo MPPL na seção Autoavaliação do sistema Coleta em 2019. Em atendimento a essa solicitação, no final de 2019, o Documento Orientador de APCN3 (pg. 8, item 3.3) trouxe nova orientação para mestrados profissionais, estabelecendo mínimo de 60% de professores permanentes na constituição do corpo.

A3. Avaliação periódica do corpo docente para reenquadramento e recredenciamento
Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2, M3, M5, M7, M9 e M14.

O Colegiado do MPPL aprovou, em 2017, regulamento que estabelece os critérios da avaliação contínua do corpo docente com base na produtividade lançada no currículo Lattes (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em classificar como permanentes, no mínimo, 70% dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final do quadriênio, nova avaliação é efetuada com

vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio. Em março de 2019, realizou-se o primeiro reenquadramento do corpo docente, utilizando o programa Extrato Lattes para a extração dos dados e classificação dos professores, ocasião em que dois professores permanentes passaram a colaboradores e um professor colaborador passou a permanente.

A4. Avaliação periódica das disciplinas e docentes pelos alunos Ação desenvolvida para o alcance das metas M2 e M14.

Ao final de cada semestre, os alunos do MPPL avaliam as disciplinas das quais participaram com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Especificamente quanto aos docentes, são avaliados três itens: conhecimento, didática e relação interpessoal. Além disso, é perguntado ao aluno que conhecimentos ou habilidades o professor precisa aprimorar ou adquirir. Os resultados são monitorados pela Coordenação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.

B) Corpo discente e trabalhos de conclusão

B1. Verificação do impacto e da adequação dos trabalhos de conclusão de curso TCCs Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M4, M5, M12 e M14.

Quanto à adequação, nos anos de 2018, 2019 e 2020, o MPPL efetuou a verificação de coerência com as linhas de pesquisa e temáticas dos TCCs defendidos desde o início do Programa. De forma geral, pode-se concluir que os trabalhos foram dedicados a responder a questões relevantes concernentes à Câmara dos Deputados e ao Poder Legislativo.

Quanto ao impacto, os TCCs foram analisados sob duas perspectivas: formato e aplicabilidade. No que tange ao formato dos trabalhos, o MPPL, em consonância com sua vocação profissional, tem incentivado a produção de TCCs em outros formatos que não somente a dissertação, de forma a atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento. Nesse sentido, desenvolveu um “Guia de modalidades de TCC” (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>). A partir desse Guia, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia como possibilidades de defesas. Quanto à aplicabilidade, os TCCs se mostram condizentes com o papel de mestrado profissional.

B2. Adequação do processo seletivo de alunos regulares Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M4, M5, M13 e M14.

O MPPL aprovou, em 2019, novas regras para o processo seletivo de alunos regulares, visando à adequação da distribuição de orientandos por docente e à definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos, as diretrizes estratégicas institucionais e a respectiva inserção regional e nacional. Nesse novo modelo, o número de vagas é estabelecido no edital de seleção com base no quantitativo informado de orientandos que cada docente poderá receber em temáticas específicas. Considera-se, assim, no processo seletivo: (1) o tamanho e a maturidade do corpo docente, ajustados às necessidades do número de alunos que entram por ano (Documento Orientador de APCN, pg. 8); (2) o perfil desejado do corpo discente em

função da vocação do Programa (Documento Orientador de APCN, pg. 6). Portanto, no ato da inscrição, o candidato informa a linha, a temática e o orientador pretendidos.

O MPPL adicionou ao novo modelo orientação estratégica clara, que sinaliza os tipos de projeto que devem ser apresentados pelos candidatos. As temáticas constantes do edital de 2020 foram antes discutidas com a Administração da Câmara dos Deputados, de forma que os futuros TCCs e respectivos resultados de pesquisa tenham maior chance de se converter em conhecimento relevante e útil para a Instituição e para a sociedade. Por fim, o novo modelo amplia o impacto regional do MPPL, na medida em que passou a estabelecer igualdade de condições, na concorrência às vagas, entre servidores da Câmara dos Deputados e de instituições com as quais a Câmara mantém acordo de cooperação técnica.

B3. Acompanhamento de egressos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M6, M7, M8, M9, M12, M13 e M14.

No quadriênio 2017-2020, o PPG-Cefor promoveu a reestruturação do processo de acompanhamento de egressos, com o intuito de acompanhar de perto suas trajetórias profissionais e integrá-los continuamente ao MPPL. Um novo ciclo de avaliação foi implantado, baseado em sistemática de escuta de egressos sobre o processo formativo. Assim, survey com os egressos foi realizada em fevereiro de 2019 e dezembro de 2020, meio e fim do ciclo de avaliação (relatórios de avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Também foi criado perfil institucional na rede social LinkedIn (<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>) para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas. Outro ponto essencial de aproximação entre docentes e discentes com os egressos do MPPL é o encontro anual AMPLIAR, que em 2020 chegou a sua terceira edição.

B4. Desenvolvimento e implantação do Canal do Aluno.

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M9 e M14.

Durante o quadriênio, foi idealizado o Canal do Aluno, uma página de fácil acesso com as informações de interesse do aluno, incluindo a possibilidade de atendimento personalizado, com agendamento de dia e hora, para resolver dúvidas e pendências, prestar informações detalhadas sobre a situação do aluno no curso, como créditos concluídos e faltantes, prazos para qualificação e defesa, enfim, todos pontos de atenção para o bom andamento do curso. O Canal tem previsão de implantação no ano letivo de 2021.

C) Produção intelectual

C1. Monitoramento da produção pelo Extrato Lattes

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M2, M5, M6, M7, M8, M9 e M14.

O Extrato Lattes é gerado e enviado ao corpo docente com periodicidade quadrimestral. Para alunos regulares e egressos, a periodicidade é anual. Ao enviar os extratos, a Coordenação de Pós-Graduação enfatiza os pontos relevantes estabelecidos nas diretrizes de avaliação quadrienal da Capes e nos documentos da Área de CP&RI.

C2. Atividades Complementares com lançamento obrigatório no Lattes

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M6, M7, M9 e M14.

As Atividades Complementares compõem a Matriz Curricular do MPPL e são aquelas pertinentes à pesquisa do aluno, previstas em regulamento próprio. Com vistas a ambientar os

alunos ao lançamento no currículo Lattes e a acompanhar a produção intelectual discente, o Colegiado do Mestrado aprovou, em maio de 2018, o novo texto que disciplina a integralização das horas complementares, prevendo, entre os requisitos, a inclusão das atividades no currículo Lattes do aluno (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>). Além disso, o Programa inovou ao possibilitar a divulgação de bases de dados de pesquisa no repositório público do PPG-Cefor (<https://github.com/Cefor>) como uma nova categoria de atividade complementar.

C3. Ampliação do alcance do periódico E-Legis

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M7, M8, M10, M11, M12 e M14.

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688 - <http://e-legis.camara.leg.br>), publicada desde 2008 sob a responsabilidade do PPG-Cefor, divulga resultados de pesquisa voltados a temas relevantes sobre o Legislativo e tem se consolidado como referência nos estudos legislativos. Atualmente classificada no estrato B2 na área de CP&RI, está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals).

Com o objetivo de ampliar o alcance da Revista e visando sua internacionalização e indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), o Programa de Pós-Graduação planejou e executou três ações: (1) disponibilização dos artigos publicados no quadriênio 2017-2020 em três idiomas (português, inglês e espanhol); (2) aquisição do DOI (Digital Object Identifier) para os trabalhos publicados na Revista; (3) publicação de edições especiais sobre temáticas relacionadas à Câmara dos Deputados.

C4. Divulgação da produção e do conhecimento e construção de rede

Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M7, M8, M10, M11, M12, M13 e M14.

Em 2019, foi criado o Ciclo de Palestras, que consiste em apresentações periódicas com o objetivo de levar a alunos, professores e ao público do Programa informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Foram promovidas 20 palestras entre 2019 e 2020, atingindo público presencial e a distância, por meio de transmissões via canal digital (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>). Também foi criada a Rede Ampliar, com o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados, buscando propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo, congregando docentes, alunos regulares e egressos.

C5. Oficinas de orientação sobre pesquisa e produção intelectual

Ação desenvolvida para o alcance das metas M3, M4, M6, M7 e M9.

A Coordenação de Pós-Graduação criou o programa Ciclo de Oficinas, que consiste em cursos para o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa dos alunos do MPPL. Entre os principais temas estão “Normalização de Trabalhos Acadêmicos”, “Preenchimento do currículo Lattes” e “Elaboração de Projetos de Pesquisa”. Entre 2019 e 2020, foram promovidas 9 oficinas.

D) Internacionalização

D1. Intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M8, M10, M12, M13 e M14.

Na perspectiva do PPG-Cefor, intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras consistem em ações de colaboração espontâneas, resultantes de iniciativas do próprio Programa, ou, individualmente, das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem, necessariamente, o estabelecimento de acordos formais. Entre as ações, destacam-se:

Em 2017, docentes do PPG-Cefor, em parceria com a University of Leeds, publicaram a obra *THE LEGISLATURE OF BRAZIL: AN ANALYSIS OF ITS POLICY-MAKING AND PUBLIC ENGAGEMENT ROLES*, pela Routledge Taylor & Francis Group. Parceria entre a Embaixada do Reino Unido, a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados e o Cefor rendeu eventos acadêmicos com a presença de docentes de universidades e instituições daquele país, como Prof. Robert D. Atkinson (Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação - ITIF), Prof. Octavio Luiz Ferraz e Prof. Leif Wenar (King's College). O PPG-Cefor também organizou palestras proferidas pelo Prof. Dr. Evert Oskar Vedung (Universidade de Upsala, Suécia) e pelos Prof. Dr. Travis Knoll e Prof. Dr. Bryan Pitts (ambos da Duke University, EUA). A docente do MPPL Cristiane Brum representou o PPG-Cefor na Summer School on Parliaments, em Berlim, na Alemanha.

Em 2018, parceria com a Embaixada da França possibilitou a realização de palestra ministrada pelo Prof. Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris). A docente do MPPL Ana Lúcia Gomes participou de treinamento do Partido Democrata de Cleveland (Ohio/EUA) durante o período eleitoral das mid-term primárias. A professora é membro da IPSA (International Political Science Association), integrando o Grupo (RC) 34 intitulado Quality of Democracy. Também participa das pesquisas da LASA (Latin American Studies Association) e da APSA (American Political Science Association). Os docentes Fábio Gomes e Ana Lúcia Gomes participaram do 25th IPSA World Congress of Political Science, realizado em Brisbane, Austrália, em julho de 2018. Em complemento, resalta-se que o docente Valério Medeiros realizou, em 2018, visita técnica, na condição de pesquisador visitante, à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em Portugal. Também houve atuação de pesquisadores da University of Leeds (Reino Unido), da Duke University (EUA) e do Luther College (EUA) em grupos de pesquisa – GPEs coordenados por docentes do PPG-Cefor.

Em 2019, o discente Carlos Antônio Pomagersky Jr., orientado pelo docente Cristiano Ferri, foi aceito para período sanduíche na Harvard University, onde foi supervisionado pelo Prof. Vitelio Brustolin (PhD), Pesquisador Cientista da Harvard Law School. Entre 2018 e 2019, a pesquisa de TCC do discente Eduardo Freitas, orientado pelo docente Fabiano Schwartz, referente ao módulo de tradução automática de textos legislativos, integrou a Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar, da qual a Câmara dos Deputados e se firmou como anfitriã. Além disso, o MPPL recebeu a professora Cristina Leston-Bandeira, coordenadora do Centro para Engajamento Democrático da Universidade de Leeds, como professora visitante por período de 30 dias, para atividades de pesquisa e de integração. A convite do PPG-Cefor, a juíza americana aposentada Sandra Walker ministrou no Cefor a palestra “Juízes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA”. Por fim, a palestra de abertura da X Jornada de Pesquisa e Extensão, do PPG-Cefor, foi proferida pelo Prof. Ludovic Delépine, membro do Parlamento Europeu e responsável pela Estratégia e Transformação Digital da Diretoria-Geral de Inovação e Suporte Tecnológico do Parlamento Europeu.

Também merecem destaque as ações de internacionalização dos seguintes docentes do MPPL: Cristiano Ferri: professor convidado para a formulação de cursos e participação em aulas na School of Collective Intelligence, Mohammed VI Polytechnic University, Marrakesh, Marrocos;

professor colaborador no Programa de Crowdlaw da GovLab da Universidade de Nova York, desde 2016; membro do Conselho Consultivo do Directorio Legislativo, think-tank argentino com incidência em toda América Latina em projetos relativos ao desenvolvimento democrático, transparência e políticas públicas; pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology at Sloan School of Management, Center of Collective Intelligence; colaborador e consultor do Projeto Congresso Virtual de participação digital do Congresso Nacional chileno.

Cristiane Bernardes, nos seguintes projetos e centros: “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures”, projeto iniciado em 2019 e liderado pela Profa. Emma Crewe (PhD), do Departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (School of Oriental and African Studies) da Universidade de Londres, financiado pelo European Research Council; Centro para Engajamento Democrático (Centre for Democratic Engagement) da Escola de Política e Estudos Internacionais (POLIS) da Universidade de Leeds, criado pela professora Cristina Leston-Bandeira (PhD) e especializado em engajamento político e participação democrática, com financiamento da própria universidade e de órgãos financiadores externos; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), com financiamento do CNPq e coordenado pelo professor Dr. Wilson Gomes (UFBA).

Fabiano Schwartz: como membro da organização do Congresso Panamericano de Intercâmbios em Assistência Médica (Pan American Health Care Exchanges), que é um fórum para a discussão de políticas públicas de cuidados do paciente e desenvolvimento tecnológico em saúde, sediado em diversos países.

D2. Celebração de protocolos de intenção com instituições estrangeiras
Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M7, M11, M12, M13 e M14.

Como resultado das tratativas em curso desde 2018 entre a Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições estabeleceram, em 2020, entendimento para cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, abre-se caminho para a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues. Em andamento, nos mesmos termos, segue acordo com a American University, o que proporcionará ligação com universidade internacional, com sede no centro político e de poder dos Estados Unidos – Washington DC, e reconhecidamente ligada a temas relacionados a Ciência Política e Administração Pública.

Em 2018, o PPG-Cefor também firmou parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD/ONU), Senado e TCU para lançamento do curso Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. O curso atendeu à necessidade do Poder Legislativo nacional de formação de servidores na área de Direitos Humanos com experiência internacional. O curso foi encerrado em novembro de 2019, com 31 alunos formados.

E) Inserção social

E1. Reestruturação da página do PPG-Cefor na Internet
Ação desenvolvida para o alcance das metas M6, M8, M12, M13 e M14.

Nos anos de 2018 e 2019 a página do PPG-Cefor na Internet (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/sobre-o-curso>) foi completamente reestruturada, trazendo informações sobre o curso (também em inglês e espanhol - <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/about-conoce-el-mppl>), linhas de pesquisa, corpo docente, corpo discente, estrutura curricular, processos seletivos, matrículas, calendários e disciplinas, orientações aos discentes, acesso à plataforma Moodle, egressos, bancos de TCCs e reuniões do Colegiado. Há, também, uma área específica referente às ações de autoavaliação, com relatórios técnicos e análises sobre os TCCs, pesquisa de egressos, critérios de (re)credenciamento de docentes e avaliação das disciplinas. Foram adicionadas informações sobre os Grupos de Pesquisa e Extensão e sobre os eventos do PPG-Cefor. Também estão disponíveis as publicações ocorridas no âmbito do PPG-Cefor.

E2. Estabelecer novo fluxo de avaliação do MPPL

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M3, M4, M5, M6, M7, M9, M13 e M14.

Como parte de seu permanente processo de autoavaliação, em 2018 e 2019, o PPG-Cefor desenvolveu novo fluxo de avaliação do MPPL. Essa iniciativa se subdivide em etapas atendidas por ações estratégicas específicas: perfil da turma (relatório descritivo das turmas do MPPL), avaliação das disciplinas, avaliação docente, avaliação de egressos e avaliação de impacto e adequação dos TCCs. Pensando o processo de autoavaliação como subsídio para o Planejamento Estratégico do próximo quadriênio, o Programa inseriu, em 2020, a etapa de Escuta Exploratória com o objetivo de ouvir, de forma sistematizada, os diversos públicos do curso e a administração da Casa: equipe da Coordenação de Pós-Graduação, alunos, egressos, professores, atores-chave da Câmara dos Deputados relacionados ao PPG-Cefor; alta administração; e parceiros externos. O novo fluxo de avaliação do Programa foi consolidado na Política de Autoavaliação do MPPL (FA 1.4.1) (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>). Todos os relatórios do processo de avaliação interna do Programa no quadriênio 2017-2020 estão disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>.

E3. Avaliação do PPG-Cefor por parceiros externos

Ação desenvolvida para o alcance das metas M2, M4, M13 e M14.

Em 2019, a participação de parceiros externos nos processos de autoavaliação se deu por meio de consultoria realizada pela empresa Falconi, líder de consultoria em gestão no Brasil, que avaliou a eficiência dos processos do PPG-Cefor, as entregas nas esferas administrativa e acadêmica, e os níveis de satisfação dos alunos, clientes internos e gestores da Câmara dos Deputados. Decorrência direta dessa ação foi a reunião do PPG-Cefor com a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (em setembro de 2019) para a verificação do alinhamento das ações de pesquisa às demandas institucionais. Esse encontro resultou na definição de temáticas específicas para a submissão de pré-projetos de pesquisa no processo seletivo de 2020. A Política de Autoavaliação do MPPL incorporou a avaliação por parceiros externos como item da etapa da Escuta Exploratória.

E4. Bolsas de iniciação científica para alunos de graduação

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M8, M12 e M13.

Em 2020, foi aprovado o Regulamento do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC) (<https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2020/portaria-307-30-novembro-2020-790884-publicacaooriginal-161923-cd-dg.html>). O PIC tem por objetivo

fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto a docentes do Programa. Assim, serão selecionados projetos de pesquisa coordenados por docentes do PPG-Cefor que estejam alinhados com as linhas de pesquisa do MPPL e com as demandas estratégicas da Casa. Assim, a pesquisa acadêmica se fortalece e o Programa atua de forma ativa em ligação com a graduação para impactar a sociedade de forma positiva.

E5. Regulamentação da participação de Pesquisador Visitante

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M4, M5, M7, M10, M11 e M13.

Foram realizados estudos para embasar a possibilidade de normatização da participação de Pesquisador Visitante no âmbito do MPPL. A discussão aguarda nova diretriz dos Ciclos de Gestão da Câmara.

E6. Utilização de recursos de educação a distância e E7. Implantação de modelos de educação a distância

Ações desenvolvidas para o alcance das metas M1, M6, M8, M10, M11, M12, M13 e M14.

Com vistas à ampliação das parcerias nacionais e internacionais e, mais recentemente, para atender às necessidades impostas pelo distanciamento social, novos formatos de curso e outras ações estão sendo estruturados para permitir a participação de alunos vinculados às instâncias do Poder Legislativo nas esferas estadual e municipal de todo o Brasil, bem como do exterior, como: produção de vídeo aulas de disciplinas do MPPL; realização de aulas do semestre letivo e bancas de qualificação e defesa por meio da plataforma Zoom; realização de palestra e eventos no formato live por meio do canal do Youtube do Cefor; previsão para a oferta de disciplinas/conteúdos a distância em idioma estrangeiro.

E8. Currículo único

Ação desenvolvida para o alcance das metas M7, M10, M11, M12 e M13.

O MPPL realizou estudos e elaborou nova proposta de Regimento, que viabilizará a implantação do modelo de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do MPPL, com base em previsão legal constante da Resolução MEC/CNE/CES n. 1/2018. Trata-se da participação de discentes em disciplinas na condição de aluno especial, que ao cumprirem carga horária de 360 horas nas ofertas optativas do MPPL farão jus a certificado de Especialista em Poder Legislativo. O objetivo é conseguir a aprovação do novo regimento em 2021. Espera-se, com isso, ampliar o alcance para o público externo e atender aos anseios da sociedade, provendo educação de qualidade em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos. O novo Regimento também proporcionará maior agilidade nas decisões administrativas e acadêmicas, com a implantação de conselho gestor do Programa.

E9. Intercâmbios em variados níveis com instituições nacionais.

Ação desenvolvida para o alcance das metas M1, M4, M7, M8, M11, M12, M13 e M14.

O PPG-Cefor intensificou ações de intercâmbios em variados níveis com instituições nacionais, baseadas em colaborações espontâneas, resultantes de iniciativas do próprio Programa, ou, individualmente, das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem, necessariamente, o estabelecimento de acordos formais. Destacam-se:

Parceria com o PPG em Ciência Política/UFMG para intercâmbio de professores, pós-doutorado, publicação conjunta de livros e artigos, bem como a participação em grupos de

pesquisa. Resultado da parceria, os docentes Júlio Pinto e Cristiane Brum ministraram curso sobre “Análise de Discurso” no âmbito do Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais (Modus) do PPGCP/UFMG. A docente Cristiane Brum também participou de reuniões do “Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça – Margem/UFMG” e atuou como professora de aulas sobre o Legislativo Nacional para alunos do PPGCP/UFMG. As professoras Geralda Miranda e Ana Paula Karruz (UFMG) ministraram aulas nas disciplinas “Políticas Públicas e Agenda Legislativa” e “Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas”, respectivamente, no MPPL. Em 2019, os professores Fabiano Schwartz e Cristiane Brum ministraram, respectivamente, as disciplinas “Modelos de Regressão Multinível” e “Relações entre Mídia e Política na Análise de Discurso” do programa Modus/UFMG; em contrapartida, o Prof. Ricardo Fabrino (UFMG) atuou como docente na disciplina “Análise Qualitativa Aplicada a Estudos Políticos”, do MPPL. O Prof. Manoel Santos (UFMG) ministrou a aula magna de abertura do segundo semestre de 2019 do PPG-Cefor, cujo tema “Poder Legislativo: novos olhares” é o mesmo do dossiê da revista Teoria & Sociedade (V. 26, N. 2 - 2018), organizado pelos professores Antônio Barros (MPPL) e Manoel Santos (UFMG). Houve, também, lançamento, durante a X Jornada de Pesquisa e Extensão, do livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, editado pelas Edições Câmara e organizado pelos professores Giovana Perlin (MPPL) e Manoel Santos (UFMG).

A docente Ana Lúcia Gomes atuou, em 2018, como palestrante no Seminário Crises da Democracia e Reforma Política, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Registrou-se, também, atividades de pesquisa e docência da docente Terezinha da Silva junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UDEL), onde coordena o grupo de pesquisa “Interfaces contemporâneas da Política de Informação” e ministrou o curso de extensão “Políticas de Informação”. A docente coordenou os trabalhos do GT-5 “Política e Economia da Informação”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Participação de docentes do MPPL no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD): André Sathler, Cristiane Brum, Antônio Barros e Cristiano Ferri. O INCT-DD é composto por uma rede de pesquisadores e universidades com 51 professores-pesquisadores brasileiros e 36 professores-pesquisadores estrangeiros de 20 programas de pós-graduação (stricto sensu) brasileiros nas áreas de Comunicação, Ciência Política, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar. Em 2019, o PPG-Cefor sediou mesa de debates do 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, evento organizado em parceria com o Senado Federal, UnB e o INCT.DD. Em 2020, a docente Cristiane Brum coordenou o Programa de Treinamento Profissional: Parlamento Digital, no âmbito do INCT.DD (<https://parlamentodigital.inctdd.org/>).

Houve participação de pesquisadores do Ministério Público Federal, do Departamento de Sociologia de UnB e do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará em grupos de pesquisa - GPEs do PPG-Cefor coordenados por docentes do MPPL. Foram efetuados acordos de cooperação educacional e técnico-científica com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e com a Presidência da República para formação em curso lato sensu e capacitação. Em 2020, instituiu-se parceria com a Frente Nacional de Prefeitos para a de promoção de estudos em políticas públicas no âmbito municipal.

Por fim, o docente Fabiano Schwartz esteve em visita técnica, em 2019, ao PPG da Escola de Guerra Naval – EGN, com o propósito de identificar ações de parceria e de apresentar a ferramenta Extrato Lattes, com a respectiva transferência gratuita de tecnologia.

1.4 Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do Programa, com foco na formação discente e produção intelectual.

Os procedimentos e instrumentos de autoavaliação adotados pelo MPPL fazem parte do conjunto de ações da Política de Autoavaliação do Mestrado (disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/politica-de-autoavaliacao>). Esse modelo tem sido desenvolvido e aplicado desde 2013, quando as primeiras ações iniciaram pelo levantamento dos perfis das turmas e avaliação das disciplinas (sob as perspectivas do alcance dos objetivos, desempenho do aluno e do professor). No quadriênio 2017-2020, o MPPL intensificou foco na formação discente e produção intelectual, conforme itens previstos no Plano Estratégico, incluindo etapas de avaliação da produção docente, avaliação de egressos e do impacto e adequação dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs (relatórios da avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Além disso, o Cefor, com vistas à identificação das expectativas quanto à formação dos servidores da Câmara dos Deputados, em seus diversos segmentos, instituiu processo de conversas dirigidas com a alta administração da Casa, a fim de estabelecer ações e metas alinhados aos objetivos institucionais.

Destaca-se que o Cefor possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é comissão de autoavaliação formalmente designada, com cronograma de ação e alocação de recursos, instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, e que tem composição abrangente contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/comissao-propria-de-avaliacao-cpa>).

As ações de autoavaliação estão em consonância com as seguintes diretrizes do Programa, previstas no Plano Estratégico:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância socioeconômica da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO

A Política de Autoavaliação do MPPL é dividida nas seguintes etapas: avaliação de disciplinas, avaliação de egressos, avaliação de impacto e adequação dos TCCs, avaliação da produção docente e discente, e escuta exploratória. A seguir, as etapas serão resumidamente descritas. A política, em sua totalidade, assim como os relatórios de resultado das avaliações aqui citados, está disponível nas páginas do PPG-Cefor citadas acima.

1. AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS

Ao final de cada semestre, os alunos do MPPL avaliam as disciplinas das quais participaram com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Especificamente quanto aos docentes, são avaliados três itens: conhecimento, didática e relação interpessoal. Além disso, é perguntado ao aluno que

conhecimentos ou habilidades o professor precisa aprimorar ou adquirir. Na consolidação das avaliações, o item “didática” normalmente se destaca como o que apresenta maiores possibilidades de aprimoramento, gerando oportunidades de consecução de um plano de aperfeiçoamento para os professores do Programa.

Os resultados são monitorados pela Coordenação de Pós-Graduação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas. Os itens são avaliados em uma escala Likert de 0 a 5. As médias da avaliação das disciplinas e dos professores no quadriênio constituem indicador monitorado no Plano Estratégico do Programa. A divulgação periódica dos resultados da avaliação de disciplinas a discentes, docentes e sociedade ocorre por meio da página do PPG-Cefor.

2. AVALIAÇÃO DE EGRESSOS

A Avaliação de Egressos é baseada em sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo, consistindo em cinco ações estruturantes:

- Realização de survey a cada dois anos com os egressos.

No quadriênio, as surveys foram realizadas em fevereiro de 2019 e dezembro de 2020, meio e fim do ciclo de avaliação (relatórios de avaliação disponíveis na página do PPG-Cefor). As pesquisas de 2019 e 2020, enviadas, respectivamente, a 63 e 103 egressos, abrangeram questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Houve 41 e 31 respondentes, dentre os quais cerca de 90% afirmaram ter melhorado o desempenho profissional e 70% produziram alguma inovação nas atividades do trabalho após ingresso no MPPL (médias se mantiveram nas duas pesquisas).

- Criação de perfil institucional na rede social LinkedIn, para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (Rede AMPLIAR) (<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>).

- Promoção de encontros anuais (evento AMPLIAR) para a reunião de egressos, docentes, alunos regulares e especiais.

O AMPLIAR chegou a sua terceira edição em 2020. Nos dois primeiros encontros, foram discutidos temas como a importância das redes sociais para manter contatos e divulgações direcionados à vida acadêmica (conversa com o docente Cristiano Ferri de Faria) e divulgação científica e grupos de pesquisa (conversa com o docente André Rehbein Sathler Guimarães). Na terceira edição do AMPLIAR, conduzida no formato de live pelo canal do Cefor no Youtube, adotou-se a perspectiva dos egressos, dando a eles voz e espaço para falarem sobre temáticas e metodologias de pesquisa na área de estudos legislativos e o impacto do MPPL em suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Apresentaram suas experiências os egressos Nívea Flausino Vitolo, Rose Mirian Hofmann, Paulo Roberto Simão Bijos, Candyce da Cruz Rocha, Eduardo Antônio Mello Freitas e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt. Até o final de 2020, os dois momentos do terceiro encontro AMPLIAR reuniam 430 visualizações (informações sobre os eventos disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>).

- Comunicação periódica por newsletter.

- Estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio anual do Extrato Lattes.

O PPG-Cefor estimula a participação dos egressos por meio de convites para atuação em docência de cursos lato sensu, orientação de TCCs, participação em bancas de defesa de TCC, coordenação de mesas temáticas na Jornada de Pesquisa e Extensão (evento anual), publicação de artigos na Revista E-Legis, participação na Comissão Própria de Avaliação e em Grupos de Pesquisa e Extensão.

3. IMPACTO E ADEQUAÇÃO DOS TCCS

A Avaliação de Impacto e Adequação dos TCCs baseia-se na premissa de que o TCC é produto do esforço conjunto de docentes e discentes e representa uma combinação dos interesses de ambos, que deve guardar coerência com a proposta, missão e objetivos do Programa, bem como da Instituição. No contexto da autoavaliação, são consideradas duas abordagens: a primeira, interna ao PPG-Cefor, baseada na elaboração de relatórios técnicos de análise dos TCCs (disponíveis na página do PPG-Cefor), observando-se a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador do Programa, bem como o rol de temáticas estudadas; a segunda, externa ao Programa, baseada na avaliação de impacto e relevância do TCC para a Instituição e para a sociedade a partir da aplicação, a gestores da Câmara dos Deputados, do questionário previsto no Anexo I do relatório do “GT Impacto e Relevância Econômica e Social” da CAPES.

As temáticas constantes em edital de seleção de alunos regulares são discutidas com a alta gestão da Câmara dos Deputados, de forma que os projetos de pesquisa e respectivos TCCs tenham maior chance de se converter em conhecimento útil para a Instituição. O trabalho de avaliação do impacto dos TCCs é acompanhado pela CPA, que faz constar nos seus relatórios as respectivas análises.

4. PRODUÇÃO DOCENTE E DISCENTE

A avaliação do desempenho do corpo docente e discente abrange as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação. A dinâmica consiste na verificação e pontuação da produção lançada no Currículo Lattes, cujo monitoramento se dá por meio da ferramenta Extrato Lattes, que consolida os indicadores de desempenho.

O acompanhamento da produção é feito de forma sistemática, por meio da geração periódica dos extratos, que são enviados quadrimestralmente ao corpo docente e anualmente para alunos regulares e egressos. Ao enviar os extratos, a Coordenação de Pós-Graduação enfatiza os pontos relevantes estabelecidos nas diretrizes de avaliação quadrienal da Capes e nos documentos da Área de Ciência Política e Relações Internacionais - CP&RI. Esse processo estimula o preenchimento periódico dos currículos Lattes, mantendo-os atualizados.

Dessa forma, pretende-se atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. Essa prática pode contornar situações em que, por exemplo, um professor não venha a pontuar na avaliação do quadriênio por ter informado ISSN distinto daquele que consta na base Qualis.

O Extrato Lattes traz informações sobre as linhas de pesquisa, a produção bibliográfica de artigos (art) e livros (liv), produção técnica (tec), orientações em andamento (ori), orientações concluídas (poc), participação em bancas (ban), projetos de pesquisa (pro), colaboração técnica (ctc) e disciplinas ministradas no programa (dis).

O acompanhamento da produção pelo Extrato Lattes também orienta o recredenciamento e reenquadramento do corpo docente, cujos critérios estão estabelecidos em regulamento próprio. Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em enquadrar, como permanentes, 70% dos docentes mais bem classificados,

ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final de cada quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio e a proporção entre docentes permanentes e colaboradores, segundo critérios e métricas estabelecidos nos documentos da Área de CP&RI.

Os docentes também são avaliados pelos alunos ao final de cada disciplina, por meio de formulário eletrônico de avaliação, visando ao aprimoramento contínuo da atividade de docência, conforme descrito na seção Avaliação de Disciplinas acima.

5. ESCUTA EXPLORATÓRIA

A Escuta Exploratória tem o objetivo de levantar as diversas visões sobre o MPPL, por meio de conversas dirigidas com atores chave que tenham relação específica com o Programa, de forma a serem estabelecidas as diretrizes e ações que subsidiam, no início de cada quadriênio, o Plano Estratégico do PPG-Cefor.

A Escuta Exploratória foi concebida para ocorrer em quatro fases complementares, com abordagens próprias a cada público-alvo:

- a) Perspectiva interna: consiste em exercício de autorreflexão e autoconhecimento, efetuado com a equipe técnica do PPG-Cefor e docentes com dedicação integral, baseado na análise SWOT para a identificação dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças referentes ao MPPL, gerando possibilidades de ações de correção ou de oportunização a serem inseridas no Plano Estratégico do PPG-Cefor
- b) Perspectiva externa ao Programa: survey realizado com pessoas chave (gestores, professores, alunos regulares, formadores de opinião, pesquisadores, colaboradores e outros) que têm algum tipo de relação com o Programa.
- c) Diretrizes: entrevistas com altos gestores (Presidência, Primeira-Secretaria, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa) para a definição das diretrizes que guiam as ações do PPG-Cefor no quadriênio; um dos resultados dessa fase é a indicação dos projetos institucionais que receberão esforço de pesquisa e das temáticas de pesquisa para o processo seletivo de alunos regulares.
- d) Perspectiva externa à Instituição: survey realizado com parceiros externos sobre expectativas e experiências referentes ao MPPL.

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AUTOAVALIAÇÃO

As transformações ocorridas em decorrência da pandemia de Covid-19 trouxeram novos elementos para a política de autoavaliação do PPG-Cefor. Em 11/3/2020, o Decreto 40.509, publicado em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal, suspendeu as aulas em escolas públicas e privadas no DF, localidade em que se situa o Cefor. Mesmo com a previsão de suspensão temporária, a Coordenação de Pós-Graduação do PPG-Cefor agiu com o objetivo de encontrar soluções que pudessem se tornar definitivas, considerando a perspectiva dúbia da pandemia naquele momento. Em 12/3/2020, a primeira aula no novo formato virtual aconteceu sem necessidade de interrupção do calendário acadêmico.

Em decorrência da adaptação das disciplinas do MPPL para a modalidade virtual, foi realizada avaliação sobre a adoção do modelo com utilização da ferramenta Zoom, aplicada a três públicos no final do primeiro semestre letivo de 2020: alunos que concluíram as disciplinas, professores das disciplinas e alunos desistentes após a adoção da modalidade a distância. Os resultados revelaram, entre outras informações relevantes, que a adoção da solução foi considerada positiva por 94% dos respondentes e alunos e professores deram média acima de 4,4 (na escala Likert de 0 a 5) para a adaptabilidade à ferramenta Zoom. Também se verificou,

na avaliação consolidada de alunos que concluíram as disciplinas e professores, que a modalidade de aulas a distância obteve a preferência (41%), seguida da modalidade mista (31%). Somando-se as respostas, observou-se a preferência de 72% pela adoção de, pelo menos, algumas aulas a distância, no lugar do formato essencialmente presencial. Assim, a partir dessa avaliação preliminar, notou-se que há predisposição de alunos e professores para a adoção (ou pela tentativa de adoção) de um sistema híbrido, que possa aproveitar as vantagens de cada modalidade e superar as respectivas desvantagens. As informações coletadas servem de subsídio para o Plano Estratégico do quadriênio 2021-2024. O resultado completo da avaliação está disponível na página do PPG-Cefor.

2.1 Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa.

*** FA 2.1.1: Análise de amostra aleatória de 5 (cinco) dissertações de mestrado ou equivalentes para verificar a adequação à proposta do Programa, conforme a modalidade, a vocação e a inserção como definidas em seu planejamento estratégico.**

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de discentes do MPPL é uma preocupação constante do PPG-Cefor desde a seleção anual de novos alunos até a banca de Defesa. O produto final da pesquisa desenvolvida no MPPL deve demonstrar elevada qualificação em estudos legislativos e contribuir para a resolução de problemas complexos na área de Poder Legislativo e, mais especificamente, na Câmara dos Deputados. Dessa maneira, os projetos de pesquisa, apresentados desde a etapa de seleção de discentes, devem estar adequados às linhas de pesquisa do Programa e orientados às temáticas estabelecidas em edital, que são definidas em conjunto com a alta administração da Casa, conforme prevê a Política de Autoavaliação do MPPL. A lapidação dos projetos e da pesquisa é feita ao longo do curso em conjunto com o docente orientador e como parte das disciplinas obrigatórias Seminário de Pesquisa e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. Paralelamente, cursos de extensão, como as oficinas “Elaboração de Projetos de Pesquisa”, “Normalização de Trabalhos Acadêmicos” e “Ilustrações e Tabelas em Trabalhos Acadêmicos: elaboração e apresentação”, ministradas pelos docentes do Programa, oferecem ferramentas e conhecimentos técnicos que contribuem para o refinamento do trabalho. Por fim, antes da banca de Defesa, composta por três membros com titulação de Doutor, sendo o orientador (Presidente), um membro docente do PPG-Cefor e um avaliador externo à Câmara dos Deputados, o TCC é previamente avaliado em banca de Qualificação, com o objetivo de verificar a maturidade e os conhecimentos científicos do aluno, a existência de um conteúdo preliminar capaz de evidenciar as contribuições do trabalho e, finalmente, preparar o aluno para a defesa.

Considerando a relevância da qualidade e da aplicabilidade dos TCCs, o Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 previu ações para avaliação e constante aperfeiçoamento dos trabalhos. O primeiro passo foi a avaliação dos TCCs defendidos desde o início do MPPL quanto às temáticas que norteiam os trabalhos no âmbito das linhas de pesquisa do PPG-Cefor (relatórios disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Partindo de uma lista inicial de temáticas, posteriormente ampliada com a contribuição dos docentes orientadores, verificou-se que os trabalhos foram dedicados a responder a questões relevantes concernentes à Câmara dos Deputados e ao Poder Legislativo nas vertentes propostas em suas linhas de pesquisa. Entre as temáticas mais recorrentes nos TCCs defendidos entre 2014 a 2020 estão recursos humanos e gestão de pessoas (Linha 1), burocracia e eficiência (Linha 1), processo legislativo (Linha 2), relação entre poderes (Linha 2), representação e participação política (Linha 3), informação e comunicação (Linha 3).

A partir das temáticas e de uma análise detalhada dos TCCs, pode-se constatar que os trabalhos desenvolvidos e apresentados no MPPL se mostram condizentes com a modalidade de mestrado profissional. Desde 2014 e, mais especificamente, no quadriênio 2017-2020, é possível notar a intenção e a vocação dos TCCs para análise e solução de questões do Poder Legislativo, tanto em sua vertente de área de estudo como no campo institucional. Dessa forma, além dos trabalhos indicados no Anexo A da Ficha de Avaliação e destacados no item

FA 2.1.2, são exemplos de adequação à proposta do Programa os seguintes TCCs do último quadriênio:

- “EFEITOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO NO COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS EGRESSOS (2006 a 2014)”, ano 2017, discente Lúcio Meireles Martins, Linha 3;
- “O USO DE DROGAS ILÍCITAS EM DEBATE NO CONGRESSO NACIONAL: um estudo de caso sobre a orientação política dos parlamentares federais no período de 1999 a 2015”, ano 2017, discente Nara Benedetti Nicolau Brum, Linha 2;
- “MÍDIA LEGISLATIVA E REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: uma análise das notícias da Agência Câmara”, ano 2017, discente Mariana Silva Abreu, Linha 3;
- “O LOBBY INSTITUCIONAL PÚBLICO NO PROCESSO POLÍTICO-LEGISLATIVO: o caso ANATEL”, ano 2018, discente Maísa Martins de Toledo Nassar de Oliveira, Linha 2;
- “A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AO MERCADO DE CONSUMO: reflexões sobre uma atuação não legiferante”, ano 2018, discente Cassiano Luiz Crespo Alves Negrão, Linha 2;
- “REGULAMENTO INTERNO DAS COMISSÕES: análise sobre a omissão legislativa na Câmara dos Deputados”, ano 2018, discente Natália Morato Camargos, Linha 1;
- “A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY NO PARLAMENTO BRASILEIRO: uma abordagem e análise da construção legislativa da regulamentação da atividade.”, ano 2019, discente Abraham Lincoln Ferreira Cardoso, Linha 2;
- “REGIME DE COMPETÊNCIA CONTÁBIL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Uma análise do processo de institucionalização do regime de competência contábil para o registro patrimonial na Câmara dos Deputados segundo a vertente sociológica do institucionalismo”, ano 2019, discente Vanildo da Cunha Menezes, Linha 1;
- “O CONTROLE EXTERNO FEDERAL DA AGROPECUÁRIA E DO MEIO AMBIENTE: avaliação da atuação da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União”, ano 2019, discente Lívia de Souza Viana, Linha 2;
- “PLENÁRIOS AO VIVO NOS PARLAMENTOS AMERICANOS: transparência, publicidade e estímulo à accountability”, ano 2020, discente Ginny Carla Moraes de Carvalho, Linha 3;
- “PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM CASAS LEGISLATIVAS: possibilidades e desafios”, ano 2020, discente Rômulo de Sousa Mesquita, Linha 1;
- “IDENTIFICANDO O CAPITAL HUMANO NO SETOR PÚBLICO: uma análise sistemática e comparada com as práticas de avaliação educacional na Câmara dos Deputados”, ano 2020, discente Osvaldo Mazzola Junior, Linha 1.

Quanto ao formato dos TCCs, o MPPL, em consonância com sua natureza profissional, tem incentivado a produção de trabalhos em outros formatos que não somente a dissertação, de forma a atender às demandas da sociedade e do Poder Legislativo, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento. Nesse sentido, desenvolveu um “Guia de modalidades de TCC” com o objetivo de esclarecer e fomentar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição (disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/orientacoes-aos-discentes>). A partir desse Guia, houve a reclassificação de TCCs anteriormente definidos como dissertações e a apresentação de projetos de software e produto de mídia para defesa.

Por fim, de forma inovadora e com o objetivo de fortalecer a pesquisa de TCC e a entrega de produtos para a Câmara dos Deputados e a sociedade, o edital de seleção 2019/2020 considerou não apenas as linhas de pesquisa, mas determinou o quantitativo de vagas por docente com disponibilidade para orientação, observando-se as temáticas de maior interesse institucional, discutidas com a alta administração da Câmara dos Deputados (Edital disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos->

graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo). Para a oferta das vagas, foram considerados o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos, as diretrizes estratégicas institucionais e a respectiva inserção regional e nacional. Foram aprovados 19 discentes que iniciaram o curso no primeiro semestre de 2021.

*** FA 2.1.2: Avaliação qualitativa de dissertações ou equivalentes, indicadas pelos programas em formulário específico (Anexo A). Serão consideradas a representatividade em termos das áreas de concentração, linhas de pesquisa e a justificativa da indicação, para verificar a adequação à proposta do Programa, conforme a modalidade, a vocação e a inserção como definidas em seu planejamento estratégico. Serão também observados eventuais produtos derivados e premiações auferidas.**

Conforme requisitado no Anexo A, o Programa selecionou cinco TCCs para avaliação qualitativa. Os trabalhos indicados representam a diversidade de temáticas incluídas nas linhas de pesquisa do MPPL, a possibilidade de utilização de diferentes metodologias de pesquisa, a orientação do Programa para a experimentação de novas modalidades de TCC e o impacto social e em políticas públicas que as pesquisas conduzidas no PPG-Cefor têm o potencial de gerar. Como produção derivada das pesquisas, ressalta-se a aplicação dos trabalhos na Câmara dos Deputados, em suas vertentes de prática profissional e impacto em políticas públicas, objetivo primário do MPPL.

O trabalho “A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS: uma aplicação na pesquisa interparlamentar”, apresentado pelo discente Eduardo Antônio Mello Freitas, tem natureza inovadora não só pelo ineditismo internacional de ferramenta de tradução específica para o Poder Legislativo, mas também por ser o primeiro software desenvolvido por discente no âmbito do Programa. Ao entregar um produto para uso da Câmara dos Deputados, Eduardo Freitas tornou claro o caráter profissional do curso, fator determinante que congrega vocação e objetivos do MPPL. O TCC também tem total aderência com a linha de pesquisa que integra, no que tange ao estudo dos saberes e das práticas das casas legislativas (Linha 3), com a linha que trata da gestão pública (Linha 1), principalmente na sua vertente tecnológica, e com a linha de estudo dos processos políticos (Linha 2), em especial no que se trata da função legiferante do Parlamento, visto que, pela tradução de documentos legislativos, facilita a compreensão das diversas fases da elaboração e apreciação das leis em diversos países. Além disso, o trabalho de Eduardo Freitas se insere em pontos fundamentais do Plano Estratégico 2017-2020 do PPG-Cefor ao encontrar uma modalidade de TCC condizente com seu conteúdo gerando um produto que dissemina conhecimento, promove impacto social e gera inserção internacional.

Ao promover e facilitar a pesquisa interparlamentar, o TCC de Eduardo Freitas contribui para a cooperação e o fortalecimento dos parlamentos e da democracia. Além disso, impacta o cidadão, que também poderá desfrutar de maior transparência, acesso e responsabilidade na prestação de contas. De forma mais imediata, a pesquisa do egresso já provocou repercussões dentro e fora da Instituição Câmara dos Deputados. Internamente, a tradução automática de documentos legislativos resultante do TCC foi implementada como o primeiro módulo funcional do robô digital Ulysses - uma ferramenta legislativa de inteligência artificial com objetivo de facilitar a transparência e a interação da instituição com a sociedade. Adicionalmente, a complexidade e a qualidade dos resultados obtidos pelo trabalho pavimentaram a construção de uma relação de parceria entre a Câmara dos Deputados, o Parlamento Europeu e a União Interparlamentar (UIP), organização mundial de parlamentos nacionais que reúne representantes de 179 nações. Ainda como consequência da pesquisa, a Câmara dos Deputados foi declarada Hub de Inovação do Centro de Inovação da UIP. Externamente à instituição, o trabalho de Eduardo Freitas foi discutido por representantes dos

parlamentos Pan-Africano, ucraniano, israelense, finlandês e espanhol, visando a utilização das técnicas baseadas em inteligência artificial a fim de automatizar a tradução de leis e a pesquisa dos demais documentos legislativos desses países.

Focado em outro aspecto da Linha 1, o trabalho “ORÇAMENTAÇÃO POR DESEMPENHO NO CONGRESSO NACIONAL: incentivos institucionais e comportamento legislativo”, de Paulo Roberto Simão Bijos, apresenta um estudo de caso que objetiva identificar e avaliar, com abordagem descritiva e exploratória, os espaços para o uso de informações de desempenho no processo legislativo orçamentário federal. O estudo revela caráter inovador ao encontrar uma lacuna na literatura nacional sobre pesquisas voltadas ao uso de informações de desempenho no processo orçamentário, principalmente no que diz respeito a sua utilização pelo Poder Legislativo. Além disso, Paulo Bijos considerou em seu estudo o momento crítico vivido pelo país a partir do ano de 2014, quando o ciclo de superávits primários da União, inaugurado em 1998 e persistente até 2013, cedeu espaço para um período de déficits primários. Como especialista em Orçamento Público há quinze anos, tendo sido servidor público em carreiras do Executivo, do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e, atualmente, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, o discente foi capaz de identificar a necessidade da pesquisa acadêmica como forma de suprir as demandas e melhor orientar os trabalhos do Poder Legislativo em um momento em que a crítica legislativa sobre as intenções orçamentárias do Poder Executivo se faz crucial para a melhor condução de gastos públicos. Assim, Paulo Bijos uniu sua experiência como servidor à pesquisa acadêmica para apresentar soluções e análises para problemas complexos da instituição, missão e objetivo principal do MPPL.

Ao final da pesquisa, o discente indicou as oportunidades de aperfeiçoamentos no sistema de incentivos em vigor na forma de 17 recomendações ao Congresso Nacional em prol da orçamentação por desempenho. Já no ano de 2020, no âmbito da Conof, sua pesquisa embasou mudanças estruturais na forma de tratar a redação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), norma que estabelece as metas e prioridades orçamentárias do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Além disso, as recomendações propostas incentivaram a retomada de discussão sobre melhoramentos no Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive incluindo a representação de outras Comissões Temáticas das Casas legislativas. Por fim, por meio de assessoramento do discente à Comissão Mista da Covid-19 no Congresso Nacional, o 5º Boletim de Acompanhamento da Comissão recomendou o “resgate de iniciativas voltadas ao fortalecimento da orçamentação por desempenho”. Dessa forma, a pesquisa apresentada no TCC de Paulo Bijos avança na formação de um ambiente decisório, no âmbito do Poder Legislativo, cada vez mais qualificado, transparente e responsivo aos anseios sociais pela melhoria da qualidade do gasto público e da accountability de desempenho governamental.

O trabalho “A COMISSÃO DE ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E O SISTEMA DESPORTIVO BRASILEIRO: uma aplicação da Metodologia de Sistemas Flexíveis”, da discente Paola Mara Alves Silveira, analisa a atuação da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados (CESPO) na estrutura esportiva, no que tange ao processo de discussão e formulação de políticas públicas para o esporte brasileiro. Nota-se, nesse trabalho, a base da pesquisa em gestão pública (Linha 1), porém com grande impacto em processos políticos (Linha 2), uma vez que a construção das políticas públicas para o esporte tem espaço na agenda pública e demanda atuação efetiva dos Poderes Legislativos, lugar de diálogo em que diferentes atores e grupos de pressão se encontram para discutir, formular e fiscalizar as ações. A análise da conjuntura da CESPO objetivando o levantamento de problemas e sugestões de melhorias

possíveis e desejáveis foi feita por meio da identificação dos principais atores, preocupações e conflitos do sistema esportivo brasileiro, de modo a verificar a participação da Comissão inserida como instância central do sistema. Paola Silveira inovou ao utilizar a Metodologia de Sistemas Flexíveis (SSM) no contexto de atuação da CESPO e por analisar a estrutura do esporte no Brasil como um sistema de atividade humana complexo. A pesquisadora chegou a uma rich picture (representação ilustrativa do sistema) que estabelece uma visão global e sistêmica do contexto analisado, evidenciando os pontos principais de interesse e conflito. A partir dos dados coletados e conexões identificadas, foi possível chegar a uma lista de 15 pontos possíveis de melhoria com ações internas na CESPO e outras quatro propostas que dependeriam de contexto e vontade política para se tornarem viáveis culturalmente e sistemicamente desejáveis.

Aderente ao caráter profissional do MPPL, Paola Silveira, como egressa do curso e servidora da CESPO, pôde apresentar o trabalho à Comissão e a seu Secretário-Executivo, dando início à implementação das ações propostas. Assim, além do melhor entendimento da cadeia do esporte e da atuação da Comissão, ações efetivas foram postas em prática, como: eventos conjuntos com as áreas de Educação e Saúde; maior aproximação com o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional do Esporte; ampliação do escopo de discussão no âmbito da CESPO, com inclusão de áreas como os esportes de criação nacional, como frescobol e futevôlei; maior amplitude das audiências públicas, com utilização do e-Democracia para participação social e divulgação dos eventos para atores levantados pelo mapeamento; e melhor fiscalização do uso dos recursos públicos. O trabalho também foi usado como subsídio para o curso “Políticas Públicas para o Esporte”, oferecido pelo Cefor, em 2019, com o objetivo de capacitar assessores parlamentares e atores do sistema. Dessa forma, a egressa Paola Silveira contribuiu para a melhoria de processos da CESPO, órgão que exerce papel relevante no processo de construção e fiscalização de políticas públicas, além de atuar como instância de canalização e de busca de entendimento entre os interesses dos diversos grupos de pressão do setor esportivo.

Já integralmente no campo de estudo da Linha 2 – Processos Políticos do Poder Legislativo, o trabalho “AVALIAÇÃO DO IMPACTO LEGISLATIVO DO PROJETO DE LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: uma análise do potencial de simplificação dos procedimentos com a aplicação das novas regras”, de Rose Mirian Hoffmann, traz um relatório técnico com o objetivo de avaliar o impacto legislativo do Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental, especificamente no que se refere à meta de conferir maior celeridade aos processos de licenciamento em âmbito federal. A experiência profissional da discente foi ponto de partida para a análise, pois atuou como analista ambiental na Companhia Paranaense de Energia e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) antes de ingressar na Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Com sólida experiência da prática do licenciamento ambiental, a discente agregou conhecimento teórico e análise de dados para a elaboração de uma avaliação ex ante sobre os potenciais impactos da medida proposta, a fim de traçar um prognóstico do cenário advindo de sua aplicação. Considerando que o processo de elaboração de proposições legislativas deve prever a adequada delimitação do problema e a avaliação prévia dos impactos da solução proposta, o trabalho de Rose Hoffmann é um elemento crucial para gerar uma legislação equilibrada e ciente de suas consequências para as políticas públicas da área ambiental.

Como resultado da pesquisa, Rose Hoffmann elenca uma série de propostas que, balizadas na delimitação do problema e na avaliação do potencial de cada medida legislativa de dar solução à questão, podem conferir maior celeridade ao processo de licenciamento ambiental federal. Ainda, indica medidas estruturantes que podem aumentar a efetividade do instrumento ao promover a conexão entre diagnóstico, avaliação de impactos e definição de medidas

mitigadoras e compensatórias. Ao mesmo tempo que a discente finalizava sua pesquisa, e em decorrência dos conhecimentos acumulados e adquiridos na área, foi convidada para assumir, em 2019, a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia. Como consequência, além de embasarem tecnicamente a discussão legislativa sobre o PL no âmbito da Câmara dos Deputados, os resultados do trabalho estão contribuindo na gestão do Poder Executivo. Assim, o TCC de Rose Hoffmann também é um exemplo de inserção nacional da pesquisa legislativa do MPPL, com impacto direto na formulação e na aplicação de políticas públicas.

Por fim, o trabalho “PLENÁRIOS AO VIVO NOS PARLAMENTOS AMERICANOS: transparência, publicidade e estímulo à accountability”, de Ginny Carla Morais de Carvalho, representa a pesquisa realizada no campo de Política Institucional do Poder Legislativo (Linha 3). Mais uma vez, partindo da prática profissional, a discente foi capaz de identificar uma lacuna de conhecimento necessário para o aprimoramento da comunicação pública da Câmara dos Deputados em suas vertentes de transparência, publicidade e accountability. Atuando na cobertura das votações no Plenário da Casa, a discente conduzia, ao vivo, na TV e na Rádio Câmara, explicações sobre o conteúdo das propostas em apreciação. Conhecendo e sendo parte do modelo de comunicação pública adotado pela Câmara, Ginny Morais decidiu expandir seu referencial teórico e comparativo para investigar o uso das transmissões ao vivo pelos parlamentos nacionais dos países do continente americano. Com o mapeamento inédito, a discente inovou ao estabelecer a relação entre como as transmissões de cada país se encaixam na política de abertura do Legislativo aos seus cidadãos. Além da importância para os estudos legislativos, Ginny Morais buscou identificar boas práticas nas transmissões das atividades de Plenário que fossem profícuas para o fortalecimento democrático dos parlamentos.

Em total aderência aos objetivos do MPPL, Ginny Morais construiu, a partir da pesquisa científica, o conhecimento necessário para intervir efetivamente em sua área de atuação na Câmara dos Deputados, podendo inovar e transformar processos de trabalho que impactam diretamente a transparência e a publicidade dos atos do Poder Legislativo. Como resultado de seu trabalho jornalístico e da pesquisa no MPPL, a Secretaria de Comunicação da Câmara convidou Ginny Morais para assumir a recém-criada Coordenação da Rede Legislativa de Rádio e TV Digital da Casa para, assim, atuar como gestora da área e implantar na prática os resultados de sua pesquisa. No cargo, já elabora um novo projeto de transmissão de Plenário, em fase de protótipo e com estreia prevista para 2021, em que integra boas práticas levantadas na pesquisa, como por exemplo o uso de telas explicativas, ainda não utilizado no parlamento brasileiro, mas já em uso nas câmaras de Argentina, Peru e México. Também participa do desenvolvimento da ferramenta de Plenário Fácil, em parceria com o Laboratório Hacker da Câmara, em que exemplos pesquisados no parlamento dos Estados Unidos foram incorporados à solução brasileira, com o fator adicional do uso de linguagem simples. Além disso, já há solicitação dos parlamentos do Peru e do México para receberem a tradução da pesquisa, gerando assim um potencial impacto internacional na comunicação pública de Casas legislativas.

Como se faz evidente pelo breve relato sobre os TCCs selecionados para comporem o Anexo A da Ficha de Avaliação do MPPL, a pesquisa realizada no mestrado profissional da Câmara dos Deputados é estreitamente ligada às necessidades de aprimoramento da instituição. A capacitação de seu quadro de servidores traz resultados para a prática profissional e para o escopo institucional, estando relacionados às linhas de pesquisa bem estruturadas do Programa. A diversidade de produtos resultantes dos TCCs (software, estudo de caso, relatório técnico) é outra característica que o Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 intensificou diante da vocação do MPPL para entrega de resultados para a instituição e para a sociedade, com impacto em políticas públicas.

2.2 Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.

*** FA 2.2.1: Avaliação da qualidade da produção de artigos com base na classificação pelo sistema Qualis (A1 a B4).**

FA 2.2.2: Proporção de discentes e egressos do Programa com produção bibliográfica (livros, capítulos, verbetes).

FA 2.2.3: Proporção de discentes e egressos do Programa com produção técnico-tecnológica.

Os discentes e egressos do MPPL, como esperado de um curso de mestrado profissional, possuem maior volume de produção no campo técnico-tecnológico. As atividades profissionais desenvolvidas no Poder Legislativo, principalmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e aperfeiçoadas pelas pesquisas conduzidas no âmbito do PPG-Cefor correspondem a mais de 700 produtos (quantidade identificada pelo levantamento de dados de discentes e egressos inseridos na Plataforma Sucupira, disponível no documento anexo “PPG-Cefor - produção de discentes e egressos” e compilados nos documentos “PPG-Cefor – Tabela ITEM 2.2 – Discentes e egressos” – podendo apresentar diferenças com os dados dos Coletas anteriores por inserção extemporânea de informações). A publicação de artigos, capítulos e livros, no entanto, demonstra que os mestres em Poder Legislativo também se dedicam ao aprimoramento no campo de estudos legislativos, gerando contribuição significativa para a academia. Levantou-se um total de 29 artigos, 10 livros e 16 capítulos publicados (dados disponíveis nos documentos anexos “PPG-Cefor – Tabela ITEM 2.2 – Discentes e egressos”).

Dessa forma, considerando os índices e proporções solicitadas pelos subitens de 2.2 e um total de 117 discentes e egressos contabilizados ao final do quadriênio, chegou-se aos valores relativos ao MPPL:

- FA 2.2.1 - IPPArD/E = $[(n^{\circ} A1*100) + (n^{\circ} A2*85) + (n^{\circ} A3*70) + (n^{\circ} A4*55) + (B1*25) + (B2*20) + (B3*10) + (B4*5)] / n^{\circ} \text{ de discentes e egressos}$. O PPG-Cefor seguiu os valores do Qualis 2013-2016, portanto não deve ser considerado como índice final.

IPPArD/E = $(4*100) + 0 + 0 + 0 + (6*25) + (14*20) + (1*10) + (4*5) / 117$

IPPArD/E = 7,35

- FA 2.2.2 - Livros (x 3) – Capítulos (x 1) – Verbetes (x 0,7) / n° de discentes e egressos
 $6*3 + 10*1 + 0*0,7 = 18 + 10 = 28 / 117 = 0,23 = 23\%$

- FA 2.2.3 - Proporção de discentes e egressos do Programa com produção técnico-tecnológica.
75 discentes e egressos com produção técnica cadastrada / 117 = 0,64 = 64%

O PPG-Cefor considera o resultado representativo e aderente a um programa de vocação profissional. Há uma maior concentração de produção intelectual com perfil técnico-tecnológico, sendo grande a contribuição para a Câmara dos Deputados. Mesmo assim, há relevante produção de artigos, livros e capítulos inseridos na área de estudos legislativos, demonstrando a contribuição do corpo de discentes e egressos do MPPL para o avanço da pesquisa na área foco do programa, o Poder Legislativo. A seguir, será apresentado um breve relato pontuando os aspectos acima descritos.

Entre as produções bibliográficas, merecem destaque as publicações de artigos (FA 2.2.1) como JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: RELATOS DE EGRESSOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO, de Lúcio Meireles Martins, publicado em coautoria com o docente Antônio Teixeira de Barros, na Revista de Sociologia e Política. Também como parte da pesquisa desenvolvida em conjunto no âmbito da linha Política Institucional do Poder Legislativo, discente e egresso publicaram JUVENTUDE E POLÍTICA NA EXPERIÊNCIA DE DEZ

ANOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO: CONFIANÇA, PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS EGRESSOS, na Sociologias (UFRGS). Outra parceria exitosa foi de Thais Teixeira Santos com o docente Antônio Barros, que deu origem ao artigo INFORMAÇÃO POLÍTICA E INTERAÇÃO DIGITAL NOS PARLAMENTOS DOS PAÍSES LUSÓFONOS, na Revista Análise Social.

Por sua vez, Elisabete Busanello contribuiu para a discussão sobre gênero no parlamento com MACHISMO DISCURSIVO: MODOS DE INTERDIÇÃO DA VOZ DAS MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO, na Revista Estudos Feministas. Já Ronaldo Quintanilha da Silva, estudou a relação entre os Poderes em ACORDO INTERNACIONAL: A RELAÇÃO ENTRE LEGISLATIVO E EXECUTIVO TRADUZIDA EM NÚMEROS, publicado na Revista Eletrônica de Ciência Política. Fechando o rol de exemplos de artigos, a pesquisa AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (2015-2018), dos egressos Livia de Souza Viana, Rose Mirian Hofmann e Fausto Barros de Sá Teles em coautoria com o docente Fabiano Peruzzo Schwartz, publicada na Revista E-Legis, contribui para a discussão de políticas públicas no Setor Elétrico, tendo os resultados subsidiado acórdão do TCU (Acórdão nº 582/2018) e Projeto de Decreto Legislativo na Câmara dos Deputados (PDL nº 907/2018).

Discentes e egressos do MPPL foram convidados a publicar capítulos (FA 2.2.2) na relevante coletânea para a área de Ciência Política e Relações Internacionais “30 Anos de Constituição: evolução, desafios e perspectivas para o futuro”, publicada pela Editora do Senado Federal. Beatriz Simas Silva contribuiu com ENTRE O PASSADO E O FUTURO: UM BREVE PANORAMA DOS MARCOS E DESAFIOS LEGISLATIVOS NA DEFESA DO CONSUMIDOR. Já Livia de Souza Viana salientou as questões ambientais coautorando os capítulos A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96/2017 E O CONCEITO DE BEM-ESTAR ANIMAL e LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011: A BUSCA DA COOPERAÇÃO E DO EQUILÍBRIO PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Na área orçamentária, o egresso Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt participou com os capítulos PPA, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, PRIMEIRO ATO: TRÊS PERSONAGENS A PROCURA DE UMA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL, no volume 1, e PPA, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, SEGUNDO ATO: LIÇÕES APRENDIDAS E PROPOSTA DE UMA ROTA ADIANTE, no volume 3.

Outros capítulos publicados pelo corpo discente também merecem destaque. É o caso de POPULISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS DE LULA E DE BOLSONARO, publicado no livro Comunicação, Mídias e Educação – 3, uma parceria entre Caio Carvalho Correia Barros e a docente Cristiane Brum Bernardes. Como resultado de sua pesquisa na área de políticas públicas de energia, Fausto Barros de Sá Teles publicou O MARCO LEGAL DE E&P E O NOVO MERCADO DO GÁS, no livro Temas Relevantes no Novo Mercado de Gás Natural: Uma Análise Jurídica e Regulatória, da Editora Sympla.

Egressos do MPPL também publicaram e organizaram livros (FA 2.2.2 e FA 2.2.3) dentro de suas áreas de atuação. Foi o caso de Cassiano Luiz Crespo Alves Negrão que, ao organizar CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, publicado pela Edições Câmara, reuniu em um único volume todos os documentos legais que regem as relações entre fornecedores e consumidores. O egresso também escreveu a introdução da obra, onde relatou os desafios das normas de proteção do consumidor. O livro é destinado a estudantes, professores, profissionais de direito, comerciantes, fornecedores de produtos e serviços e todas as pessoas interessadas em conhecer seus direitos e deveres na relação de consumo. Outra obra de extrema importância organizada por egresso do Programa é o GLOSSÁRIO COMUNICAÇÃO PÚBLICA, de Lincon Macário Maia, publicado pela Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e pela ABCPública – Associação Brasileira de Comunicação Pública. No prefácio, o egresso, que era Presidente da ABCPública na ocasião, ressaltou a necessidade de maior eficácia da comunicação pública e a contribuição da publicação para a qualificação de profissionais da área. Já Sócrates Arantes Teixeira Filho focou na área orçamentária em

DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS: TÓPICOS AVANÇADOS, volumes 1 e 2, e LEGISLAÇÃO TCDF, publicados em 2020.

Ser um vetor para a transferência de conhecimento também esteve na trajetória dos egressos, que ministraram cursos (FA 2.2.3) em diversas áreas relacionadas à pesquisa e atuação no Poder Legislativo. Lívia de Souza Viana, a convite da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ministrou o CURSO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. Já Tairone Messias Rosa impactou os Legislativos locais com OFICINAS DE MARCOS JURÍDICOS MUNICIPAIS, uma parceria do Senado Federal com as Câmaras Municipais de Aperibé-RJ, Cabo Frio-RJ, Mossoró-CE, entre outras. Francine Moor focou no aperfeiçoamento dos profissionais de Relações institucionais e Governamentais com o curso GESTÃO DE CRISE E LIDERANÇA EM RIG, realizado na Abrig – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais. Em contribuição ao PPG-Cefor, Osvaldo Mazzola Júnior conduziu os cursos OFICINA R PARA METODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS e ILUSTRAÇÕES E TABELAS EM TRABALHOS ACADÊMICOS: ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO, voltados para discentes, docentes e pesquisadores.

O trabalho de assessoramento a deputados, lideranças partidárias, Comissões e órgãos das Casas legislativas, como Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, é identificado nas dezenas de produções técnicas dos discentes e egressos (FA 2.2.3). Como uma pequena exemplificação, podem ser destacados os trabalhos PROJEÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: CENÁRIOS PARA 2019-2023 NO CONTEXTO DE TETOS DE GASTOS e ET 34 - CRÉDITOS ADICIONAIS E PRODUTOS DE AÇÕES FINALÍSTICAS: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA, de Paulo Roberto Simão Bijos no âmbito da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara. Cidney Arantes Carrasquel Coelho realizou o LEVANTAMENTO DO PROCESSO "REALIZAR REUNIÃO DELIBERATIVA DE COMISSÃO" DO DEPARTAMENTO DE COMISSÕES (DECOM) e participou da produção do RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017. E Dhyego Marcus Cruz e Silva deu valioso suporte a bancadas e lideranças partidárias durante a pandemia de Covid-19 assessorando a elaboração de projetos de lei e emitindo notas técnicas como PROJETO DE LEI Nº 2.217/2020, que prevê a percepção de adicional de insalubridade em grau máximo para os profissionais da saúde, e PROJETO DE LEI Nº 2.105, DE 2020, que pede a suspensão, de forma excepcional e temporária, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), da realização de aportes ao Fundo Garantidor (FG-Fies) pelas instituições de ensino superior aderentes.

Como fica evidente pelos exemplos destacados neste relato, discentes e egressos do MPPL dão uma contribuição sólida aos campos de pesquisa acadêmica e atuação profissional no Legislativo. Por meio dos mestres formados pelo PPG-Cefor, a sociedade é impactada com melhor qualidade nas discussões e elaborações de políticas públicas, nas pesquisas sobre o Poder Legislativo e na formação de uma rede de profissionais que atua no parlamento.

2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do Programa em relação à formação recebida.

***FA 2.3.1: Análise do destino dos egressos, empregabilidade, setor de atuação, inserção local, regional e/ou nacional.**

Por ser um mestrado profissional inserido na estrutura da Câmara dos Deputados, o público principal do MPPL são os próprios servidores da instituição e dos demais órgãos do Poder Legislativo federal. Espera-se do egresso do curso sólido conhecimento do processo legislativo e das práticas inerentes às casas legislativas, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional. O desenvolvimento de tais competências provê ao egresso aptidão para inovar e transformar no seu fazer cotidiano, bem como estabelecer diálogo estreito com as realidades e desafios do Poder Legislativo. Desse modo, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, por meio do método científico e da reflexão integradora dos diversos olhares sobre o Parlamento.

Até o final de 2020, o MPPL formou 103 mestres em Poder Legislativo, sendo 73% servidores da Câmara, 18% do Senado e TCU e 9% de demais instituições públicas e da iniciativa privada. Dessa forma, fica claro que a origem e o destino principal dos egressos é o Poder Legislativo federal, consequência do fato de a área de concentração do MPPL coincidir, de forma intencional, com a natureza da sua instituição mater. Além disso, é evidente a prevalência de servidores públicos – 95% – entre os egressos. Não há, portanto, que se dar ênfase à empregabilidade dos titulados, mas sim à ascensão profissional e oportunidades proporcionadas, bem como a melhoria da qualidade do trabalho, após a formação. Nesse sentido, pesquisa com egressos revelou que 31,7% dos respondentes, em 2019, e 38,7%, em 2020, informaram ter obtido ascensão na carreira, como promoção ou nova função comissionada, após o ingresso no MPPL. Também, 92,7%, em 2019, e 90,3%, em 2020, responderam ter melhorado o desempenho profissional. Por fim, aproximadamente 71% dos egressos respondentes, nos dois anos, afirmaram ter produzido alguma inovação nas atividades de trabalho.

O MPPL é vocacionado para inserção nacional, uma vez que a Câmara é uma instituição federal com atuação nas políticas públicas nacionais. Mesmo assim, há impacto local, regional e internacional por meio da atuação de egressos em diferentes esferas, seja profissional ou acadêmica.

No âmbito do Poder Legislativo, os egressos do MPPL ocupam posição de destaque na Câmara dos Deputados, como o caso da Chefe e da ex-Chefe de Gabinete da Presidência (Natália Morato e Cássia Botelho), do Diretor Administrativo (Rômulo Mesquita), da Secretária-Geral da Mesa Adjunta de Planejamento da Atividade Legislativa (Virginia Alves), da ex-Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral (Lília Fernandes), do ex-Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria Legislativa e Diretor Legislativo-substituto (Miguel Gerônimo da Nobrega Netto) e do Diretor do Laboratório Hacker de inovação cidadã da Câmara (Walternor Brandão). Alex Campos chefiou o Gabinete da 2ª Secretária da Mesa Diretora e o Gabinete da Primeira-Vice-Presidência da Câmara dos Deputados. Também assessoram diretamente parlamentares, seja como Consultores Legislativos (Cassiano Negrão, Claudionor Rocha, Lúvia Viana, Lília Fernandes, Márcia Prates, Rose Hofmann e Sócrates Teixeira Filho), Consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira (Eugenio Greggianin e Paulo Bijos), Chefe de Gabinete de Liderança partidária (Osmar Aguiar) e Secretário-Executivo de Comissão (Gabriel Tenser, Gustavo Cruvinel e Robson Coutinho). No Senado Federal, são Consultores Legislativos e de Orçamento os egressos Clay Teles, Fernando Bittencourt, Luciano Oliveira e Beatriz Simas. Nas duas Casas, ocupam, ainda, diversas outras funções nas áreas política e administrativa como Assessores

Técnico de Liderança partidária, Assessores Técnico-Jurídico, Diretores de Coordenações de Gestão, de Processos, de Auditoria, de Mídia e Financeira.

Além do Poder Legislativo, nacionalmente, egressos foram convidados para atuarem em órgãos do governo. É o caso de Alex Campos, Diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, responsável pelas Gerências de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária (GGMON) e de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF). Em 2019, o egresso foi Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Saúde e Diretor de Programa do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde, com atuação em assuntos regulatórios que envolviam a pasta. Outro exemplo é a egressa Rose Mirian Hofmann, convidada para assumir, em 2020, a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia devido à sua experiência na área e à pesquisa realizada para seu TCC sobre o Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Egressos do MPPL também atuam em outras instituições governamentais, como Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade (Caio Barros) e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Renato Oliveira, Maísa de Oliveira e Dagma de Macedo). O Egresso Clay Teles, servidor do Senado Federal, atuou, como requisitado, no Gabinete da Presidência da República, prestando serviços de Assessoria na Agenda do Presidente no período de junho/2017 a abril/2018. Também, fruto da diplomação do Mestrado, passou a atuar como orientador e examinador de TCC dos cursos realizados pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/Senado Federal.

Local e regionalmente, nota-se a atuação dos egressos como multiplicadores de conhecimento, atuando na docência em cursos e universidades, principalmente em Brasília – DF, cidade que abriga o MPPL. Como exemplos, pode-se citar os egressos Abraham Lincoln, professor de Processo Legislativo em cursos livres; Daniela de Freitas, professora de Direito no Instituto Federal de Brasília (IFB); Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto, professor de Processo Legislativo em cursos livres e na Fundação Getúlio Vargas (FGV); Fernando Bittencourt, professor de Orçamento Público na FGV e na Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst); Thiago Campos, professor do ILB; Luciano Oliveira, professor de Processo Legislativo e Técnica Legislativa do ILB; Danilo Moraes dos Santos, professor da pós-graduação do Ibmec.

Internacionalmente, merece destaque a atuação profissional dos egressos Candyce Rocha, funcionária sênior do Banco Mundial, e Eduardo Freitas, doutorando em Ciências da Complexidade sob a cotutela do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa, conforme relatado no Anexo B. Ademais, a egressa Mariana Abreu foi selecionada, em 2019, para participar do Transparency International School on Integrity (TISI), realizado na Lituânia. Em 2020, apresentou o trabalho “United Nations SDG on Gender Equality and Brazil’s Chamber of Deputies through the Analysis of Speeches and Legislative Bills” na Sustainable Development Goals (SDG) Conference, organizado pelo LSPR Communication and Business Institute, em Jakarta.

PESQUISA E REDE DE EGRESSOS

No quadriênio 2017-2020, o PPG-Cefor promoveu a reestruturação do processo de acompanhamento de egressos, com o intuito de acompanhar de perto a trajetória profissional dos ex-alunos e integrá-los continuamente ao MPPL. Um novo ciclo de avaliação foi implantado, baseado em sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo. Assim, survey bianual com os egressos foi realizada em fevereiro de 2019 e dezembro de 2020, meio e fim do ciclo de avaliação, respectivamente (relatórios de avaliação disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). As pesquisas abrangeram questões sobre

os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado. Também foi criado perfil institucional na rede social LinkedIn para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas (<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>). Outro ponto essencial de aproximação entre docentes e discentes com os egressos do MPPL é o encontro anual AMPLIAR, (informações sobre os eventos disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>). Além disso, o PPG-Cefor estabelece comunicação periódica com os ex-alunos por newsletter e mantém o estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes.

***FA 2.3.2: Análise da trajetória profissional e/ou acadêmica de egressos titulados do Programa em três períodos avaliativos.**

O início das atividades do MPPL se deu no primeiro semestre de 2013, culminando na titulação dos primeiros mestres em Poder Legislativo em dezembro de 2014. Conforme solicitado pelo Anexo B, o PPG-Cefor debruçou-se sobre a trajetória profissional dos 103 egressos do MPPL para indicar aqueles que representam a variedade de possibilidades de carreira dentro do Poder Legislativo e de áreas de pesquisa acadêmica. Entre os escolhidos, há exemplos de um antigo servidor da Câmara que encontrou nova área de atuação após o mestrado e de servidores com poucos anos de Casa que tiveram suas carreiras definidas pelos conhecimentos adquiridos no curso. Há exemplos de profissionais de outros órgãos, de egressos que seguiram na carreira acadêmica e de atuação no exterior. Em comum, a atuação profissional com claro impacto social e de entrega de produtos e soluções para o Legislativo nacional. A seguir, será apresentado um breve resumo das indicações declaradas no Anexo B da Ficha de Avaliação.

PERÍODO 2011-2015

Representando a primeira turma de discentes do MPPL, o egresso ALEX MACHADO CAMPOS teve sua trajetória profissional escolhida para indicação do PPG-Cefor por retratar uma extensa e exitosa carreira dedicada ao serviço público no Poder Legislativo e, mais recentemente, também contribuindo na área de políticas públicas em Saúde no âmbito do Poder Executivo. Em 2011, ao assumir o cargo de Técnico Legislativo, foi lotado na Corregedoria Parlamentar. Logo após o ingresso no MPPL, em março de 2013, foi convidado para assumir a função de Chefe de Gabinete da Segunda-Secretaria da Mesa Diretora da Câmara, atuando em atividades da administração e típicas do Legislativo, assim como prestando assessoria jurídica ao Secretário. Já Mestre em Poder Legislativo pelo PPG-Cefor, assumiu a Chefia de Gabinete da Liderança do PTN (Podemos), prestando também assessoria jurídica. A partir de 2017, voltou para a Mesa Diretora da Câmara, agora na Quarta-Secretaria, onde foi Chefe de Gabinete e assessor jurídico. Em paralelo, Alex Campos também passou a atuar no Cefor como docente na Especialização em Parlamento em Direito, instrutor de Direito Administrativo e professor do Programa Educacional de Aquisições (PEC Aquisições) da instituição, voltados para a formação dos profissionais do Poder Legislativo.

Diante de sua qualificação profissional e acadêmica em processos políticos e estudos legislativos, em 2019, foi convidado para assumir o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Saúde. No Ministério, também atuou como Diretor de Programa e Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, envolvido em assuntos regulatórios referentes à pasta. Em 2020, o egresso foi indicado para assumir a Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, responsável pelas Gerências de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária (GGMON) e de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF), com mandato de 04/11/2020 a 12/03/2025. Após passar por sabatina do Senado Federal, assumiu a função e tem participado, desde então, de decisões de extrema relevância para o Brasil na pandemia de Covid-19. A trajetória profissional de Alex

Campos é considerada um exemplo de como o MPPL atua na qualificação dos profissionais do Poder Legislativo. Sua trajetória na Câmara dos Deputados durante e após a formação no Mestrado contribuiu para a construção de conhecimento sólido e desenvolvimento de maturidade profissional que o levou a assessorar o Ministro da Saúde e, hoje, participar ativamente da produção de políticas públicas de saúde que afetam toda a sociedade, como a aprovação do uso emergencial das vacinas contra a Covid-19 Oxford/AstraZeneca e Coronavac e de regras mais rigorosas sobre o uso de máscaras em aeroportos e aviões durante a pandemia.

Servidor da Câmara dos Deputados desde 1987, MIGUEL GERÔNIMO DA NOBREGA NETTO possuía 26 anos de carreira na instituição quando ingressou na segunda turma do MPPL. Já era docente de Processo Legislativo e desempenhava funções estratégicas dentro da Casa. A oportunidade de fazer um mestrado em sua área de atuação foi o motivador para que passasse a dividir seu tempo de trabalho com os estudos. No curso, adquiriu uma nova visão sobre o Poder Legislativo, que ia além da técnica do processo legislativo com base na Constituição e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, abrangendo temas nas áreas de Ciência Política e contexto legislativo internacional. Assim, mesmo sendo um profissional em um dos níveis mais altos da carreira, encontrou um caminho de pesquisa novo em sua trajetória e ainda incipiente nas discussões acadêmicas: a regulamentação da atividade de lobby. O Trabalho de Conclusão de Curso “Lobby e a sua regulamentação no Brasil: uma análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização” analisou o debate em torno da atividade dos grupos de pressão, incluindo na pesquisa os conceitos, teorias consagradas, formas e mecanismos de atuação e as possibilidades de regulamentação da atividade no Brasil.

A pesquisa trouxe uma nova área de conhecimento para sua vida profissional e acadêmica. O contato feito com a Associação Brasileira de Relações Governamentais e Institucionais (Abrig) durante a produção do TCC resultou em um convite para atuar no Comitê de Regulamentação e como professor nas capacitações promovidas pela organização. Também como docente, passou a integrar o MBA em Economia e Gestão - Relações Governamentais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltado para atender os profissionais que atuam no assessoramento de empresas públicas e privadas com o objetivo de interagir com diversas esferas do Governo. Assim, com o MPPL, um servidor que já era professor da Câmara em programas de capacitação interna, inclusive com atuação direta no assessoramento de parlamentares, expandiu seu conhecimento e sua capacidade de atingir outros setores da sociedade. Após sua aposentadoria, em dezembro de 2020, Miguel Gerônimo pretende continuar sua atividade como docente na área de Relações Governamentais com o objetivo de trabalhar para qualificar as relações entre a instituição e a sociedade civil.

Ao ingressar no MPPL, WALTERNOR BRANDÃO era responsável pela divulgação das audiências interativas do projeto e-Democracia. A partir dessa prática, surgiu o interesse de compreender as teorias sobre democracia participativa e transparência. Durante a pesquisa no mestrado, conheceu o trabalho da autora Carole Pateman sobre democracia e participação política, que incentiva o Estado a criar ferramentas, oferecer e convidar os cidadãos a participarem das decisões políticas, deixando de apenas esperar que a sociedade demande interação. Além disso, estudou as categorias de participação dos cidadãos, que vão desde um testemunho ou uma fala sobre a política até uma complexa interferência direta no texto das leis. Munido do arcabouço teórico incorporado no MPPL e de sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso “Fóruns do portal e-Democracia: uma análise da discussão de argumentos online”, em que buscou compreender como se davam as trocas argumentativas no ambiente virtual de participação política, passou a atuar diretamente na definição de projetos de democracia participativa na Câmara dos Deputados.

Participou da criação do Laboratório Hacker (<https://labhackercd.leg.br/>), o laboratório de inovação cidadã da Câmara dos Deputados que tem o objetivo de articular uma rede entre parlamentares, servidores públicos, hackers cívicos e sociedade civil que contribua para a cultura da transparência e da participação social por meio da gestão de dados públicos. Como Chefe de Serviço do LabHacker, realizou a gestão matricial dos projetos desenvolvidos pelo Laboratório, entre eles o WikiLegis, uma ferramenta do e-Democracia (<https://edemocracia.camara.leg.br/>) que permite aos cidadãos a participação ativa na construção dos textos das leis com os deputados relatores dos projetos por meio de sugestões de mudanças no texto, comentários e apoio ou rejeição da proposta. Por meio dessa funcionalidade, milhares de cidadãos contribuíram para a redação de leis como Código de Processo Civil, Marco Civil da Internet, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Juventude. Resultado do trabalho do egresso Walternor Brandão, hoje, o e-Democracia está instalado em mais de 100 Câmaras Municipais brasileiras. Parlamentos nacionais como os do México e de França têm interesse em implantar a ferramenta WikiLegis. No começo de 2020, Walternor Brandão recebeu o convite para ser Diretor do LabHacker, fazendo a gestão do Laboratório e a intermediação dele com os demais órgãos da Casa e sociedade.

CANDYCE DA CRUZ ROCHA foi escolhida por demonstrar o impacto do MPPL em uma carreira profissional que extrapolou a Câmara dos Deputados e o Brasil. Em sua trajetória, o interesse por estudar o Poder Legislativo foi construído em paralelo à atuação profissional, tornando-os complementares, como ficou evidente em seu TCC “INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TEMA GÊNERO NA CÂMARA DOS(AS) DEPUTADOS(AS): da Procuradoria Especial da Mulher à Secretaria da Mulher”. Como servidora da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados na época de sua titulação, buscou registrar o processo histórico das questões de gênero na Câmara dos Deputados na pesquisa final. Foi essa atuação, tanto profissional quanto acadêmica, que culminou na conexão com o Banco Mundial. Primeiramente, coordenando um projeto da instituição em parceria com a Câmara, ainda na Procuradoria da Mulher. Posteriormente, sendo convidada, devido a seu currículo e conhecimento que aliavam a formação em Jornalismo à experiência e formação na análise das instituições políticas do país, para chefiar a área de comunicação social do Banco no Brasil. Destaca-se que o Banco Mundial é uma das maiores fontes internacionais de financiamento e conhecimento para os países em desenvolvimento, tendo por objetivo reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade compartilhada e promover o desenvolvimento sustentável.

A progressão funcional da egressa na instituição continuou nos anos seguintes ao ser convidada para atuar na gerência regional de comunicação do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, com sede em Washington, D.C.. Hoje, sua atuação como assistente especial do Vice-Presidente de Infraestrutura da instituição impacta direta e indiretamente os trabalhos do Banco em países em desenvolvimento. Para Candyce Rocha, a formação no MPPL desmistificou o processo de pesquisa, prática que hoje é uma constante em seu trabalho. Além disso, ter realizado pesquisa acadêmica com apoio da Câmara dos Deputados em temática diretamente relacionada com sua atuação profissional foi um diferencial que proporcionou o crescimento profissional futuro. Fica evidente, pela trajetória da egressa, que o MPPL forma profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de avaliação crítica que estão preparados para atuar não apenas no Legislativo nacional, mas também em órgãos multilaterais de impacto social e econômico inquestionável. Candyce Rocha conversou sobre sua trajetória na 3ª edição do evento Ampliar (<https://youtu.be/eAL40Q5CCUM?t=558>).

A trajetória profissional de ROBSON LUIZ FIALHO COUTINHO dentro da Câmara dos Deputados tem se pautado, há uma década, pela dedicação ao trabalho das Comissões da Casa. A busca por melhor qualificação profissional para amparar seu trabalho o levou ao MPPL. Oriundo da

primeira turma do curso e tendo sido o primeiro egresso titulado no MPPL, a indicação de Robson Coutinho demonstra a confiança que os servidores depositaram na iniciativa do Programa de Pós-Graduação da Câmara e o resultado de uma trajetória de sucesso pautada por esforço pessoal, dedicação à instituição e busca por conhecimento na área de estudos legislativos. A oportunidade de cursar um mestrado que estaria focado em seu objeto de trabalho, o Poder Legislativo, foi um motivo impulsionador para a decisão de ingressar no curso. O estudo sobre o Estado e os Poderes, a compreensão sobre o processo legislativo em seu sentido amplo e o contato com discentes servidores de outras áreas da Casa ampliaram sua percepção sobre a instituição. Na prática profissional, aperfeiçoou-se no trabalho das Comissões, onde são discutidos e votados cerca de 80% dos projetos de lei. Atuou como Secretário-Executivo de comissões temporárias e permanentes, em que prestava apoio técnico, administrativo e regimental ao órgão, seu presidente e à sociedade interessada. Em 2019, ascendeu ao cargo de Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes, ficando responsável pela gestão das 25 Comissões Permanentes da Casa, atuando na padronização de entendimentos e coordenação dos demais secretários. No trabalho diário, os conhecimentos aprofundados sobre política, processo legislativo e história da Casa, trazidos pelo MPPL, auxiliaram na sua função gerencial ao compreender os aspectos institucionais da Câmara.

A vivência profissional e os conhecimentos agregados por Robson Coutinho levaram a um passo seguinte na carreira, o de também auxiliar no aprendizado dos profissionais que atuam no Poder Legislativo. Além de ministrar cursos no Cefor nos temas de Processo Legislativo e Regimento Interno da Câmara para assessores internos e externos provenientes dos demais órgãos da administração pública, o egresso é autor do livro “Processo Legislativo nas Comissões da Câmara dos Deputados”, já em segunda edição pela Edições Câmara (<https://livraria.camara.leg.br/autores/robson-luiz-fialho-coutinho/processo-legislativo-nas-comissoes-da-camara-dos-deputados>). A obra é a primeira a tratar dos aspectos práticos do assessoramento em Comissões e foi distribuída pela Câmara aos gabinetes dos 513 deputados ingressantes na 56ª Legislatura, em 2019. Com o livro, Robson Coutinho torna claros os procedimentos e práticas atualmente utilizados pelas Comissões, apresentando detalhes sobre os tipos de comissões, a ordem dos trabalhos nas reuniões e a discussão e votação de proposições. Portanto, é evidente o sucesso profissional do egresso, que auxilia diretamente parlamentares na condução de discussões e votações de políticas públicas em um órgão primordial do Poder Legislativo – as Comissões –, e também fornece, com seu livro, uma excelente ferramenta para quem trabalha diretamente na área legislativa e para todos que desejam compreender o processo de elaboração de leis.

PERÍODO 2016-2020

FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT foi escolhido como um caso de sucesso entre os egressos do MPPL por demonstrar que o curso pode ser a porta de entrada para uma profícua vida acadêmica. Ao ingressar no MPPL no ano de 2014, Fernando Bittencourt tinha o objetivo de se inserir nas atividades de pesquisa científica de forma compatível com a carga de trabalho demandada por sua função como Consultor de Orçamentos do Senado Federal. Durante a formação no MPPL, aproveitou o conteúdo e os trabalhos produzidos nas disciplinas para robustecer seu currículo de produção bibliográfica publicando, em três ocasiões, na Revista Eletrônica E-Legis do PPG-Cefor e apresentando trabalhos nas Jornadas de Pesquisa e Extensão do Programa. Seu TCC “PODERES ORÇAMENTÁRIOS NO PRESIDENCIALISMO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: contribuições aos modelos comparativos” deu origem a artigo publicado na Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, em 2017, e ao livro “Orçamento e poder de agenda nos dois momentos do presidencialismo de coalizão”, publicado em 2019 pela Appris Editora. Após a titulação no MPPL, Fernando Bittencourt também se dedicou à produção de capítulos de livros, contribuindo para os títulos “30 anos da Constituição: Evolução, desafios e perspectivas para o futuro: Volumes I e III”

(2018), “Presidencialismo de coalizão em movimento” (2019) e “Planejamento, orçamento e sustentabilidade fiscal” (2020).

Além de intensificar a produção intelectual, o egresso agregou o conhecimento sobre os processos de pesquisa científica à sua vida profissional como Consultor Legislativo e docente em cursos de pós-graduação. Melhorou a qualidade dos estudos e notas técnicas para o Senado Federal ao incorporar a solidez do método científico à prática laboral, além de perceber a existência de novas fontes de informação disponíveis. Esse aprimoramento crítico rendeu-lhe a capacidade de olhar para além dos limites da mesa de trabalho e conferiu maior contextualização aos seus produtos técnicos. Na docência, considera-se melhor orientador de monografias por ter refinado sua metodologia de pesquisa, impactando diretamente a aprendizagem dos discentes nas diversas instituições em que ministra aulas. Por fim, em 2020, Fernando Bittencourt ingressou no Doutorado em Ciência Política da UnB, um resultado da consolidação de sua inserção na vida acadêmica e dos esforços de pesquisa iniciados no MPPL. A trajetória de Fernando Bittencourt como egresso do MPPL, apesar de ainda curta, mostra o quanto profícua é a produção intelectual dos ex-alunos do PPG-Cefor, ramificando o impacto de suas pesquisas nos campos profissional e acadêmico. Fernando Bittencourt conversou sobre sua trajetória na 3ª edição do evento Ampliar (<https://youtu.be/eAL40Q5CCUM?t=3220>).

Infelizmente, por motivo de inserção extemporânea da titulação do egresso FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT na Plataforma Sucupira, ele não está disponível na “Indicação de Egressos de Destaque”, no campo Destaques > Egressos. Mesmo assim, o PPG-Cefor decidiu manter o relato de sua trajetória profissional no item 2.3.2 da Ficha de Avaliação por considerá-lo um exemplo de sucesso. A seguir, serão expostos os relatos dos cinco egressos indicados na Plataforma Sucupira para o período 2016-2020:

LINCON MACÁRIO MAIA é jornalista da Câmara dos Deputados desde 2011. Cobrindo a atividade política da Casa e exercendo a comunicação pública, ingressou no MPPL, em 2014, em busca de sistematização de conhecimento oferecido pela academia. O objetivo era conseguir transitar entre diferentes áreas, agregando elementos da Ciência Política, com aprofundamento sobre o Poder Legislativo, em sua atuação na Secretaria de Comunicação. No curso, a partir da diversidade de disciplinas, constituiu uma caixa de ferramentas de conceitos, metodologias e temas que o ajudaram a ler de maneira mais acurada o processo legislativo e a melhor entender os atores com os quais tinha contato em sua prática jornalística. Nos programas de entrevistas conduzidos pelo egresso na Rádio e TV Câmara, utilizou a base adquirida no MPPL para compreender e narrar os processos políticos como parte de um campo de conhecimento mais amplo de estudos legislativos. Produziu o TCC “DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO AO PARLAMENTARISMO DE OCASIÃO: as relações Executivo-Legislativo no Governo Dilma Rousseff”, que analisou as mudanças institucionais, a atuação de agentes de mudança e a conjuntura crítica que levaram à dificuldade de governabilidade no governo Dilma Rousseff. O estudo deu origem ao capítulo de abertura do livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, organizado pelo PPG-Cefor e o PPG em Ciência Política da UFMG (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizao-em-movimento>).

Transitando e fazendo a ligação entre as áreas de Comunicação e Ciência Política, em 2016, Lincon Macário participou da fundação e foi presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), cargo em que permaneceu até 2020 (<https://abcpublica.org.br/>). Representando a organização, participou de audiências públicas e subsidiou a elaboração de Projetos de Lei pertinentes à comunicação pública, como o PL 619/2020, que prevê a gratuidade de acesso aos conteúdos digitais produzidos pelos poderes públicos (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2238971>).

Após a titulação no MPPL, o egresso ascendeu ao cargo de Diretor da Rádio Câmara, tendo uma visão mais ampla do conteúdo e da gestão dos programas. Nos últimos anos, também atuou nas narrações das transmissões ao vivo do Plenário e em lives para o YouTube da Câmara diretamente dos corredores das Comissões. O arcabouço teórico e empírico que construiu nas práticas anteriores e no MPPL lhe deram o repertório necessário para compreender e traduzir, ao vivo, para o público e a sociedade, as discussões, processos e dinâmicas políticas da instituição. Em 2020, organizou a obra GLOSSÁRIO COMUNICAÇÃO PÚBLICA, publicada pela ABCPública e pela Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, com o objetivo de contribuir para a qualificação de profissionais da área (<http://abcpublica.org.br/biblioteca-digital/wp-content/uploads/2020/12/Glossa%CC%81rio-de-Comunicac%CC%A7a%CC%83o-Pu%CC%81blica-Aberje.ABCPu%CC%81blicavf.pdf>). A partir da trajetória aqui relatada, torna-se clara a relevância do MPPL para a qualificação profissional de Lincon Macário, dando a ele ferramentas e base teórica para a prática de uma comunicação pública de qualidade na Câmara dos Deputados e contribuindo para o fortalecimento da área na ABCPública.

A trajetória profissional do egresso GUSTAVO WARZOCHA FERNANDES CRUVINEL é um exemplo do impacto do MPPL no realinhamento de carreira de um servidor da Câmara dos Deputados. Quando ingressou no curso, em 2014, Gustavo Cruvinel atuava como Analista de Informática em sua área de origem na Casa, a Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec). Tendo contato, pela primeira vez, com a área de pesquisa relacionada à Ciência Política, optou por uma transição profissional gradual para o campo de estudos legislativos. Com o intuito de produzir resultados para a Câmara dos Deputados, mudou seu projeto de pesquisa original focado em redes sociais para uma investigação mais detalhada de dados abertos em ligação com o Poder Legislativo. O TCC “DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados” uniu sua atuação na Ditec com as novas perspectivas sobre transparência e participação popular trazidas pelo curso.

A partir de sua pesquisa de Mestrado, duas novas oportunidades se abriram dentro e fora da Câmara: o convite da Liderança do Partido Trabalhista Nacional, então em transição para a nova sigla Podemos, para o desenvolvimento de aplicativo de participação e democracia direta; e a participação no desenvolvimento do aplicativo gratuito “Monitora, Brasil!” (<https://monitorabrasil.org/>), ferramenta de pesquisa e monitoramento da atuação de deputados federais e senadores em suas respectivas Casas Legislativas, que chegou a mais de cem mil downloads e impactou o olhar dos cidadãos sobre candidatos e legisladores. Na Liderança do Podemos, atuou, na prática, com os conhecimentos agregados durante o MPPL por meio do assessoramento em processo legislativo e direito eleitoral durante o trâmite da Reforma Política de 2017. A experiência na Comissão rendeu um novo convite de mudança profissional, dessa vez para assumir o cargo de Secretário-Executivo na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. No ano seguinte, em 2019, migrou para a Secretaria-Executiva da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Em ambas as funções, atuou no assessoramento em processo legislativo e trabalhou diretamente com entidades do terceiro setor relacionadas a transparência, combate à corrupção e desenvolvimento urbano. A mudança de trajetória profissional de Gustavo Cruvinel, que aliou conhecimentos de um campo específico aos estudos legislativos com o objetivo de impactar positivamente a Câmara dos Deputados e o acesso dos cidadãos ao Poder Legislativo, é um exemplo de sucesso do MPPL.

De forma complementar, a trajetória de EDUARDO ANTÔNIO MELLO FREITAS reflete a multidisciplinaridade de conteúdos e impactos do MPPL. Com formação em Matemática e Filosofia, Eduardo Freitas encontrou no curso, inserido na área de Ciência Política e Relações Internacionais, suporte para a pesquisa que iniciava no âmbito da Ditec. Ainda como aluno,

compreendeu a necessidade de a instituição promover a prática de dados abertos para cidadãos e pesquisadores, o que o fez modificar seus processos de trabalho com o intuito de incorporar o acesso facilitado à informação. Sob orientação do docente Fabiano Peruzzo Schwartz, inovou ao entregar o primeiro TCC do MPPL com foco no desenvolvimento de software de modelagem, treinamento e implantação de rede neural para a tradução automática de documentos legislativos associado a relatório técnico detalhado, abordando a construção do software, o modo de operação e as respectivas aplicações nos contextos da Câmara dos Deputados e do interesse da sociedade. O trabalho “A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS: uma aplicação na pesquisa interparlamentar” combinou a demanda profissional do então discente à pesquisa científica nas áreas de estudos legislativos, inteligência artificial e linguística. O resultado empírico para a Câmara dos Deputados foi a tradução automática de documentos legislativos implementada como o primeiro módulo funcional do robô digital Ulysses (<https://bit.ly/2UWiaXm>).

Como consequência do seu esforço de pesquisa no MPPL e atuação profissional na Ditec, passou a integrar a equipe da Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar (organização mundial de parlamentos nacionais). Também teve seu trabalho discutido em fórum realizado no Cefor, com a presença de representantes internacionais, visando à utilização pelos parlamentos Pan-Africano, ucraniano, israelense, finlandês e espanhol, além de gerar canais de integração entre Câmara dos Deputados e Parlamento Europeu. No campo acadêmico, a pesquisa desenvolvida por Eduardo Freitas no MPPL foi fundamental para sua seleção no programa de Doutorado em Ciências da Complexidade pela Universidade de Lisboa. Em Portugal, tem aprofundado o estudo sobre aprendizagem de máquina ligada a tradução automática de legislação e documentos com foco na inserção social de imigrantes em países de língua portuguesa. Dessa forma, Eduardo Freitas espelha, com sua trajetória profissional e acadêmica multidisciplinar, o perfil desejado do egresso do MPPL, comprometido com o atendimento a demandas da sociedade e contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo e do processo democrático. Eduardo Freitas conversou sobre sua trajetória na 3ª edição do evento Ampliar (<https://youtu.be/eAL40Q5CCUM?t=2024>).

A trajetória de MARIANA SILVA ABREU merece destaque por representar o impacto do MPPL em um grupo de profissionais que possui vínculo com a Câmara dos Deputados por meio de indicação dos gabinetes de deputados, os secretários parlamentares. Formada em Ciência Política pela UnB, passou a integrar o Gabinete da Deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) em 2011. Suas atribuições foram impactadas pelos conhecimentos adquiridos no MPPL ao compreender a Câmara como instituição em que é possível realizar debate e pesquisa nas áreas de Gênero e Direito Humanos, temas de seu interesse e ligados ao partido que integrava. Como pesquisadora e discente do MPPL, participou da criação do GPE “Mulheres e política: estudo sobre a representação de gênero na Câmara dos Deputados”, coordenado pela docente Giovana Perlin. Apresentou o trabalho “How women represent women: the case of the Brazilian Chamber of Deputies” no IPSA World Congress of Political Science, realizado em 2016, na Polônia. Em 2019, foi selecionada para participar do Transparency International School on Integrity, treinamento e formação para futuros líderes sobre combate à corrupção e accountability, realizado na Lituânia. Também em 2019, passou a atuar como Coordenadora de parcerias e articulação política da ONG Elas no Poder, organização que tem o objetivo de aumentar a participação das mulheres na política. Em 2020, apresentou o trabalho “United Nations SDG on Gender Equality and Brazil’s Chamber of Deputies through the Analysis of Speeches and Legislative Bills” na Sustainable Development Goals Conference, organizado pelo LSPR Communication and Business Institute, na Indonésia.

Resultado de sua trajetória profissional e acadêmica, em 2021, Mariana Abreu foi convidada para integrar o Gabinete da Deputada Vivi Reis (PSOL/PA). O desafio de construir um novo mandato e propor pautas e ações com uso de novas tecnologias motivaram a egressa a aceitar a mudança. Na nova função, além da assessoria legislativa e da articulação política, também atuará como assessora de orçamento. A partir do relato apresentado, demonstra-se que a formação no MPPL é um impulsionador para pesquisa e discussões de temas que têm impacto na trajetória acadêmica e profissional de secretários parlamentares que atuam na assessoria direta a deputados, gerando repercussão nos mandatos e nas propostas de políticas públicas.

Por fim, com a trajetória da egressa NATÁLIA MORATO CAMARGOS, o PPG-Cefor demonstra como o conhecimento adquirido no MPPL pode resultar em ascensão profissional e contribuição para a Câmara em cargos que aliam as esferas administrativa e político/legislativa. Em 2015, quando ingressou no MPPL, Natália Morato exercia a função de Assessora de Comissão na Liderança do PSD. Lá, prestava assessoria regimental aos parlamentares do partido nas reuniões de comissões. A deficiência na padronização de regras entre as Comissões Permanentes da Câmara, notada em sua prática profissional, levou-a à pesquisa do TCC “REGULAMENTO INTERNO DAS COMISSÕES: análise sobre a omissão legislativa na Câmara dos Deputados”. Ao cursar as disciplinas e realizar o estudo para seu trabalho final, aprofundou-se no tema, fez contato com profissionais que já haviam estudado sobre o mesmo assunto e pôde aplicar o aprendizado em sua rotina, já trabalhando na Secretaria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Também compreendeu a Câmara como um órgão singular, com um vasto campo de atuação, ao participar de discussões com discentes de diferentes áreas da Casa.

O conhecimento adquirido no MPPL sobre as funções e órgãos da Casa e a gestão pública do Legislativo aliado à experiência com trâmite legislativo e técnicas de controle e mensuração de resultados aplicadas nas funções anteriores culminaram no convite para assumir a Chefia de Secretaria da Liderança do PP, em 2016, função mais focada na área administrativa. Em 2019, ascendeu à posição de Chefe de Gabinete da Liderança, quando voltou a ter contato direto com a área política/legislativa em diversos segmentos: plenário, comissões, orçamento, secretaria e assessoria técnica e jurídica. A habilidade com que conduziu os desafios do cargo, em parte desenvolvida no período de formação no MPPL, resultou em convite para assumir, em 2021, a Chefia de Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados. Em um cargo altamente estratégico, tem contato com as diversas áreas da Casa, especialmente com a Secretaria-Geral da Mesa e a Diretoria-Geral, responsáveis pelo assessoramento legislativo e pela gestão das atividades administrativas da Câmara, respectivamente. De sua posição atual, pode atuar para o constante aperfeiçoamento da gestão da instituição e para o objetivo comum de fortalecimento do Poder Legislativo e do processo democrático. Dessa forma, o PPG-Cefor contribui de forma efetiva para a formação de profissionais com conhecimento e qualificação para atuar na gestão pública legislativa, gerando aprimoramento profissional e institucional.

2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no Programa.

*** FA 2.4.1: Avaliação da produção intelectual agregada do corpo docente.**

a) Produção total bibliográfica e técnica-tecnológica (artigos, livros, capítulos, verbetes e produção técnica-tecnológica) de docentes permanentes dividida pelo total de docentes permanentes no quadriênio. A avaliação será quantitativa e diferenciada para cada tipo de produto.

Para realizar o levantamento da produção intelectual do corpo de docentes permanentes do MPPL, o PPG-Cefor usou a ferramenta Extrato Lattes. O levantamento teve como base os lançamentos da produção dos docentes permanentes no Currículo Lattes entre os anos de 2017 e 2020, considerando os anos em que cada docente esteve classificado como permanente. Para a obtenção das médias, no entanto, foi considerado o número total de 20 docentes permanentes - DP, mesmo que tenha havido anos em que a produção de alguns docentes não tenha sido contabilizada no valor agregado por estarem classificados como colaboradores - DC. Dessa forma, foi possível identificar uma estimativa das quantidades e distribuição dos produtos, levando o Programa à compreensão da produção agregada, conforme dados a seguir. Ressalta-se que pode haver inconsistências entre as quantidades aqui apresentadas e os dados do Coleta do Sucupira, compreendendo-se que serão apresentados valores aproximados.

Houve uma satisfatória produção de artigos pelos docentes do MPPL, sejam eles produzidos em coautoria ou de forma individual. No total, os docentes permanentes indicaram 90 publicações no Currículo Lattes, chegando a uma média de 4,5 artigos por docente permanente (considerando o total de 20 docentes permanentes no quadriênio). Quanto à publicação de capítulos, foram identificadas 48 inserções no Currículo Lattes dos docentes permanentes, a uma média de 2,4 por DP. Ainda, cinco docentes participaram da organização de livros e oito publicaram livros autorais. Para o PPG-Cefor, a quantidade agregada e a média representam uma produção bibliográfica dentro do esperado para um mestrado profissional cujos docentes são também profissionais que atuam nas diferentes áreas da Câmara dos Deputados.

Quanto à produção técnico-tecnológica (PTT), é notável o elevado nível de contribuição dos docentes permanentes do MPPL. Foram identificadas mais de 970 PTTs no quadriênio, levando a uma média de mais de 48 produtos por DP. Entre eles, encontram-se pareceres, cursos de curta duração, elaboração de material didático, participação em programas de rádio e TV, organização de eventos e apresentação de trabalhos. Em destaque, estão relatórios e cadernos técnicos, bases de dados públicas e projetos de lei, produções típicas da atuação no Poder Legislativo, seja em suas esferas administrativas ou de assessoramento a parlamentares, comissões e lideranças partidárias. Sendo o MPPL um mestrado de vocação profissional, no âmbito da Câmara dos Deputados e voltado para a qualificação de profissionais do Poder Legislativo, a grande quantidade de PTTs dos docentes permanentes é esperada e desejada pelo PPG-Cefor. Essa característica demonstra a experiência profissional dos docentes e a entrega de produtos que embasam decisões que impactam a instituição e as políticas públicas.

b) Impacto médio da produção do corpo docente medido por intermédio do índice “h” do Google Acadêmico, conforme dados informados por meio do Anexo C.

O levantamento do impacto da produção do corpo docente do MPPL, efetuado conforme orientações do Anexo C, revelou índice “h” médio de 7,4 (somando-se o índice de todos os docentes chegou-se ao valor de 148, que foi dividido pelos 20 docentes permanentes do

período), o que foi interpretado pelo PPG-Cefor como satisfatório para a proposta de um mestrado profissional, visto que sugere certo equilíbrio entre a elevada produção técnico-tecnológica e a produção bibliográfica dos docentes. Pela definição do índice “h”, em média, os docentes do PPG-Cefor têm 7 artigos que receberam 7 ou mais citações no quadriênio.

Ao realizar análise detalhada do Anexo C, o PPG-Cefor identificou dois perfis que parecem mais claros: os docentes que estão na média do Programa e aqueles que se destacam acima do índice do grupo. No primeiro grupo, mais numeroso e consentâneo com a proposta de um mestrado profissional, encontram-se os docentes permanentes cuja produção tem ênfase em PTTs e cujos produtos bibliográficos são mais recentes. No segundo grupo, de docentes cujo índice “h” é mais elevado, estão professores que ou estiveram mais dedicados à produção bibliográfica durante o quadriênio ou, além de atuarem no PPG-Cefor e na Câmara dos Deputados, colaboram com outros programas de vocação acadêmica em suas áreas de pesquisa específicas. Notadamente, Antônio Teixeira de Barros (índice “h” = 17), Rildo Jose Cosson Mota (índice “h” = 14), Terezinha Elisabeth da Silva e Valério Augusto Soares de Medeiros (ambos com índice “h” = 11).

É sabido que o índice “h” é ferramenta extremamente útil para avaliar cientistas seniores, contudo, não avalia adequadamente a produção de cientistas em início de carreira ou com baixa produção bibliográfica, o que pode não favorecer programas profissionais, especialmente se comparados com programas acadêmicos e com mais tempo de existência. O MPPL é programa relativamente jovem, que acaba de completar 8 anos, e o único no Brasil dedicado integralmente ao estudo do Poder Legislativo, característica que pode se refletir em limitação do número de citações, dado o escopo específico da área de concentração cuja abrangência tem alcance reduzido quando comparado com a amplitude da área de CP&RI.

*** FA 2.4.2: Avaliação da qualidade da produção intelectual de docentes permanentes.**

a) Produção de artigos em periódicos nos estratos superiores do Qualis (A1 a A4), entre os 4 (quatro) produtos destacados por cada DP em relação ao total de artigos destacados pelos DP do Programa;

Considerando que as escolhas dos artigos destacados pelos docentes permanentes foram feitas sem uma definição do Qualis do quadriênio, o PPG-Cefor adotou a postura de verificar não somente o estrato anterior das revistas (Qualis 2013-2016), mas, também, a qualidade dos artigos publicados para definir a indicação das produções. Dessa forma, 17 artigos em periódico foram indicados entre os quatro produtos destacados por docentes permanentes.

Como espelho da profícua produção intelectual dos docentes do MPPL, mereceram indicação artigos como A OLIGARQUIA DESVENDADA: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros, de André Rehbein Sathler Guimarães, Malena Rehbein Rodrigues Sathler e Ricardo de João Braga, publicado na Dados - Revista de Ciências Sociais. Na Revista E-Legis, os docentes Fabiano Peruzzo Schwartz e João Luiz Pereira Marciano coautoraram a pesquisa CORRUPÇÃO E SUCESSO LEGISLATIVO: possíveis reflexos do mensalão e da Lava Jato na conversão de proposições em normas jurídicas. Já GOVERNANCE IN THE LEGISLATIVE POWER: looking at the parliamentary boards, dos docentes Fabiano Peruzzo Schwartz e André Rehbein Sathler Guimarães em parceria com o professor Ricardo Corrêa Gomes (FGV/EAESP), publicado na Revista do Serviço Público, é exemplo de destaque resultado de intercâmbio de conhecimento com pesquisadores de instituições parceiras.

No âmbito dos grupos de pesquisa, merece realce o artigo DISCURSOS POLÍTICOS E PROJETOS DE MUDANÇA SOCIAL, publicado na E-Legis, pelos docentes Júlio Roberto de Souza Pinto e Cristiane Brum Bernardes em coautoria com as professoras Débora Messenberg Guimarães e

Flávia Lessa de Barros, da Universidade de Brasília. Também, AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL (2015-2018), é resultado de GPE da Câmara dos Deputados e de cooperação entre docente e discentes. O artigo foi publicado na E-Legis por Fabiano Peruzzo Schwartz em coautoria com os egressos Lívia de Souza Viana, Rose Mirian Hofmann e Fausto Barros de Sá Teles.

Com foco nas pesquisas da linha de Política Institucional do Poder Legislativo, mais especificamente na área de educação, o docente Antônio Teixeira de Barros estabeleceu uma série de parcerias com demais professores do Programa. O artigo JUVENTUDES PARTIDÁRIAS NO BRASIL: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos, publicado na Revista Brasileira de Ciência Política, é fruto de pesquisa em coautoria com a docente Terezinha Elisabeth da Silva. Já VALORES POLÍTICOS DOS AGENTES PEDAGÓGICOS DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA DO CONGRESSO NACIONAL, na Revista Sociedade e Cultura (Online), foi escrito com o docente Rildo José Cosson Mota. Ainda, em exitosa parceria com o egresso Lúcio Meireles Martins, destacou a publicação JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro, na Revista de Sociologia e Política. De forma individual, conduziu a pesquisa que resultou no artigo O DEBATE PARLAMENTAR SOBRE A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

O artigo THE BALLOT UNDER THE BAYONET: election law in the first years of the Brazilian civil-military regime (1964-1967), publicado na Revista Direito GV pelo docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, é reflexo da interdisciplinaridade do MPPL, que atinge diversas áreas de conhecimento relacionadas ao Poder Legislativo. Da mesma forma, em suas pesquisas no campo de Administração e Gestão da Informação, que embasam a linha de pesquisa de Gestão Pública no Poder Legislativo, o docente Roberto Campos da Rocha Miranda publicou o artigo CONHECIMENTO ESTRATÉGICO: caracterização e identificação baseada em revisão sistemática e bibliométrica, na Revista Informação & Sociedade (UFPB online). Em coautoria com o docente André Rehbein Sathler Guimarães, escreveu o artigo QUEM SÃO E O QUE FAZEM AS EMPRESAS BRASILEIRAS? ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES DE MISSÃO nos Cadernos EBAPE.BR. Ainda, o docente Valério Augusto Soares de Medeiros, que tem foco de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo ligados ao Legislativo, publicou O PAPEL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS CIDADES: a perspectiva configuracional na Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana.

b) Livros – Anexo D;

Os cinco livros selecionados pelo PPG-Cefor refletem as linhas de pesquisa do MPPL e a vocação do Programa de produzir conhecimento objetivando um impacto real na sociedade. As obras podem ser utilizadas tanto pela comunidade acadêmica quanto pelo público em geral como subsídio para pesquisa, formulação de políticas públicas e expansão da atuação política dos cidadãos.

Aderente ao Planejamento Estratégico da Câmara dos Deputados, que manifesta o caráter prioritário da instituição em (1) favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, da legislação vigente, do funcionamento da instituição e das atividades dos deputados, (2) desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo e (3) cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa (Diretriz 6 – Cidadania:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/diretrizes-estrategicas-2012-2023/diretriz-6-cidadania>), os docentes do MPPL ligados à linha de pesquisa Política

Institucional do Poder Legislativo, que tem como campo de estudo os saberes e as práticas que levam a estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas, produziram três obras consideradas de extrema relevância e de potencial impacto social pelo PPG-Cefor.

O livro CIDADANIA NA DEMOCRACIA - A CONSTITUIÇÃO VIVA: na casa, na rua e na escola (<https://editoracrv.com.br/produtos/detalhes/34393-cidadania-na-democracia-a-constituicao-vivabr-na-casa-na-rua-e-na-escola>), de autoria dos docentes Ricardo de João Braga, André Rehbein Sathler Guimarães e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, preenche uma lacuna de informação e reflexão dos cidadãos brasileiros, em geral, sobre o exercício da política e da cidadania. Tanto os processos formativos dos direitos e das instituições quanto seu funcionamento atual e a forma de acesso a eles são desconhecidos por parcela da sociedade, o que debilita o exercício cívico no Brasil. A partir dessa análise, buscou-se a produção e a transferência de conhecimento com foco em um público em estágio de formação. A obra articula, de forma transdisciplinar, conceitos de Ciência Política aos da Filosofia, História, Geografia e Sociologia para explicar a Constituição brasileira. Focada em estudantes do Ensino Médio, foi redigida com linguagem simples e utiliza diversos recursos instrucionais, tendo um caráter altamente didático. O livro convida o aluno a atuar diretamente sobre temas ainda considerados abstratos pelos jovens, através de uma sociedade criada por ele mesmo.

Seguindo a intenção de dialogar com professores e estudantes do Ensino Médio, além da população brasileira de forma ampla, os docentes Malena Rehbein Rodrigues Sathler e André Rehbein Sathler Guimarães publicaram o livro de verbetes 150 TERMOS SOBRE POLÍTICA (<https://livraria.camara.leg.br/150-terminos-para-entender-politica>). Escrita em linguagem didática e voltado ao público-alvo, a obra tem potencial de ser uma introdução para jovens e adolescentes a diversos conceitos da Ciência Política. Com esse objetivo, o livro inaugura uma série especial da editora Edições Câmara com enfoque em Cidadania e Democracia e faz parte do projeto de parceria incipiente entre a Câmara dos Deputados e a Secretaria de Educação do Distrito Federal com o propósito de sua distribuição junto a estudantes do Ensino Médio da rede pública do Distrito Federal. Gratuita, a obra também pode ser acessada por qualquer cidadão em meio digital e utilizada por estudantes e professores de Ensino Médio em todo o país. Ao apresentar o livro, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, esclarece e reforça a importância do papel do parlamento na educação política da sociedade: “a obra corrobora a missão constitucional da Câmara dos Deputados para o fortalecimento da democracia, e o seu conteúdo almeja facilitar o entendimento dos conceitos relativos à política. Com esta publicação, espera-se contribuir com a difusão do conhecimento e o incentivo ao debate público, elementos primordiais para que o exercício da política se mantenha em permanente aperfeiçoamento”.

O livro LETRAMENTO POLÍTICO: a perspectiva do Legislativo (<https://livraria.camara.leg.br/letramento-politico-a-perspectiva-do-legislativo>), do docente Rildo José Cosson Mota, traz uma dupla contribuição para a área de estudos legislativos e educação. A primeira é a discussão de uma temática ainda pouco abordada que atualiza e põe em evidência novas perspectivas sobre a educação para a democracia. A segunda é a adoção de uma metodologia inovadora para avaliação de programa de educação política que pode ser aplicada em outros programas e políticas públicas relacionados à área. Considerando a definição de letramento político como um processo de apropriação das práticas sociais relacionadas ao exercício da política, em primeira definição, e de apropriação de conhecimentos, práticas e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia, em segunda definição, o livro traz uma análise sobre a experiência do programa Estágio-Visita (EV), da Câmara dos Deputados. Assim, a análise do EV possibilita que se investigue como se efetiva o letramento político do Legislativo em uma situação concreta e específica. Sendo um

estudo específico no campo do Poder Legislativo, o livro pode servir de modelo e orientação para a avaliação de programas similares em funcionamento ou em planejamento nas escolas do Legislativo brasileiras. A Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL, registra um total de 187 escolas, compostas por Escolas de Câmaras Municipais, de Tribunais de Contas, de Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Focando em outra agenda de políticas públicas de elevado impacto social, tem-se a publicação VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (<https://livraria.camara.leg.br/violencia-contra-a-mulher>), de autoria da docente Giovana Dal Bianco Perlin em parceria com a Defensora Pública do Distrito Federal Dulcielly Nóbrega de Almeida e o Consultor Legislativo Luiz Henrique Vogel. O livro foi concebido com foco principal em mulheres em situação de vulnerabilidade, mas também é de importante uso por suas redes de apoio pessoal e as instituições que as acolhem. A obra discute a Lei Maria da Penha e a questão da violência contra a mulher como assunto de interesse público. Com linguagem acessível e trazendo explicações sobre a legislação e as formas de violência, a intenção da obra é de que todas as mulheres se enxerguem de fato como pessoas de direitos, que não se permitem viver uma vida com violência. Com esta publicação, os autores e a Câmara dos Deputados buscam contribuir para a prevenção e erradicação da violência contra as mulheres ao possibilitar o entendimento das leis do país por meio de explicações acessíveis a todos e todas. “Violência contra a mulher” é o primeiro volume da série Lei Fácil, de distribuição online gratuita pela editora Edições Câmara, que tem como objetivo tratar de temas importantes para a sociedade, abordando algumas das leis mais populares do país de maneira didática e com linguagem simples.

Por fim, a obra CARNE VS. BITS: paradigmas na disputa entre homens e máquinas (<https://www.editorafi.org/158andresathler>), do docente André Rehbein Sathler Guimarães, aborda discussão teórica sobre a possibilidade de desenvolvimento do pensamento em sistemas informatizados, a partir da noção de objetos não objetiváveis. Também trabalha com as diversas perspectivas de interface homem-máquina e hibridização de processos e tarefas cotidianas. Destaca, ainda, que uma compreensão global do fenômeno técnico é fundamental para qualquer análise da cultura, sobretudo quando se almejam interpretações da realidade atual. Muitas das tarefas foram transferidas para os computadores, automatizadas, deixando mais tempo e possibilidades para o trabalho criativo do ser humano. Assim, o debate é de extrema relevância no escopo do serviço público, atualmente voltado para a busca de soluções de inovação. A escolha desta obra também se justifica pela atualidade do tema nesses tempos em que o planeta enfrenta a pandemia da COVID-19 e que as interações homem-máquina se tornam ainda mais frequentes. A realidade do teletrabalho tem mudado a forma como as instituições públicas e privadas enxergam o trabalho, o qual passa por profundas alterações com o surgimento de novos processos e a extinção daqueles que não resistiram ao novo paradigma. Por fim, ressalta-se que, diferentemente da filosofia tradicional, na qual se analisa um texto clássico, ou a obra de um pensador, o livro faz um comentário polifônico, buscando dialogar com múltiplas vozes, de origens filosóficas e não-filosóficas. De distribuição gratuita no site da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), espera-se que a obra se torne um arcabouço teórico de contribuição para futuras pesquisas no âmbito do Programa e em demais instituições.

c) Capítulos – Anexo D;

Para a indicação dos cinco capítulos, além dos critérios estabelecidos pela avaliação – caráter inovador, relevância, impacto social e contribuição para políticas públicas – o PPG-Cefor escolheu privilegiar os textos inseridos em obras resultantes de esforços coletivos dos docentes do MPPL. Os livros coletâneos são uma característica do Programa, que incentiva a

colaboração entre suas linhas de pesquisa e a parceria com outras instituições que pesquisam o Poder Legislativo. Nesse quadriênio, cumprindo as recomendações do Anexo D da Ficha de Avaliação, foram selecionados quatro capítulos integrantes de dois livros organizados pelo PPG-Cefor com foco na área de Poder Legislativo, sendo um de publicação internacional e outro em parceria com a UFMG, e um capítulo de livro organizado pelo Ipea com contribuição de pesquisadores de diversos institutos de pesquisa em inovação e políticas públicas.

Dois capítulos indicados fazem parte da obra “The Legislature of Brazil: An Analysis of Its Policy-Making and Public Engagement Roles” (<https://www.routledge.com/The-Legislature-of-Brazil-An-Analysis-of-Its-Policy-Making-and-Public-Engagement/Bernardes-Leston-Bandeira-Braga/p/book/9780367892012>), publicada pela Routledge Taylor & Francis Group. O livro é resultado de pesquisas realizadas por docentes do PPG-Cefor sobre o Poder Legislativo brasileiro, mais especificamente sobre o papel da Câmara na formulação de políticas públicas e no engajamento público, nomeadamente em termos de promoção de participação e transparência. Cabe ressaltar que o livro foi editado pelos docentes Ricardo de João Braga e Cristiane Brum Bernardes em parceria com a professora Cristina Leston-Bandeira (University of Leeds). O capítulo que abre o livro, THE INSTITUTIONALIZATION OF THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES, de autoria dos docentes Ricardo de João Braga, André Rehbein Sathler Guimarães e Roberto Campos da Rocha Miranda, inova ao aplicar à Câmara dos Deputados do Brasil a clássica análise de Nelson Polsby sobre a institucionalização da House of Representatives dos EUA. A partir de coleta e análise de uma série de dados inéditos sobre a Câmara dos Deputados, foi possível aferir e analisar a crescente profissionalização dos deputados, desde a instalação da câmara baixa no Império, a consolidação de suas regras internas e de sua estrutura organizacional. O retrato que deriva da análise corrobora a visão de uma Câmara dos Deputados profissionalizada, experiente e com processos internos estáveis. Em termos acadêmicos, o capítulo, redigido em língua inglesa, colabora para divulgar uma imagem fiel e apurada da instituição brasileira no campo de estudos legislativos. Contudo, talvez mais importante, o capítulo traz elementos para a própria reflexão nacional, tanto profissional quanto leiga, sobre a consistência e, sobretudo, permanência de práticas e valores políticos expressos na forma de funcionamento e na estrutura formal da instituição.

O capítulo GREEN OR GREY: origin, bias and fate of environmental bills in the Brazilian National Congress é de autoria do docente Maurício Schneider, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional, e de Ana Alice Biedzicki de Marques, Consultora Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O texto inovou ao trazer uma nova perspectiva sobre a legislação ambiental brasileira, reenquadrando o Poder Legislativo como instituição que demanda proposições mais restritivas. A pesquisa avaliou 1.717 proposições sobre meio ambiente que tramitaram no Congresso Nacional por 11 legislaturas (1971 a 2014). A análise dos dados constatou que a maior parte das proposições do Legislativo é restritiva, procurando estabelecer limites mais estritos em relação ao uso de recursos naturais. Outro aspecto que se destacou foi que muitas das leis ambientais do Brasil são relativamente novas. Por fim, o estudo conclui que, apesar de mudanças pontuais que estabeleceram normas mais permissivas, o Legislativo federal aprovou, no período estudado (até 2014) um conjunto de leis abrangente e com viés protetivo, que, se razoavelmente fiscalizado, pode melhorar as condições de vida, conservar a biodiversidade, deter o desmatamento e restringir sensivelmente as emissões de carbono. Além de inovar na análise de atuação do Poder Legislativo na esfera ambiental, o estudo auxilia também no melhor entendimento das políticas públicas ambientais brasileiras, podendo se tornar subsídio para amparar a discussão sobre novas legislações.

Os próximos dois capítulos indicados integram o livro “Presidencialismo de coalizão em movimento” (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizao-em-movimento>), parceria técnico-científica entre o Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O propósito do livro, organizado pela docente do PPG-Cefor Giovana Dal Bianco Perlin e pelo professor Manoel Leonardo Santos (UFMG), é analisar as recentes mudanças no sistema político brasileiro sob a ótica da Câmara dos Deputados. Em sua contribuição para a publicação, com o capítulo SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO SISTEMA DE COMISSÕES PARLAMENTARES: um indicador da exclusão das mulheres do jogo político, Giovana Perlin abordou um dos temas centrais de suas pesquisas: gênero e representação política. A partir do mapeamento da ocupação de espaços de poder por mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados, o capítulo inova ao identificar importante nuance da sub-representação: no contexto do presidencialismo de coalizão, as mulheres são excluídas do jogo da governabilidade e possuem inexpressiva capacidade de negociar agendas junto ao Executivo. O trabalho revela que as mulheres concentram sua atuação no âmbito das Comissões em soft politics, área temática menos valorizada no processo político, enquanto os homens se concentram em Comissões hard politics. Com poucas mulheres representantes, circunscritas a temas sociais e raramente ocupando postos estratégicos, o potencial efetivo de representação política feminina tende a continuar com pouca expressão e, muitas vezes, meramente figurativo. A pesquisa de Giovana Perlin lança luz sobre um novo aspecto da sub-representação política de mulheres e pode ser usada como ponto de partida para maior discussão acadêmica e em políticas públicas para a representação política de minorias.

O capítulo FACES PARTIDÁRIAS NA ESFERA VIRTUAL: a atuação política das lideranças da Câmara dos Deputados no Facebook, de autoria dos docentes Cristiane Brum Bernardes, Antônio Teixeira de Barros e Malena Rehbein Rodrigues Sathler, traz resultados do Grupo de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados “Política e Internet: estratégias das instituições políticas na democracia digital”, realizado pelos autores entre os anos de 2015 e 2018. A relevância da reflexão apresentada nessa produção decorre do fato de que os mecanismos institucionais voltados para a interatividade institucional, a visibilidade política e a interação com a sociedade civil podem contribuir para fomentar uma cultura política democrática e favorecer as práticas de cidadania. De caráter exploratório, o estudo inova ao mapear a relação entre lideranças partidárias e cidadãos por meio da mídia social com o objetivo de avaliar e entender como esse espaço está sendo utilizado. O estudo, então, questiona como se dá a interface dos partidos na Casa representativa com a sociedade que representam e qual imagem partidária as lideranças constroem pela rede social Facebook. Nesse sentido, revela potencial impacto ao contribuir para o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e participação social. As estratégias e assuntos compartilhados nas postagens, bem com as formas de diálogo, participação cidadã e feedback partidário por meio do perfil oficial são analisados em detalhes. O capítulo atende ao objetivo de compartilhamento dos resultados de pesquisas realizadas pelos docentes com a comunidade acadêmica formada por pesquisadores, estudiosos, servidores e profissionais das casas legislativas. Além disso, traz reflexões teórico-metodológicas sobre o objeto de concentração do MPPL, o Poder Legislativo, com foco nas áreas de estudos legislativos, comunicação política e comunicação digital, essenciais para a discussão sobre as inovações democráticas produzidas contemporaneamente pelos parlamentos.

Por último, o capítulo COMO HACKEAR UM LEGISLATIVO: o caso do Labhacker da Câmara brasileira (https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34783&Itemid=444), do docente Cristiano Ferri Soares de Faria, fundador e Diretor por quatro anos do

LabHacker, compõe uma obra imprescindível para a literatura acadêmica e para gestores e servidores públicos em relação ao tema inovação na área pública, denominada “Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia”, organizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA. O capítulo traz uma avaliação qualitativa do caso do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, considerado o primeiro laboratório de inovação pública no Brasil, e o primeiro no mundo em um parlamento. A relevância do texto decorre principalmente do fato de ser referência para outros órgãos públicos que pretendem institucionalizar órgãos de inovação, criar processos de construção de políticas em rede e estimular a colaboração entre políticos, servidores e cidadãos. A criação e o funcionamento de laboratórios de inovação têm-se mostrado essenciais como ferramenta disruptiva para a modernização de instituições públicas e a abertura de novos canais de comunicação com a sociedade, principalmente no que diz respeito à quebra de padrões do formalismo baseado em silos e regras. Ademais, acadêmicos interessados em administração pública, ciência política, tecnologia e inovação podem se beneficiar desta pesquisa. Em especial, porque apresenta uma análise interna dos mecanismos (inside machine) muito rara de se encontrar em estudos de casos, já que o docente participou da experiência realizada, na condição de observador participante, além de ser um dos fundadores do Labhacker.

d) Produtos de natureza técnico-tecnológica – Anexo D.

A seleção de cinco produtos de natureza técnico-tecnológica (PTT) de um conjunto de quase 1000 produções foi uma tarefa sensível para o PPG-Cefor. Por ser um mestrado profissional, e condizente com o que se espera de um corpo docente vocacionado para tal modalidade, os professores do Programa atuam diretamente na elaboração de produtos técnicos que impactam a gestão da Câmara dos Deputados e a formulação de políticas públicas. Portanto, há inúmeros exemplos de PTTs que possuem caráter inovador, relevância e real impacto social. Os produtos indicados, então, representam não só os critérios estabelecidos para a avaliação quadrienal, como também espelham a diversidade de produtos que os docentes do MPPL produzem na área de Poder Legislativo e em suas linhas de pesquisa. Buscando realçar a variedade de subtipos de PTTs produzidos no âmbito do PPG-Cefor, as escolhas contam com exemplos de relatório de pesquisa, curso de curta duração, organização de evento, serviço técnico em subsídio a projeto de resolução e desenvolvimento de software. Todos os PTTs listados buscaram solucionar problemas complexos do Poder Legislativo e subsidiar a sociedade e a Câmara dos Deputados com ferramentas baseadas em pesquisas científicas em experiência profissional especializada.

O CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Cespo), iniciativa do docente Roberto Campos da Rocha Miranda, além de atividade inédita na área de esporte, intensifica a aproximação entre Academia e Legislativo, com vistas a contribuir para que as decisões na Casa Legislativa sejam cada vez mais embasadas em estudos cientificamente elaborados. A proposta do Concurso surgiu da necessidade de se aliar a visão acadêmica ao contexto político no qual o esporte é debatido na Câmara, identificada durante a realização de audiências públicas sobre temas científicos específicos. A primeira edição do Concurso recebeu 23 artigos, provenientes de 11 unidades da federação e com participação intensa de profissionais formados em educação física (87% – 20 participantes). Os nove artigos premiados compuseram a edição especial “Pesquisas e Políticas sobre Esporte” da E-Legis, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação do CEFOR (<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/issue/view/31>). Um primeiro impacto social do Concurso pode ser percebido na premiação recebida pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados em dezembro de 2017, na categoria “Atitude Positiva”, durante o III Prêmio Sou do Esporte. O sucesso do primeiro concurso propiciou a realização de mais duas edições: em 2018, foram 28 trabalhos apresentados; em 2019, o Concurso recebeu 51

submissões. Em tais edições, os artigos premiados também foram publicados em números especiais da E-Legis.

O relatório O INVESTIMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise histórica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento, desenvolvido pelo docente Ricardo Chaves de Rezende Martins com o apoio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), tem por objetivo, com base na análise histórica do financiamento da educação superior, em especial pela União, evidenciar a necessidade de delineamento de alternativas de suporte ao estudante desse nível de ensino que, reunindo as possibilidades dos setores público e particular, assegurem sua oferta sustentável, com equidade, garantindo a inclusão dos segmentos economicamente menos favorecidos da sociedade. É um dos raros estudos, nos últimos anos, que considera o financiamento da educação superior sob a ótica do estudante-cidadão e que busca associar as políticas para esse nível de ensino nos segmentos público e privado. Ademais, é o único estudo conhecido que realiza pesquisa histórica sobre o financiamento da educação superior, com dados orçamentários, desde o início da República. Considerando-se que a formulação de uma nova política de educação superior demanda articulação entre o Poder Público e as instituições particulares de educação superior, o estudo resultante de pesquisa realizada em parceria com a ABMES tem potencial impacto em políticas públicas em educação.

A MINUTA DO PLANO DIRETOR DE USO DOS ESPAÇOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268627>), atualmente em fase de apreciação em plenário (PRC 01/2021), é uma proposta inovadora do docente Valério Augusto Soares de Medeiros, pois são raras as normas semelhantes em edificações complexas, além de contemplar um exercício de migração de princípios de gestão e planejamento urbano para conjuntos edificados. O documento e o que se propõe a alcançar – estabelecer normas de uso e ocupação – é um produto relevante para a qualidade do ambiente construído da instituição, que integra o Congresso Nacional brasileiro, especialmente ao se ter em conta uma vasta literatura que demonstra o quanto a qualidade do ambiente construído afeta o desempenho laboral. O impacto social da ação, quando implementada, será num primeiro momento para o que se denomina sociedade-Câmara, isto é, conjunto de pessoas que circulam pelos espaços construídos da Casa. Por esses espaços, circulam diariamente entre 20.000 e 30.000 pessoas entre parlamentares, servidores, cidadãos, autoridades nacionais e internacionais e representantes da sociedade civil organizada, que vão à Câmara para discussão de políticas públicas de relevância nacional. Sendo assim, a otimização do espaço procura melhorar, também, a qualidade da interação e do resultado da atividade profissional desses públicos. Em razão da diversidade de interesses em ação na Casa, a despeito de uma aparente unidade nos edifícios articulados e em seus respectivos ambientes internos, a Câmara sofre diversos problemas associados a espaços físicos, como aspecto labiríntico do conjunto arquitetônico, densidade excessiva e desproporcional de pessoal em alguns órgãos, adaptação de usos e indisponibilidade de área para atendimento de novas demandas. O cenário motivou a elaboração da minuta, que expressa a convergência das ações do Departamento Técnico, do planejamento estratégico institucional e de Grupo de Pesquisa e Extensão “O Poder do Espaço: Variáveis Espaciais em Casas Legislativas”, certificado pelo PPG-Cefor no DGP/Lattes.

O EXTRATO LATTES (<https://github.com/CEFOR/EXTRATOLATTES>), uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, com número de registro BR512020002538-2 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, desenvolvido pelo docente Coordenador do PPG-Cefor Fabiano Peruzzo Schwartz, permite acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes e discentes por meio da geração periódica de extratos com base nas informações do currículo Lattes. De forma geral, a ferramenta contribui para a automatização do processo

de organização e consolidação de informações referentes a pontos essenciais da avaliação quadrienal da Capes. Assim, é possível aos programas a orientação e acompanhamento adequados quanto ao preenchimento e atualização do Lattes, bem como a execução de ações corretivas e definição de políticas que venham a identificar, em tempo, o aparecimento de eventuais inconsistências. No âmbito do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, o Extrato Lattes dá suporte a diversas políticas de gestão, como o processo de acompanhamento de docentes para recondição ou descredenciamento (a cada quadriênio) e de revisão do enquadramento como permanente ou colaborador (a cada biênio), a escolha dos destaques de cada docente e o acompanhamento de egressos e de alunos regulares. Vale ressaltar que a ferramenta foi apresentada em visita técnica e/ou reunião virtual a três programas da área de Ciência Política (Universidade de Campinas, em 2017; Escola de Guerra Naval, em 2019; e Universidade Federal do Paraná, em 2020), com vistas à transferência de tecnologia e orientação de uso, o que revela interesse dos pares pelo caráter inovador, potencial impacto social e suporte aos programas, em nível nacional, quanto à boa aplicação dos critérios da política de avaliação de cursos stricto sensu.

Por fim, como um programa profissional voltado à pesquisa e à produção de conhecimento sobre o Poder Legislativo, é de extremo interesse do MPPL que oportunidades de treinamento para servidores das casas legislativas sejam criadas. Principalmente, quando focam em iniciativas de inovação tecnológica dentro das instituições parlamentares, com extremo potencial de retorno profissional para os servidores que participam dessas iniciativas e de impacto social por meio da repercussão das novas práticas nas políticas públicas. Nesse sentido, a realização do TREINAMENTO PROFISSIONAL EM PARLAMENTO DIGITAL (<https://inctdd.org/en/ensino/?objetivo=treinamentos>), sob a coordenação da docente Cristiane Brum Bernardes, mobilizou 14 professores de instituições nacionais e estrangeiras integrantes do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), sendo quatro deles docentes permanentes do MPPL. A iniciativa foi uma colaboração entre o INCT.DD e o PPG-Cefor, o que resulta na inclusão do MPPL numa rede ampla de pesquisadores interessados em temas comuns, tanto no Brasil quanto no exterior. Como parte do programa do curso, foram discutidas temáticas como: engajamento público e participação, gestão da comunicação digital nos parlamentos, gerenciamento de discussões legislativas online e deliberação online e políticas públicas. Em relação ao corpo discente, o treinamento contou com 40 alunos, a maioria deles profissionais de casas legislativas – entre elas Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre outras – e interessados no tema. Ao final do curso, os alunos produziram projetos de intervenção passíveis de realização em suas instituições, demonstrando o caráter prático e de impacto imediato do treinamento, que estão sendo reunidos em um relatório técnico a ser publicado nos próximos meses. Assim, o conhecimento produzido no treinamento poderá ser compartilhado não apenas com as instituições de origem dos estudantes, mas também com toda a comunidade de casas legislativas no Brasil e no exterior, expandindo o potencial de impacto do treinamento.

2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no Programa.

O corpo docente do MPPL é composto, em sua totalidade, por servidores efetivos, doutores, da Câmara dos Deputados. O PPG-Cefor considera um ponto forte de seu Mestrado Profissional o fato de haver docentes permanentes dedicados integralmente ao Programa, ao mesmo tempo em que há uma parcela do grupo atuando nas diversas áreas da Casa e em contato direto com os temas relacionados às linhas de pesquisa do curso. Essa diversidade de práticas profissionais também se reflete nas atividades de formação. Dessa forma, para garantir e estimular a participação de todos os docentes, respeitar a diversidade de contribuições e estabelecer critérios de participação para docentes permanentes e colaboradores foi instituído, em 2017, o “Regulamento de credenciamento, descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2017-2020”, ora referido somente como Regulamento (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>).

O Regulamento, aprovado em Colegiado, define que os docentes devem desenvolver atividades de ensino, pesquisa e orientação de trabalhos de conclusão de curso, bem como as atividades administrativas a elas inerentes. Também estabelece o ingresso no corpo docente como privativo de servidor efetivo, exceto para professor visitante, por meio de processo seletivo específico para enquadramento inicial como professor colaborador. O enquadramento subsequente do docente como professor permanente ou colaborador depende de avaliação da produção lançada no Currículo Lattes, considerando critérios de produção bibliográfica, produção técnica, orientação e participação em bancas, projetos de pesquisa, colaboração técnica e disciplinas ministradas. Com o estabelecimento do Regulamento, docentes permanentes devem, obrigatoriamente, ministrar, no mínimo, quatro disciplinas no quadriênio (sozinho ou em conjunto com outros docentes), e participar de orientações e bancas. O enquadramento de docentes como permanente ou colaborador é revisto a cada biênio, já o credenciamento dos docentes no Programa é feito ao final do período avaliativo.

Considerando o critério originalmente estabelecido pela área Ciência Política e Relações Internacionais para a manutenção de, no mínimo, 70% do corpo docente como permanente (atualmente, 60% para mestrados profissionais), e os critérios constantes no Regulamento, o PPG-Cefor reviu a configuração do quadro de professores durante o quadriênio 2017-2020. Além disso, ante as aposentadorias previstas para o período, foram planejados e executados processos de seleção de novos docentes em 2017 e 2019. Esse conjunto de ações permitiu que o Programa adequasse, ao longo do quadriênio, a distribuição das atividades de formação e incentivasse a participação de docentes permanentes.

Assim, professores na condição de permanente desde o início do MPPL, em 2013, passaram a colaboradores em 2019, após o primeiro ciclo de reenquadramento: Amandino Teixeira Nunes Júnior, por estar se desligando das atividades acadêmicas com vistas à aposentadoria, e Cristiano Ferri Soares de Faria, pela impossibilidade de atuar mais ativamente no período devido a atividades profissionais como Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados. Por outro lado, em consequência de sua ativa participação nas atividades de formação e pesquisa no âmbito do MPPL, a docente Terezinha Elisabeth da Silva, admitida como colaboradora no Programa por meio do processo seletivo de 2017, foi reenquadrada como permanente. Sua recente integração ao corpo docente, principalmente como professora permanente, é a razão por não ter, em seu registro, orientação de TCC finalizado no quadriênio. Atualmente, a professora Terezinha Silva orienta 1 discente, ingressante no processo seletivo 2019/2020. Por fim, o docente Rildo José Cosson Mota aposentou-se no

segundo semestre de 2019, passando a atuar como visitante para finalizar suas atividades de orientação.

Para o levantamento dos dados dos itens 2.5.1 a 2.5.5, o PPG-Cefor utilizou duas abordagens: índices ano a ano e índices no quadriênio. Como o quadro de docentes permanentes variou no período, conforme explicado anteriormente, avaliar apenas os resultados considerando os quatro anos em conjunto ocultaria os impactos das ações que foram empreendidas durante o quadriênio com a finalidade de garantir uma distribuição equilibrada das atividades de formação e pesquisa entre os docentes. Assim, a visualização anual dos índices permite compreender de que forma as modificações empreendidas repercutiram nos efeitos esperados.

Dessa forma, serão utilizadas as informações ano a ano, detalhadas no arquivo “Tabela ITEM 2.5 – Docentes permanentes MPPL”, anexado à avaliação.

Número de docentes permanentes:

em 2017: 19

em 2018: 19

em 2019: 18

em 2020: 17

no período 2017-2020: 20 (considerando todos os docentes que atuaram como permanentes)

***FA 2.5.1: Número de teses, dissertações ou equivalentes concluídos no período de avaliação em relação ao total de docentes permanentes.**

Número de TCCs concluídos/Total de docentes permanentes:

em 2017: 10 TCCs / 19 DPs = 0,53 TCC/DP

em 2018: 21 TCCs / 19 DPs = 1,11 TCC/DP

em 2019: 11 TCCs / 18 DPs = 0,61 TCC/DP

em 2020: 29 TCCs / 17 DPs = 1,71 TCC/DP (2 TCCs concluídos quando os respectivos orientadores já não eram mais permanentes)

no período 2017-2020: 71 TCCs / 20 DPs = 3,55 TCCs/DP

É possível notar uma tendência crescente no número de TCCs/DP no quadriênio. Variações entre os anos são consideradas normais, uma vez que a margem de tempo para que os discentes finalizem seus trabalhos permite alguns meses de diferença na obtenção da titulação entre alunos da mesma turma. Entende-se, pelos dados levantados, que as ações para reestruturação do corpo docente empreendidas no decorrer do quadriênio tiveram efeito na relação TCCs/DP, como o reenquadramento de docentes no meio do período, o incentivo à participação nas atividades de formação e a autoavaliação dos TCCs, realizada pelo PPG-Cefor, que observa a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador do Programa, bem como o rol de temáticas estudadas.

Considerando a relação TCCs/DP anual, vê-se que o índice de 2017 (0,53) foi superado no ano seguinte (1,11), recuando em 2019 (0,61) mas ainda acima do índice de 2017, e com forte crescimento em 2020 (1,71). Em 2020, ano com o menor número de docentes permanentes, também se verificou a maior quantidade de TCCs concluídos. Pode-se concluir dessas observações que as sucessivas ações de reestruturação, previstas no Planejamento Estratégico 2017-2020, contribuíram para o maior engajamento dos professores nas ações de formação, alcançando os objetivos pretendidos.

Olhando-se o quadriênio como um todo, chega-se à relação de 3,55 TCCs/DP. O resultado é interpretado como satisfatório pelo PPG-Cefor, uma vez que os professores do MPPL, em sua ampla maioria, se dividem entre as atividades acadêmicas do Programa e a atuação profissional na Câmara dos Deputados. Atualmente, são 18 professores nessa condição, com apenas 4 dedicados integralmente ao Programa. A dedicação do docente às atividades de sua prática profissional, embora possa limitar a quantidade de orientações, é desejável uma vez que provê a contínua e profícua circulação do conhecimento teórico e prático. Considerando o perfil do corpo docente, a natureza do Programa e que a atividade de orientação demanda esforço e participação do docente por todo o período ativo do discente no curso (dois anos e meio, em média), a relação de 3,55 TCCs/DP pode ser entendida como um ponto positivo do PPG-Cefor.

***FA 2.5.2: Percentual de docentes permanentes com orientações de teses, dissertações ou equivalentes concluídos no quadriênio.**

Percentual de DPs com orientações concluídas:

em 2017: (5/19) 26%

em 2018: (9/19) 47%

em 2019: (10/18) 56%

em 2020: (13/17) 76%

no período 2017-2020: (18/20) 90%

Os dados evidenciam que houve crescimento progressivo no percentual de docentes permanentes com orientações concluídas a cada ano. Com porcentagem de 26% em 2017, o ano de 2020 fechou com 76% de docentes com orientações finalizadas. Ressalta-se que houve impacto da Covid-19 na conclusão dos TCCs em 2020, sendo autorizada pela Capes a postergação do prazo de titulação (Portaria Capes 36/2020). Ainda assim, o Programa manteve o ritmo de crescimento, tornando 2020 o ano de maior percentual alcançado. Mais uma vez, o PPG-Cefor credita a clara melhora na participação dos docentes na atividade de orientação às ações estratégicas desenvolvidas ao longo do período.

No acumulado do quadriênio, o índice de 90% de docentes permanentes com orientações concluídas é considerado positivo pelo Programa. Com a definição dos critérios de reenquadramento (em 2017), as distorções passaram a ser corrigidas no biênio seguinte (2019-2020), havendo crescente envolvimento dos docentes permanentes nas atividades de orientação. Ressalta-se que houve, no período, afastamento de docentes permanentes para realização de curso de Mestrado (Ricardo de João Braga) e estágio Pós-doutoral (Cristiane Brum Bernardes e Fabiano Peruzzo Schwartz). Mesmo assim, os professores mantiveram as atividades de orientação.

Considerando os casos individuais, cabe esclarecer que os docentes Amandino Teixeira Nunes Júnior, Cristiano Ferri Soares de Faria, Rildo José Cosson Mota e Terezinha Elizabeth da Silva foram os docentes que não tiveram orientações concluídas no quadriênio enquanto docentes permanentes. Como já exposto anteriormente, o professor Amandino estava em processo de aposentadoria e, por isso, foi reenquadrado como colaborador em 2019, aposentando-se no mesmo ano. O docente Cristiano Ferri também foi reenquadrado como docente colaborador em 2019, em função do baixo envolvimento com o Programa no biênio 2017-2018, decorrente da carga elevada de atividades na direção do Laboratório Hacker. Ainda assim, o professor Cristiano teve uma orientação finalizada em 2020, iniciada como permanente e concluída como docente colaborador. O docente Rildo Cosson também passou por processo de aposentadoria no período, desligando-se do quadro de docentes permanentes em 2019. O professor Rildo também teve uma orientação concluída em 2020, já como docente visitante.

Por fim, a professora Terezinha passou à condição de docente permanente em 2019, não havendo tempo hábil para finalização de orientação de discentes ingressantes após seu novo enquadramento no corpo docente. No momento, a professora Terezinha tem uma orientação em andamento. Em contrapartida, a docente atuou ativamente no Programa ministrando disciplinas, principalmente as obrigatórias Seminário de Pesquisa e Seminário de TCC, que impactam diretamente os trabalhos produzidos. Foram 7 disciplinas ministradas no quadriênio pela professora Terezinha, sendo 5 entre as obrigatórias citadas.

***FA 2.5.3: Distribuição de teses, dissertações ou equivalentes em relação ao corpo docente permanente do Programa. A partir do número de orientações concluídas de cada docente permanente, serão calculados a média por docente permanente e o desvio padrão da distribuição. Na sequência, dividindo-se o desvio padrão pela média, é obtido o coeficiente de variação. Um coeficiente de variação alto indica uma má distribuição do trabalho de orientação.**

Média de TCCs por docente permanente:

em 2017: 10 TCCs / 19 DPs = 0,53 TCC/DP

em 2018: 21 TCCs / 19 DPs = 1,11 TCC/DP

em 2019: 11 TCCs / 18 DPs = 0,61 TCC/DP

em 2020: 27 TCCs / 17 DPs = 1,59 TCC/DP

no período 2017-2020: 71 TCCs / 20 DPs = 3,55 TCCs/DP

Desvio padrão em relação à média de TCCs por docente permanente:

em 2017: 0,96

em 2018: 1,37

em 2019: 0,61

em 2020: 1,42

no período 2017-2020: 2,19

Coeficiente de variação:

em 2017: 0,96 / 0,53 = 1,83

em 2018: 1,37 / 1,11 = 1,24

em 2019: 0,61 / 0,61 = 0,99

em 2020: 1,42 / 1,59 = 0,89

no período 2017-2020: 2,19 / 3,55 = 0,62

Nota-se a tendência decrescente do coeficiente de variação ano a ano ao longo do quadriênio, partindo de 1,83, em 2017, até atingir 0,89, em 2020, pouco menos que a metade do valor inicial, alcançando o valor consolidado de 0,62 para todo o quadriênio. Novamente, o PPG-Cefor atribui a progressiva melhora do coeficiente de variação ao conjunto de ações estratégicas empreendidas no quadriênio na busca de uma distribuição de atividades mais equilibrada entre os docentes.

Vale salientar, além da importância do processo de reenquadramento docente, do monitoramento pelo Extrato Lattes e das seleções de novos professores, já citados anteriormente, que as ações no âmbito da Política de Autoavaliação (em especial a Avaliação de TCCs), da reestruturação curricular das disciplinas obrigatórias (que dão suporte ao desenvolvimento do projeto de pesquisa) e da modificação dos editais de seleção de discentes regulares (que definem as temáticas de pesquisa de cada docente) também têm relação com a melhoria na distribuição de alunos por orientadores, gerando consequências benéficas ao MPPL. Ao analisar os TCCs já finalizados, o Programa pôde atuar de forma a adequar a relação entre as linhas de pesquisa e os docentes orientadores. Também foi capaz de compreender as

modificações que precisavam ser feitas no currículo das disciplinas focadas na pesquisa de TCC. Assim, os novos editais de seleção de docentes passaram a, gradativamente, contemplar alterações para melhoria dos projetos de pesquisa, atividade de orientação e, conseqüentemente, trabalho final. O edital 2019/2020, que precisou ser atrasado em decorrência da Covid-19, é o resultado mais recente desse processo de reestruturação, com impactos esperados para o próximo quadriênio.

***FA 2.5.4: Percentual de docentes permanentes que foram responsáveis por disciplinas no Programa no período avaliativo.**

A política adotada pelo PPG-Cefor é de incentivo aos docentes para que as disciplinas do MPPL sejam ministradas de forma conjunta por mais de um professor. Além de enriquecer o conteúdo, trazendo perspectivas e experiências diversas aos discentes, essa prática propicia que os docentes atuem em mais disciplinas por ano letivo de forma concomitante com suas atividades laborais na Câmara dos Deputados. Dessa forma, o Programa considera que todos os docentes vinculados a uma disciplina são responsáveis pela mesma, não havendo distinção entre eles. No entanto, sabe-se que a Capes, por meio dos dados inseridos na Plataforma Sucupira, considera apenas um docente responsável por disciplina. O Programa cumpre com a orientação, porém apresenta, a seguir, os dados compilados sob as duas interpretações: 1. considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis e 2. considerando apenas um docente responsável por disciplina.

Antes da análise, cabe ressaltar o número de disciplinas ministradas a cada ano do quadriênio e a soma do período:

em 2017 – 17 disciplinas ministradas por docentes permanentes

em 2018 – 16 disciplinas ministradas por docentes permanentes

1 disciplina ministrada por docente colaborador

em 2019 – 18 disciplinas ministradas por docentes permanentes

1 disciplina ministrada por docente colaborador

em 2020 – 21 disciplinas ministradas por docentes permanentes

no quadriênio – 74 disciplinas ministradas

1. Percentual considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis

Em 2017 – 84% dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2018 – 68% dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2019 – 78% dos docentes permanentes ministraram disciplinas

Em 2020 – 94% dos docentes permanentes ministraram disciplinas

No quadriênio – 90% dos docentes ministraram disciplinas como permanentes

Apesar da ligeira queda nos anos de 2018 e 2019, o resultado final do quadriênio foi considerado satisfatório, uma vez que há justificativa razoável para que três docentes tenham deixado de ministrar disciplinas no período, enquanto permanentes. Como já explicitado, os professores Amandino e Cristiano foram reenquadrados como docentes colaboradores em 2019 em razão da diminuição das atividades acadêmicas. O professor Cristiano ministrou disciplina em 2020, porém já como colaborador. Em adição, o Prof. Ricardo Braga esteve afastado nos anos de 2018 e 2019 para cursar novo mestrado na Alemanha.

2. Percentual considerando apenas um docente responsável por disciplina

Em 2017 – 63% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2018 – 53% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2019 – 61% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Em 2020 – 76% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

No quadriênio – 85% dos docentes permanentes foram responsáveis por disciplinas

Nota-se que há uma diminuição nos percentuais anuais e no agregado do quadriênio. Ao definir apenas um docente como responsável, a participação dos demais professores da disciplina fica anulada. Um caso exemplar dessa diferença é o do docente Rildo José Cosson da Mota. O professor não foi registrado como responsável por nenhuma disciplina no quadriênio, mesmo tendo atuado em 4 disciplinas no período. Esse fato também impactou o resultado do quadriênio, que passou de 90% para 85% de docentes permanentes responsáveis por disciplinas. Como ponto de melhoria para o próximo quadriênio, há espaço para uma reestruturação na forma de lançar as informações na Plataforma Sucupira de maneira a melhor equilibrar a participação dos docentes, uma vez que o lançamento do período 2017-2020 pode ter sido prejudicado pelo desconhecimento sobre a sistemática de contabilização de participação de docentes como responsáveis por disciplinas.

Considerando que nas duas perspectivas apresentadas (1 e 2) houve diminuição no percentual dos anos de 2018 e 2019, é razoável ponderar que 2018 foi um ano de eleições, que exige dos docentes lotados nas consultorias e em órgãos políticos, como lideranças e comissões, maior dedicação às demandas surgentes do processo eleitoral, ao passo que 2019 deu início a atividades de uma nova legislatura na Câmara dos Deputados, período também marcado por intensa atividade na área política. A maior demanda laboral ocasionada por esses eventos pode ter impactado a participação dos docentes permanentes nas disciplinas. Um exemplo disso é a atuação de docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, a partir de maio de 2018, como Secretário-Geral da Mesa, um dos mais altos cargos da hierarquia administrativa da Casa. O professor Leonardo, inclusive, foi o único a não ministrar disciplina em 2020, em função da agenda carregada e, por vezes, imprevisível na assessoria direta à Mesa Diretora da Câmara. Outros docentes, como Malena Rehbein Rodrigues Sathler e Roberto Campos da Rocha Miranda também tiveram um lapso de participação em 2018, lotados em Liderança Partidária e Comissão Permanente no período. Além disso, o docente Ricardo de João Braga se afastou entre outubro de 2017 a outubro de 2019 para cursar o Mestrado Roads to Democracy, na Universität Siegen - UNISIEGEN, Alemanha.

***FA 2.5.5: Distribuição de disciplinas ministradas em relação ao corpo docente permanente do Programa. A partir do número de disciplinas ministradas de cada docente permanente, serão calculados a média por docente permanente e o desvio padrão da distribuição. Na sequência, dividindo-se o desvio padrão pela média, é obtido o coeficiente de variação. Um coeficiente de variação alto indica uma má distribuição da oferta de disciplinas.**

Novamente, o PPG-Cefor irá considerar as duas perspectivas anteriormente justificadas para analisar o item 2.5.5: (1) considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis e (2) considerando apenas um docente responsável por disciplina.

1. Estimativas considerando todos os docentes vinculados à disciplina como responsáveis

Média de disciplinas por docente permanente:

em 2017: 32 disciplinas / 19 DPs = 1,68 disciplina/DP

em 2018: 29 disciplinas / 19 DPs = 1,53 disciplina/DP

em 2019: 32 disciplinas / 18 DPs = 1,78 disciplina/DP

em 2020: 35 disciplinas / 17 DPs = 2,06 disciplinas/DP

no período 2017-2020: 128 disciplinas / 20 DPs = 6,40 disciplinas/DP

Desvio padrão em relação à média de disciplinas por docente permanente:

em 2017: 1,16

em 2018: 1,39

em 2019: 1,40
em 2020: 1,30
no período 2017-2020: 4,64

Coefficiente de variação:

em 2017: $1,16 / 1,68 = 0,69$
em 2018: $1,39 / 1,53 = 0,91$
em 2019: $1,40 / 1,78 = 0,79$
em 2020: $1,30 / 2,06 = 0,63$
no período 2017-2020: $4,64 / 6,40 = 0,72$

Os dados mostram, em todos os anos, uma média superior a 1,5 disciplina por docente permanente, chegando a pouco mais de 2 disciplinas em 2020. A média do quadriênio se mostra satisfatória, atingindo mais de 6 disciplinas por docente. O coeficiente de variação estimado no quadriênio é de 0,72, o que revela certa heterogeneidade na distribuição, cujas razões prováveis foram apresentadas como afastamento de docentes, ocupação de cargos estratégicos na Casa e proximidade das aposentadorias.

2. Estimativas considerando apenas um docente responsável por disciplina

Média de disciplinas por docente permanente:

em 2017: 17 disciplinas / 19 DPs = 0,89 disciplina/DP
em 2018: 16 disciplinas / 19 DPs = 0,84 disciplina/DP
em 2019: 18 disciplinas / 18 DPs = 1,00 disciplina/DP
em 2020: 21 disciplinas / 17 DPs = 1,24 disciplina/DP
no quadriênio: 72 disciplinas / 20 DPs = 3,60 disciplinas/DP

Desvio padrão em relação à média de disciplinas por docente permanente:

em 2017: 0,81
em 2018: 0,90
em 2019: 0,97
em 2020: 0,90
no período 2017-2020: 2,95

Coefficiente de variação:

em 2017: $0,81 / 0,89 = 0,90$
em 2018: $0,90 / 0,84 = 1,07$
em 2019: $0,97 / 1,00 = 0,97$
em 2020: $0,90 / 1,24 = 0,73$
no período 2017-2020: $2,95 / 3,60 = 0,82$

Como era esperado, há uma diminuição nos valores encontrados quando se considera apenas um docente como responsável, anulando a participação dos demais professores atuantes nas disciplinas. Mesmo assim, observa-se uma tendência de alta nas médias anuais, chegando a 3,60 no acumulado do ano. O coeficiente de variação segue uma curva de progressão semelhante à da perspectiva 1, revelando certa heterogeneidade na distribuição, conforme razões já apresentadas.

De toda forma, houve evolução positiva na participação dos docentes permanentes nas disciplinas ao longo do quadriênio, o que se pode creditar às ações estratégicas executadas no período, cujos resultados apontam para o alcance dos objetivos determinados no médio prazo.

3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.

O PPG-Cefor tem, na declaração de suas diretrizes estratégicas a inovação, a relevância socioeconômica e o suporte a políticas públicas como guias orientadores da promoção de mudanças significativas. Nesse sentido, enfatiza que o caráter inovador deve ser preocupação permanente nas ações do Programa, o que se traduz em atributo presente nas produções de docentes, discentes e egressos do MPPL, em compasso afinado com sua vocação profissional. Ao produzirem conhecimento e resolverem problemas complexos da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo, professores e alunos adotam novas metodologias, perspectivas e soluções. Assim, a escolha dos dez destaques do Programa (Anexo E) considerou a diversidade da produção, o impacto real, seja na instituição, em segmentos da sociedade ou na formulação de políticas públicas, e o potencial inovativo desenvolvido no contexto do MPPL e do Poder Legislativo. Chegou-se a uma cesta relevante de produções que engloba produtos bibliográficos e técnico-tecnológicos que trazem originalidade para a experiência acadêmica do MPPL, para o funcionamento da Câmara dos Deputados, para o fomento de políticas públicas e para o campo de estudos legislativos e Ciência Política, com alcance ora local, nacional ou internacional. A seguir, será exposto breve relato do caráter inovador de algumas das produções indicadas.

O CURSO DE MÉTODOS INFERENCIAIS EM PESQUISAS LEGISLATIVAS – MODALIDADE VIRTUAL, do docente Fabiano Peruzzo Schwartz, inova ao reformular o curso Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas para o novo contexto imposto pela pandemia da Covid-19. Oferecido na matriz curricular de disciplinas optativas de cunho metodológico do MPPL, o Curso já está em sua 14ª edição, pelas quais passaram cerca de 200 alunos na modalidade presencial. Remodelado para o formato virtual e hospedado em página própria (<https://fabiano.cf/mipl.html>) com videoaulas, material instrucional, repositório de dados e códigos de programação, o Curso está disponível para qualquer cidadão interessado em fazê-lo, de forma gratuita. No âmbito do MPPL, o caráter inovador se reflete na nova sistemática de aulas em sala invertida, visto que os alunos estudam previamente as videoaulas e os materiais instrucionais para, em sala de aula (presencial ou virtual), participarem de atividades práticas que consistem na aplicação dos conceitos apresentados a situações e/ou fenômenos reais. A solução mostrou-se eficaz e adequada para contornar as barreiras impostas pela pandemia e trouxe benefícios para professor e alunos com condução mais ágil e focada das atividades voltadas para a produção de estudos sobre o Poder Legislativo. Além disso, o alcance, antes local, ganhou dimensão nacional ao receber alunos de outros estados brasileiros, possibilidade decorrente da utilização de recursos virtuais. O Curso oferece conteúdo atual e relevante nas áreas de estatística e ciência de dados, e pode ser utilizado livremente por outros programas de graduação e pós-graduação, dado que o produto está licenciado sob os critérios de Licença Creative Commons que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

O CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, organizado pelo docente Roberto Campos da Rocha Miranda, é uma atividade inédita na área de esporte que busca intensificar a aproximação entre Academia e Legislativo, com vistas a contribuir para que as decisões na Casa Legislativa sejam cada vez mais embasadas em estudos cientificamente elaborados. A proposta do Concurso surgiu da necessidade de se aliar a visão acadêmica ao contexto político no qual o esporte é debatido na Câmara, identificada durante a realização de audiências públicas sobre temas científicos específicos. A iniciativa original visa a enriquecer os debates e melhor subsidiar os deputados em seus argumentos e decisões, além de fortalecer o Sistema Desportivo Nacional por meio da

investigação sistemática e metodológica, em especial no que tange aos aspectos de legislação e fiscalização. Em busca realizada em abril de 2017, no Google Acadêmico, encontrou-se volume considerável de trabalhos acadêmicos versando sobre temas integrados com o esporte. Daí, vislumbrou-se a possibilidade de estimular ainda mais o desenvolvimento da pesquisa científica sobre as relações integradas da atuação esportiva com as áreas de saúde e educação. Após o primeiro concurso, em 2017, outras duas edições aconteceram em 2018 e 2019 com número crescente de artigos inscritos.

Já O INVESTIMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise histórica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento, de autoria do docente Ricardo Chaves de Rezende Martins, é um dos raros estudos, nos últimos anos, que considera o financiamento da educação superior sob a ótica do estudante-cidadão e que busca associar as políticas para esse nível de ensino nos segmentos público e privado. Ademais, é o único estudo conhecido que realiza pesquisa histórica sobre o financiamento da educação superior, com dados orçamentários, desde o início da República, o que caracteriza a sua originalidade. O trabalho, desenvolvido com o apoio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), tem por objetivo evidenciar a necessidade de delineamento de alternativas de suporte ao estudante desse nível de ensino que, reunindo as possibilidades dos setores público e particular, assegurem sua oferta sustentável, com equidade, garantindo a inclusão dos segmentos economicamente menos favorecidos da sociedade.

A obra THE LEGISLATURE OF BRAZIL: an analysis of its policy-making and public engagement roles (<https://www.routledge.com/The-Legislature-of-Brazil-An-Analysis-of-Its-Policy-Making-and-Public-Engagement/Bernardes-Leston-Bandeira-Braga/p/book/9780367892012>), organizada pelos docentes Cristiane Brum Bernardes e Ricardo de João Braga em parceria com a professora Cristina Leston-Bandeira (University of Leeds) e publicada pela Routledge Taylor & Francis Group, é resultado de pesquisas realizadas por docentes do PPG-Cefor, que são também servidores da Câmara dos Deputados, sobre o Poder Legislativo brasileiro, mais especificamente sobre o papel da Câmara na formulação de políticas públicas e no engajamento público, nomeadamente em termos de promoção da participação e da transparência. A obra é inovadora por concentrar, em um único volume, perspectivas das áreas de História, Ciência Política, Sociologia, Administração e Comunicação, que se desenvolvem em análise profunda do Poder Legislativo brasileiro para apresentá-lo, na essência, à comunidade internacional de pesquisadores da área legislativa. O livro baseia-se na conceituação teórica de Nelson Polsby sobre legislaturas transformadoras e de arena. O objetivo não é chegar a um consenso sobre a categorização exata da legislatura na classificação de Polsby. Ao contrário, os capítulos também inovam ao se preocupar, principalmente, em desafiar essa classificação por meio de perspectivas interdisciplinares extraídas dos estudos legislativos no Brasil. Ao se descolar de uma única definição, a obra busca estimular um debate sobre a extensão e o papel dos parlamentos em sistemas presidencialistas de países com contextos políticos heterogêneos e complexos, como o Brasil. Dessa forma, o PPG-Cefor contribui de maneira original para o debate internacional em Ciência Política e estudos sobre o Poder Legislativo.

O livro PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizacao-em-movimento>), organizado pelos docentes Giovana Dal Bianco Perlin (Cefor) e Manoel Leonardo Santos (UFMG), mostra originalidade por dois motivos: ao unir em uma parceria técnico-científica programas de vocação profissional (PPG-Cefor) e acadêmica (PPG em Ciência Política da UFMG) em um único esforço de produção de conhecimento e ao analisar o presidencialismo de coalizão em constante mudança sob a perspectiva do Poder Legislativo. A parceria técnico-científica garantiu, nos diversos capítulos da obra, a importante combinação entre a solidez teórica e a

experiência da prática legislativa, num trabalho profícuo de construir e testar hipóteses, reunir dados e de entender as mudanças no presidencialismo de coalizão brasileiro, mais especificamente, no que tange às transformações no Poder Legislativo. O livro apresenta novos achados e novas interpretações sobre o funcionamento do Parlamento e, por consequência, do próprio presidencialismo de coalizão no Brasil. Como exemplo, o capítulo 8 contesta a ideia de alteração do padrão de voto dos parlamentares em Plenário nos ciclos eleitorais, como sugere a literatura mais relevante sobre o tema, e o capítulo 12 constata aumento substancial do protagonismo das comissões nas deliberações sobre iniciativas presidenciais e oferece uma interpretação original para o fenômeno.

Por sua vez, o artigo A OLIGARQUIA DESVENDADA: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros, dos docentes André Rehbein Sathler Guimarães, Malena Rehbein Rodrigues Sathler e Ricardo de João Braga, publicado na Dados - Revista de Ciências Sociais, traz uma nova vertente investigativa sobre a organização interna dos partidos políticos brasileiros (https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000200205&tlng=pt). Partindo de uma perspectiva normogenética, identifica como elementos facilitadores do processo de oligarquização inscreveram-se nas normas instituintes dos próprios partidos – seus estatutos. Uma vez incrustados nos estatutos, esses elementos tornam-se causas da oligarquização e a institucionalizam. Para usar termos do institucionalismo tradicional, convertidos em artigos estatutários, os elementos oligarquizantes geram “path dependences”. Evidente que as construções normativas são incapazes de moldar completamente a ação política, bem como não provocam, por si só, o fenômeno das oligarquias partidárias. Entretanto, a identificação desses elementos nos estatutos partidários vai um passo além das intuições empíricas dos autores clássicos. A forma como os partidos atuam e se comportam depende de fatores anteriores, como a organização interna de cada um deles, objeto ainda de poucos estudos a respeito, principalmente no caso brasileiro. Partindo dessa lacuna na literatura, os autores esmiuçaram a democracia intrapartidária, entendida como dimensão relevante à teoria democrática, mais focada na competição interpartidária. Trata-se, portanto, de sólida contribuição teórico-empírica que elucida campo pouco explorado do sistema político-partidário, razão pela qual se destaca pelo caráter inovador e teve a justa indicação pelo PPG-Cefor.

As pesquisas realizadas por egressos do PPG-Cefor também são exemplos do caráter inovador do Programa. O ESTUDO TÉCNICO Nº 34/2020 CRÉDITOS ADICIONAIS E PRODUTOS DE AÇÕES FINALÍSTICAS: uma relação necessária (https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/et-34-2020-estudo-tecnico-no-34-de-2020_metas-fisicas-em-creditos), do egresso Paulo Roberto Simão Bijos, apresenta perspectiva inovadora para teoria e prática da orçamentação pública. O estudo revela-se original ao propor a ruptura de uma inércia processualística no manejo dos recursos públicos, com amparo na teoria da orçamentação por desempenho (performance budgeting). O entendimento surgiu a partir da pesquisa realizada para seu TCC, intitulado “ORÇAMENTAÇÃO POR DESEMPENHO NO CONGRESSO NACIONAL: incentivos institucionais e comportamento legislativo”, em que foi possível compreender a orçamentação por desempenho e levar originalidade para o âmbito da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados, onde o egresso é Consultor. O arcabouço teórico e as recomendações do estudo já estão sendo usados pela Consultoria como subsídio para análise da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que caracteriza o impacto real do produto indicado.

Também como resultado dos estudos para o TCC “EFEITOS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO NO COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS EGRESSOS (2006 a 2014)”, o egresso Lúcio Meireles Martins e o docente Antônio Teixeira de Barros publicaram o artigo JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro

(<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/60599>), na Revista de Sociologia e Política. O aspecto diferencial, que revela a originalidade da pesquisa em relação a outros estudos sobre o PJB, é o fato de se tratar de um estudo qualitativo, com ênfase para a voz dos próprios jovens, mediante seus relatos e depoimentos em primeira pessoa. Além disso, refere-se a um período mais amplo, compreendendo dez anos (2004-2013). O objetivo do artigo é analisar relatos de egressos do PJB, a partir da seguinte questão: como os jovens avaliam os impactos educativos do PJB em sua formação política? Assim, o estudo contribuiu de forma inovadora para a discussão sobre educação política a partir dos efeitos do PJB tendo como base os relatos dos próprios participantes.

Já a pesquisa desenvolvida e o produto apresentado no TCC A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS: uma aplicação na pesquisa interparlamentar

(https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7884511), do egresso Eduardo Antônio Mello Freitas, têm natureza inovadora não só pelo ineditismo com abrangência internacional de produzir uma ferramenta de tradução específica para o Poder Legislativo, mas também por ser o primeiro software desenvolvido por discente no âmbito do Programa. Esse resultado vai ao encontro do entendimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de que o mestrado profissional tem por objetivo estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público, expandindo as possibilidades de entregas de TCCs com a inclusão de produtos que disseminem conhecimento e promovam impacto social. Internamente, a tradução automática de documentos legislativos resultante do TCC foi implementada como o primeiro módulo funcional do robô digital Ulysses - uma ferramenta legislativa de inteligência artificial com objetivo de facilitar a transparência e a interação da instituição com a sociedade (<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/releases/26-11-18-camara-lanca-ulysses-robo-digital-que-articula-dados-legislativos>; <https://www.camara.leg.br/assessoria-de-imprensa/568452-consultoria-legislativa-da-camara-utiliza-inteligencia-artificial-para-agilizar-trabalhos/>). Internacionalmente, a pesquisa e o software também foram apresentados a representantes da União Interparlamentar (UIP) durante a primeira reunião do projeto Inter-Parliamentary Open Data Cloud, ocorrida em maio de 2019. Ainda como consequência da pesquisa, a Câmara dos Deputados foi declarada Hub de Inovação do Centro de Inovação da UIP (<https://www.camara.leg.br/noticias/557122-camara-dos-deputados-e-escolhida-como-hub-de-inovacao/>; <https://www.youtube.com/watch?v=M5caVSkxpcd>).

Por fim, o produto técnico-tecnológico MINUTA DA RESOLUÇÃO N. 14/2020 E ATO DA MESA N. 123/2020 - REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS representa a essência da atuação de docentes, discentes e egressos do PGG-Cefor na Câmara dos Deputados e suas contribuições para o Poder Legislativo brasileiro: soluções inovadoras para problemas complexos que impactam positivamente a formulação de políticas públicas e a sociedade. Com o advento da pandemia da Covid-19 em março de 2020 e a adoção de medidas de distanciamento social, Casas Legislativas do mundo inteiro se viram diante de uma situação delicada. Como manter o Poder Legislativo em funcionamento durante uma crise que afetava o coração do modus operandi da instituição parlamentar (que delibera a partir de reuniões com grande número de pessoas), mas cujo combate, ao mesmo tempo, demandava um conjunto extenso de soluções legislativas? A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, sob a coordenação do docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, em parceria com todos os setores da instituição, trabalhou de forma rápida para garantir condições de operação para a Casa por meio da criação de um sistema remoto de deliberação, que inicialmente contemplou apenas o Plenário, mas que posteriormente veio a atender também

as Comissões Permanentes e Temporárias. Parte crucial dessa solução passava pela adaptação das regras regimentais que organizam o processo legislativo em Plenário ao modelo remoto. Coube a Leonardo Barbosa minutar os anteprojetos de Resolução e Ato da Mesa (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2020/resolucaodacamaradosdeputados-14-17-marco-2020-789854-publicacaooriginal-160143-pl.html> e <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2020/atodamesa-123-20-marco-2020-789867-norma-cd-mesa.html>) que, a partir de um amplo acordo de lideranças, estabeleceu o marco legal do Sistema de Deliberação Remoto (SDR) (<https://www.camara.leg.br/noticias/647204-MESA-DIRETORA-DA-CAMARA-REGULAMENTA-SISTEMA-DE-VOTACAO-REMOTA>). A rapidez na solução tecnológica, política e legislativa fez da Câmara dos Deputados o primeiro parlamento do mundo a funcionar de maneira plenamente virtual durante a pandemia, fato que evidencia a originalidade do trabalho. Em entrevista concedida para a TV Câmara, o docente lembra que a opção pela deliberação remota se fazia necessária ante a possibilidade de o país ter o governo operando apenas por Medidas Provisórias. As ferramentas já em desenvolvimento estabelecidas pela Câmara nos anos anteriores foram, então, cruciais para a elaboração das soluções tecnológicas e regimentais do SDR (<https://www.youtube.com/watch?v=GzAZVi8miCY>). Ressalta-se, assim, que os produtos e inovações já em andamento, fruto do trabalho e da pesquisa de profissionais da Casa, entre eles discentes, egressos e demais docentes do MPPL, deram o suporte necessário para a solução e para o pleno funcionamento do Poder Legislativo nacional.

3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa.

Mais uma vez, o PPG-Cefor reafirma sua vocação profissional, cuja missão e principal objetivo é a formação de profissionais capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição Câmara dos Deputados, por meio de práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, e de dialogar com as realidades e desafios cotidianos do Poder Legislativo. Assim, o perfil do Programa, que se faz ver tanto no corpo docente quanto no corpo discente, é de atendimento às demandas da instituição, do Poder Legislativo e da sociedade. Os produtos destacados no Anexo E demonstram a preocupação em subsidiar políticas públicas, aprimorar o processo legislativo e solucionar questões gerenciais da Casa, seja por meio de produções bibliográficas ou técnico-tecnológicas. A seguir, será exposto um breve resumo do impacto econômico, social e cultural do PGG-Cefor por meio da produção de docentes e egressos, conforme relatado no Anexo E.

A discussão sobre as políticas públicas de educação ganhou reforço do estudo O INVESTIMENTO PÚBLICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: análise histórica e desdobramentos para políticas sustentáveis e inclusivas de financiamento, do docente Ricardo Chaves de Rezende Martins, Consultor Legislativo da Área de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, e desenvolvido com o apoio da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A pesquisa tem por objetivo, com base na análise histórica do financiamento da educação superior, em especial pela União, evidenciar a necessidade de delineamento de alternativas de suporte ao estudante desse nível de ensino que, reunindo as possibilidades dos setores público e particular, assegurem sua oferta sustentável, com equidade, garantindo a inclusão e o atendimento às demandas dos segmentos economicamente menos favorecidos da sociedade. Buscou-se evidenciar linhas de políticas públicas que promovam, no campo do financiamento da educação, a ampliação da equidade no acesso e na permanência na educação superior. Considerando-se que a formulação de uma nova política de educação superior demanda articulação entre o Poder Público e as instituições particulares de educação superior, o estudo realizado em parceria com a ABMES tem potencial impacto em políticas públicas em educação (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.f).

Por sua vez, a pesquisa publicada no artigo JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/60599>), de autoria do egresso Lúcio Meireles Martins e do docente Antônio Teixeira de Barros, na Revista de Sociologia e Política, retrata impacto real no campo de políticas em educação política. Tendo como objeto um dos programas institucionais mais importantes da Câmara dos Deputados na área de educação para a democracia, o PJB, foi possível analisar os impactos educativos do programa por meio dos relatos dos egressos de dez edições. Assim, além da formação política proporcionada pela experiência de simulação parlamentar, outros aspectos formativos foram destacados pelos alunos, como capacidade analítica dos processos políticos no Poder Legislativo e maior compreensão da política e da atividade parlamentar. A pesquisa teve relevante repercussão institucional, mediante apresentação de relatório para a Coordenação de Educação para a Democracia (COEDE) da Câmara dos Deputados, órgão responsável pela gestão dos programas institucionais, incluindo o PJB. O relatório serviu como baliza para a COEDI fazer uma avaliação institucional do PJB, a partir da opinião dos próprios participantes. Tudo isso serviu para reorientar as estratégias da COEDE, em alinhamento às estratégias institucionais, no que se refere à realização do PJB nos anos que se sucederam à pesquisa (2015-2021) (3.2.a, 3.2.c, 3.2.d, 3.2.e).

O CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA COMISSÃO DO ESPORTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Cespo), organizado pelo docente Roberto Campos da Rocha Miranda, é outro

exemplo de discussão de políticas públicas com impactos reais na atividade legislativa de órgão deliberativo da Casa. A iniciativa visou unir academia e instituição com o intuito de enriquecer os debates e melhor subsidiar os deputados em seus argumentos e decisões, além de fortalecer o Sistema Desportivo Nacional por meio da investigação sistemática e metodológica, em especial no que tange aos aspectos de legislação e fiscalização. A primeira edição do Concurso recebeu 23 artigos, provenientes de 11 unidades da federação e com participação intensa de profissionais formados em educação física (87% – 20 participantes). Os nove artigos premiados compuseram a edição especial “Pesquisas e Políticas sobre Esporte” da E-Legis, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação do CEFOR (<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/issue/view/31>). Um primeiro impacto social do Concurso pôde ser percebido na premiação recebida pela Cespo em dezembro de 2017, na categoria “Atitude Positiva”, durante o III Prêmio Sou do Esporte. A Sou do Esporte é uma associação sem fins lucrativos que consagra as entidades que colaboram com o desenvolvimento e progresso do esporte no Brasil (<https://soudoesporte.org/premio-sde/>; <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo/noticias/camara-dos-deputados-e-homenageada-no-iii-premio-sou-do-esporte>). O sucesso do primeiro concurso propiciou a realização de mais duas edições: em 2018, foram 28 trabalhos apresentados; em 2019, o Concurso recebeu 51 submissões. Em tais edições, os artigos premiados também foram publicados em números especiais da E-Legis (2018 - <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/issue/view/34>; 2019 - <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/issue/view/39>). A crescente participação de profissionais e pesquisadores da área de esporte no Concurso reflete a importância da iniciativa e o impacto produzido na sociedade. Ressalta-se, também, que o objetivo inicial de aproximação da Câmara dos Deputados com a comunidade acadêmica foi atingido, subsidiando a atividade legislativa de estudos científicos para a formulação de políticas públicas (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.d, 3.2.e, 3.2.f).

O CURSO DE MÉTODOS INFERENCIAIS EM PESQUISAS LEGISLATIVAS – MODALIDADE VIRTUAL (<https://fabiano.cf/mipl.html>), do docente Fabiano Peruzzo Schwartz, visa fomentar a produção de conhecimento estruturado sobre o Poder Legislativo além das fronteiras do Parlamento, bem como a prover formação de qualidade a profissionais e cidadãos interessados em dispor de ferramentas e tecnologias apropriadas para a solução de problemas específicos, em especial aos que têm relação com o processo democrático. O acesso é gratuito e aberto, com conteúdo na área estatística com foco no Poder Legislativo, em nível de pós-graduação. Trata-se, portanto, de uma produção voltada à educação e popularização de Ciência e Tecnologia, cujo impacto social pode se expressar, inicialmente, pelo potencial alcance decorrente da gratuidade do acesso ao conteúdo e, em seguida, pelo potencial de análise embutido nos recursos estatísticos para a produção de estudos relevantes e geração de conhecimentos inovadores. Os métodos estatísticos e computacionais abordados no Curso são preferencialmente aplicados a dados abertos produzidos no âmbito do Poder Legislativo e dos outros poderes, de forma a possibilitar, em boa medida, investigações sobre a relação entre os poderes e sobre a efetividade de políticas públicas. Fundado na filosofia do conhecimento livre e compartilhado, o Curso tem como premissa o desenvolvimento da pesquisa transparente, alicerçada nos princípios da replicabilidade e da reprodutibilidade, incentivando a construção de repositórios de dados e de códigos de programação públicos, capazes de reproduzir resultados significativos (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.f) e com foco na transferência de tecnologia.

O impacto social por meio de contribuição para a melhor interação entre parlamentos internacionais e com a academia é característica presente no Trabalho de Conclusão de Curso A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TRADUÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS: uma aplicação na pesquisa interparlamentar (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrab>

alhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7884511), do egresso Eduardo Antônio Mello Freitas. Ao promover e facilitar a pesquisa interparlamentar, o trabalho contribui para a cooperação e o fortalecimento dos parlamentos e da democracia. Além disso, impacta o cidadão, que também poderá desfrutar de maior transparência, acesso e responsabilidade na prestação de contas. De forma mais imediata, a pesquisa do egresso já provocou repercussões dentro e fora da Instituição Câmara dos Deputados ao ser implementada no primeiro módulo funcional do robô digital Ulysses - ferramenta legislativa de inteligência artificial com objetivo de facilitar a transparência e a interação da instituição com a sociedade (<https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/releases/26-11-18-camara-lanca-ulysses-robo-digital-que-articula-dados-legislativos> e <https://www.camara.leg.br/assessoria-de-imprensa/568452-consultoria-legislativa-da-camara-utiliza-inteligencia-artificial-para-agilizar-trabalhos/>). Externamente à instituição, o trabalho de Eduardo Freitas foi discutido por representantes dos parlamentos Pan-Africano, ucraniano, israelense, finlandês e espanhol, visando à utilização das técnicas baseadas em inteligência artificial e à respectiva transferência de tecnologia, a fim de automatizar a tradução de leis e a pesquisa dos demais documentos legislativos desses países. Como objetivo final e impacto potencial esperado, o trabalho pretende auxiliar na promoção da abertura dos parlamentos em escala global de modo a prover um ponto único de acesso primário multilíngue às informações legislativas dos diferentes países (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.d, 3.2.e, 3.2.f), constituindo-se em prática avançada, inovadora e transformadora dos processos de trabalho relacionados à atividade legislativo.

Já O ESTUDO TÉCNICO Nº 34/2020 CRÉDITOS ADICIONAIS E PRODUTOS DE AÇÕES FINALÍSTICAS: uma relação necessária (https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/et-34-2020-estudo-tecnico-no-34-de-2020_metas-fisicas-em-creditos), do egresso Paulo Roberto Simão Bijos, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, analisa o orçamento público pela perspectiva da orçamentação por desempenho. Disso resulta, como potencial impacto social, uma maior transparência quanto às justificativas de créditos adicionais ao orçamento. Do ponto de vista do atendimento às demandas econômicas do setor público e da sociedade civil, tem-se um maior entendimento sobre a utilidade marginal do gasto público. O estudo também contribui para o aperfeiçoamento do ciclo de políticas públicas ao estimular uma maior robustez na lógica de financiamento das ações e programas governamentais. O arcabouço teórico e as recomendações do ET 34/20 já estão sendo usados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara dos Deputados como subsídio para análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que caracteriza o impacto real do produto técnico-tecnológico indicado (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.d, 3.2.e, 3.2.f).

Como já exposto no item 3.1, o livro PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizacao-em-movimento>) foi organizado em parceria entre o PGG-Cefor e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. O esforço conjunto de dois Programas expoentes na área de Ciência Política já demonstra a importância da discussão atual sobre as mudanças do presidencialismo de coalizão nacional. Com base nos 14 capítulos do livro, divididos nas partes “o presidencialismo de coalizão em movimento”, “os partidos em movimento” e “o poder das comissões em movimento”, foi possível identificar uma visão amplamente compartilhada, segundo a qual houve mudanças relevantes nas bases institucionais do presidencialismo de coalizão brasileiro. Os resultados computados e cotejados sugerem que o sistema político brasileiro do pós-1988 se tornou mais complexo no que diz respeito aos processos de tomada de decisão, apresentando hoje maior número de atores de veto e de arenas, nas quais minorias organizadas podem exercer influência. O livro, de distribuição online gratuita pela editora Edições Câmara, é, assim, fonte valiosa de conhecimento sobre o complexo cenário político brasileiro atual, trazendo a

perspectiva do Poder Legislativo para o centro da discussão. O livro é referência bibliográfica presente nas disciplinas do MPPL, o que leva à previsão de que as discussões em sala de aula sejam levadas para dentro da prática legislativa, de forma a impactar a instituição e a sociedade por meio de ações transformadoras do processo legislativo, considerando-se que discentes e egressos, em sua maioria, atuam em Casas legislativas. (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c).

Outra colaboração dos docentes do MPPL, *THE LEGISLATURE OF BRAZIL: an analysis of its policy-making and public engagement roles* (<https://www.routledge.com/The-Legislature-of-Brazil-An-Analysis-of-Its-Policy-Making-and-Public-Engagement/Bernardes-Leston-Bandeira-Braga/p/book/9780367892012>), publicada pela Routledge Taylor & Francis Group, apresenta um conjunto multidisciplinar de perspectivas e metodologias sobre o Poder Legislativo brasileiro proposto pelos docentes do MPPL. Os primeiros capítulos do livro apresentam ao leitor um panorama histórico da formulação de políticas e da organização do legislativo brasileiro, identificando seu papel na proposição de políticas públicas e no escrutínio de propostas do Poder Executivo. Estão nesse grupo os trabalhos “The institutionalisation of the Brazilian Chamber of Deputies”, “The legislative and public policies in Brazil: before and after the 1988 Constitution”, “The role of the Brazilian Congress in defining public social policies” e “Green or grey: origin, bias and fate of environmental bills in the Brazilian National Congress”. Os capítulos subsequentes enfocam o papel do Poder Legislativo no engajamento público e abordam elementos contemporâneos - como participação política e transparência - e como estes se interligam, ou não, com as práticas legislativas e influenciam a produção do direito. Os capítulos “Brazilian Parliament and digital engagement” e “Open parliament policy applied to the Brazilian Chamber of Deputies” completam o livro com essa perspectiva. O livro permite concluir que a Câmara dos Deputados tem procurado se tornar mais ativa na relação com os cidadãos e no desenvolvimento de políticas públicas. Também tem procurado dotar-se de serviços e tecnologias para chegar aos cidadãos. No entanto, este é um movimento que parece ser amplamente estimulado pelo corpo administrativo da instituição, sendo apenas parcialmente abraçado pelos próprios parlamentares. Sendo um estudo elaborado no âmbito da Câmara dos Deputados, as conclusões têm potencial impacto institucional por meio dos profissionais que estudam e trabalham na instituição, perfil dos docentes, discentes e egressos do MPPL (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c).

Também resultado de coautoria entre docentes do MPPL, André Rehbein Sathler Guimarães, Malena Rehbein Rodrigues Sathler e Ricardo de João Braga, e contribuindo para o campo de estudos legislativos, o artigo *A OLIGARQUIA DESVENDADA: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros*, publicado na *Dados - Revista de Ciências Sociais* (https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000200205&tlng=pt), destaca a organização e estrutura interna dos partidos políticos brasileiros com o objetivo de compreender como um conjunto específico de regras (estatutos partidários) pode afetar a comunidade de atores (partidos, lideranças partidárias, filiados) e as relações entre esses grupos. Analisando o conjunto dos estatutos dos partidos políticos brasileiros em julho de 2015 (32 partidos), o estudo demonstra as formas efetivas de gestão não democrática em âmbito intrapartidário, além de trazer um conjunto de dados que permitem tanto a identificação de clusters de práticas prevalentes, bem como uma comparação sistemática entre partidos. Como conclusão, tem-se que os estatutos partidários, como parte integrante do processo de institucionalização dos partidos, consolidam técnicas que permitem a manutenção do controle do partido por uma pequena elite dirigente. A compreensão dessa característica dominante nos estatutos partidários brasileiros lança um alerta para a vida política nacional, tendo impacto potencial na organização interna dos partidos por meio da revisão de seus estatutos e da introdução de práticas mais democráticas na esfera intrapartidária. Partindo do pressuposto de que as regras influenciam a determinação das estratégias dos atores dentro do sistema, o estudo contribui para o

entendimento dos diferentes resultados possíveis para o quadro institucional mais amplo, inclusive no âmbito do Poder Legislativo. Trata-se, portanto, de sólida contribuição teórico-empírica que elucida campo pouco explorado do sistema político-partidário, razão pela qual teve a justa indicação pelo PPG-Cefor (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c).

Mais uma vez sintetizando o impacto econômico, social e em políticas públicas do PPG-Cefor, o Programa destaca o produto MINUTA DA RESOLUÇÃO N. 14/2020 E ATO DA MESA N. 123/2020 - REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, do docente Leonardo Barbosa, então Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. A partir da solução legislativa inovadora proposta na Resolução e no Ato da Mesa (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2020/resolucaodacamaradosdeputados-14-17-marco-2020-789854-publicacaooriginal-160143-pl.html> e <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2020/atodamesa-123-20-marco-2020-789867-norma-cd-mesa.html>), e de subsequentes adaptações levadas a efeito durante o ano de 2020, foi possível que a Câmara dos Deputados mantivesse seu trabalho legislativo e aprovasse dezenas de projetos de lei, a maioria deles voltada para oferecer respostas à pandemia em áreas cruciais, como garantia de renda mínima, vacinação e apoio financeiro a estados e municípios, o que retrata o relevante impacto econômico e social do produto. Em razão do funcionamento do Sistema de Deliberação Remoto, foi possível também aprovar a chamada PEC do Orçamento de Guerra, que concedeu ao Poder Executivo condições fiscais mais flexíveis para adotar medidas de combate à pandemia. Como exposto, o trabalho de gerenciamento da crise e produção legislativa conduzidos pelo docente Leonardo Barbosa foram fundamentais para a manutenção da atividade da Câmara dos Deputados em um momento em que a atuação do Poder Legislativo se tornou essencial para a condução das políticas públicas nacionais (3.2.a, 3.2.b, 3.2.c, 3.2.d, 3.2.e, 3.2.f).

3.3 Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa.

* FA 3.3.1: Internacionalização

O Plano Estratégico do PPG-Cefor 2017-2020 previu, entre suas metas, ações para fomento de intercâmbios em variados níveis e celebração de protocolos de intenção com instituições nacionais e estrangeiras. O primeiro ponto consistiu em ações de colaboração espontâneas, resultantes de iniciativas do próprio Programa, ou, individualmente, das agendas de pesquisa de docentes e discentes, sem, necessariamente, o estabelecimento de acordos formais. O segundo, previu a celebração de protocolos de intenção visando à formalização de ações, estabelecidas por planos de trabalho, para promover a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Dessa forma, o PPG-Cefor se fortaleceu nos meios acadêmicos nacional e internacional como lócus de pesquisa em Poder Legislativo.

No contexto de internacionalização, o PPG-Cefor foi contemplado, durante o quadriênio, com visitas de cooperação de professores e autoridades internacionais ligados a diferentes áreas dos estudos legislativos, que resultaram em eventos para troca de conhecimentos. Destacaram-se (informações sobre os eventos estão disponíveis na página do PPG-Cefor - <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>):

Em 2017, contato com a Universidade de Upsala – Suécia proporcionou a palestra do professor Evert Vedung sobre “O papel do Legislativo na avaliação de Políticas Públicas”. No mesmo ano, em cooperação com a Duke University – EUA, foram proferidas as palestras “Uma conquista racial nas salas do poder: Analisando o ADPF 186/2012 de uma perspectiva de gênero” do professor Travis Knoll e “O SOM E A POLÍTICA - História, Metodologia e o Arquivo Sonoro da Câmara dos Deputados” do professor Bryan Pitts. Ainda, Maria Mac Dowell, líder fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Antonio Nucifora, Economista-chefe para o Brasil do Banco Mundial, palestraram no Seminário Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas organizado pelo PPG-Cefor. Por fim, parceria entre a Embaixada do Reino Unido, a Assessoria de Projetos e Gestão da Câmara dos Deputados (Aproge) e o PPG-Cefor rendeu eventos acadêmicos com a presença de docentes de universidades e instituições daquele país, como os professores Robert D. Atkinson (Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação - ITIF), Octavio Luiz Ferraz e Leif Wenar (King’s College London).

Em 2018, a iniciativa continuou com parceria entre o PPG-Cefor, a Embaixada da França e Aproge para a realização de palestra ministrada pelo professor Pascal Perrineau, especialista em sociologia eleitoral e professor do Sciences Po, sobre “Eleições na França: um ano de Presidência de Macron”. Em 2019, o PPG-Cefor recebeu a professora Cristina Leston-Bandeira, coordenadora do Centro para Engajamento Democrático da University of Leeds, no Reino Unido, como professora visitante por período de 30 dias, para atividades de pesquisa e de integração com docentes, discentes, pesquisadores do MPPL e do Cefor. Na ocasião, Cristina Leston-Bandeira proferiu a palestra “Parlamento Digital: ações no Brasil e na Europa”. Com o intermédio da docente do MPPL Ana Lúcia Gomes, o Cefor realizou a palestra da juíza americana aposentada Sandra Walker sobre “Juízes Fazendo Política? Uma experiência de sucesso nos EUA”. Houve, ainda, a palestra de abertura da X Jornada de Pesquisa e Extensão, do PPG-Cefor, proferida por Ludovic Delépine, membro do Parlamento Europeu e responsável pela Estratégia e Transformação Digital da Diretoria-Geral de Inovação e Suporte Tecnológico da instituição.

Em 2020, como parte da terceira edição do encontro AMPLIAR, que reúne docentes, discentes e egressos do MPPL, foram convidados a contar suas experiências profissionais e acadêmicas fora do Brasil a egressa Candyce Rocha, que coordenou a gerência regional de comunicação do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe e, atualmente, trabalha como assistente especial do Vice-Presidente de Infraestrutura da organização em Washington, e o egresso Eduardo Freitas, que desenvolveu o projeto “Ulysses – a inteligência artificial da Câmara dos Deputados”, integrou equipe da Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar e, hoje, é doutorando em Ciências da Complexidade sob a cotutela do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa.

Individualmente, docentes do PPG-Cefor buscaram ações de internacionalização de suas pesquisas e atividades acadêmicas. Destacam-se:

Cristiane Brum representou o PPG-Cefor na Summer School on Parliaments, em Berlim, na Alemanha, em 2017. Lá, apresentou o trabalho "Religion and Politics in the Brazilian Chamber of Deputies: The discussion about Human Rights in Legislative Committees". A docente integra o Centre for Democratic Engagement da Escola de Política e Estudos Internacionais da University of Leeds – Reino Unido, especializado em engajamento político e participação democrática, que possui financiamento da própria universidade e de órgãos financiadores externos. Também participa do projeto de pesquisa “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures”, iniciado em 2019 e liderado pela professora Emma Crewe, do Departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (School of Oriental and African Studies) da Universidade de Londres, financiado pelo European Research Council.

Fábio Gomes e Ana Lúcia Gomes representaram o PPG-Cefor no 25th IPSA World Congress of Political Science, realizado em Brisbane, Austrália, em julho de 2018. Ana Lúcia apresentou os trabalhos “Still Scratching the Glass Ceiling: Assessing two decades of incentives to women’s political career in the Brazilian Congress” e “Do Party Rules Matter for Electoral Integrity? Possible effects of the 2017 Brazilian Political Reform on Future Party Configurations in the Coming 2018 Elections”. Fábio Gomes apresentou “Path Dependencies and Differences in the Results of Universal Health Systems of Israel and Brazil” e atuou como debatedor no painel “Future Trends in Welfare Reforms”. Ana Lúcia foi convidada a participar de treinamento do Partido Democrata de Cleveland (Ohio/EUA) durante o período eleitoral das mid-term primárias (2018), integra pesquisas da LASA (Latin American Studies Association) e da APSA (American Political Science Association) e é membro da International Political Science Association (IPSA), onde participa do grupo RC34 - Quality of Democracy.

Cristiano Ferri atuou como professor convidado para a formulação de cursos e participação em aulas na School of Collective Intelligence, Mohammed VI Polytechnic University, Marrakesh, Marrocos. Também é professor colaborador no Programa de Crowdlaw da GovLab da Universidade de Nova York, desde 2016, e membro do Conselho Consultivo do Directorio Legislativo, think-tank argentino com incidência em toda América Latina em projetos relativos ao desenvolvimento democrático, transparência e políticas públicas. Ainda na América Latina, participa como colaborador e consultor do Projeto Congreso Virtual (<https://congresovirtual.cl/>), plataforma de educação para participação cidadã no processo legislativo do Poder Legislativo chileno, financiada pelo BID. Desde 2019, o docente é pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology at Sloan School of Management, Center of Collective Intelligence (<https://cci.mit.edu/people/>).

Fabiano Schwartz é membro da organização do congresso Pan American Health Care Exchanges, um fórum para a discussão de políticas públicas de cuidados do paciente e

desenvolvimento tecnológico em saúde, sediado em diversos países (<https://gmepe.org/P7CommitteEN.htm>).

Ricardo Braga é associado à Global Partners Governance, uma entidade de propósito social que trabalha para fortalecer as instituições políticas e melhorar a qualidade da representação política em países ao redor do mundo (<https://www.gpgovernance.net/people/professor-ricardo-de-joao-braga/>).

Valério Medeiros realizou, em 2018, visita técnica, na condição de pesquisador visitante, à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em Portugal.

Em relação à mobilidade internacional de discentes, vale ressaltar que o aluno regular Carlos Pomagersky Jr., orientado pelo docente Cristiano Ferri, foi aceito para cursar período sanduíche na Harvard University, em 2019, onde executou plano de pesquisa intitulado "Comparative Analysis of Laws Adopted in the United States and Brazil for Data Security", sob a supervisão do Prof. Vitelio Brustolin (PhD), Pesquisador Cientista da Harvard Law School (<https://scholar.harvard.edu/brustolin/home>). Entre 2018 e 2019, a pesquisa de TCC do então discente Eduardo Freitas referente ao módulo de tradução automática de textos legislativos integrou a Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar, da qual a Câmara dos Deputados se firmou como anfitriã.

Como resultado do nível de excelência e das pesquisas realizadas, docentes do PPG-Cefor, em parceria com a University of Leeds, realizaram projeto comum de pesquisa sobre o papel da Câmara dos Deputados na formulação de políticas públicas e no engajamento público, nomeadamente em termos de promoção de participação e transparência. A obra THE LEGISLATURE OF BRAZIL: an analysis of its policy-making and public engagement roles (<https://www.routledge.com/The-Legislature-of-Brazil-An-Analysis-of-Its-Policy-Making-and-Public-Engagement/Bernardes-Leston-Bandeira-Braga/p/book/9780367892012>), organizada pelos docentes Cristiane Brum e Ricardo Braga em parceria com a professora Cristina Leston-Bandeira, foi publicada, em 2017, pela Routledge Taylor & Francis Group. A obra inova ao concentrar, em um único volume, perspectivas das áreas de História, Ciência Política, Sociologia, Administração e Comunicação, que se desenvolvem em análise profunda do Poder Legislativo brasileiro para apresentá-lo, na essência, à comunidade internacional de pesquisadores da área legislativa.

Docentes do Programa também foram convidados a confeccionar pareceres para revistas científicas de abrangência internacional de diversas áreas do conhecimento, tais como: The Journal of Legislative Studies, America Latina Hoy, Brazilian Journal of Latin American Studies, Journal of Information & Knowledge Management, Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, International Business Research.

Entre as ações para celebração de acordos formais de parceria entre instituições estrangeiras para formação de recursos humanos, destacam-se:

O PPG-Cefor ofereceu o curso Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em 2018, em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD/ONU), Senado e TCU. A parceria faz parte do escopo de ações para a instalação de Universidade da ONU no Brasil.

Como resultado das tratativas em curso, desde 2018, entre o PPG-Cefor e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições acordaram, em 2020, protocolo de cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, abre-se caminho

para se estabelecer a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues, ação parte do planejamento do PPG-Cefor. Nos mesmos termos estabelecidos com a Universidade de Salamanca, firmou-se acordo com a American University, sediada no centro político e de poder dos Estados Unidos – Washington DC, reconhecidamente ligada a temas relacionados à Ciência Política e Administração Pública.

Por fim, é importante destacar as estratégias de internacionalização da E-Legis (revista do PPG-Cefor - <http://e-legis.camara.leg.br/> - ISSN: 2175-0688), que consistem nas versões trilingües (português, inglês e espanhol) dos volumes publicados a partir de 2017 e na aquisição do DOI (Digital Object Identifier) para todos os artigos já publicados, aumentando a inserção internacional da Revista e do Programa.

***FA 3.3.2: Inserção**

A inserção do PPG-Cefor na comunidade acadêmica e na sociedade é fruto de diretrizes, metas e ações previstas no Plano Estratégico 2017-2020, voltadas ao intercâmbio com instituições nacionais e internacionais para a colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como ao incentivo a docentes e discentes para participação em redes de pesquisa cuja produção científica tenha foco na relevância socioeconômica e no suporte a políticas públicas.

Com a característica de ser um Programa inovador no Brasil e, especialmente, no Poder Legislativo, o MPPL tem preocupação constante com a integração e a cooperação com outros cursos da área de CP&RI. A troca de experiências de docência com o PPG em Ciência Política da UFMG é um exemplo dessa relação profícua para ambas as instituições. A cooperação institucional rendeu intercâmbio de professores, estágio pós-doutoral, publicação conjunta de livros e artigos, bem como a participação em grupos de pesquisa. Como exemplo, pode-se citar o curso “Análise de Discurso” proferido pelos docentes do MPPL Júlio Pinto e Cristiane Brum como parte do Curso Intensivo em Metodologias de Pesquisa em Ciências Sociais (Modus) do PPGCP/UFMG, em 2018. As professoras Geralda Miranda e Ana Karruz, da UFMG, ministraram aulas nas disciplinas “Políticas Públicas e Agenda Legislativa” e “Legislativo e Avaliação de Políticas Públicas”, respectivamente, no MPPL. Em 2019, os docentes Fabiano Schwartz e Cristiane Brum voltaram a participar do Modus com as disciplinas “Modelos de Regressão Multinível” e “Relações entre Mídia e Política na Análise de Discurso”; em contrapartida, o professor Ricardo Mendonça (UFMG) atuou como docente na disciplina “Análise Qualitativa Aplicada a Estudos Políticos”, do MPPL. Quanto a publicações, as instituições trabalharam conjuntamente para o lançamento do dossiê “PODER LEGISLATIVO: novos olhares”, da revista Teoria & Sociedade (V. 26, N. 2 – 2018 - <https://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts>), e do livro “Presidencialismo de Coalizão em Movimento”, pela Edições Câmara (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizacao-em-movimento>).

A participação de docentes do PPG-Cefor no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), além de caracterizar o compartilhamento de projetos em rede de pesquisa, contribui para a formação de recursos humanos de outras regiões do país. O INCT.DD, da Facom/UFBA, é composto por uma rede de pesquisadores e universidades com 51 professores-pesquisadores brasileiros e 36 professores-pesquisadores estrangeiros de 20 programas de pós-graduação (stricto sensu) brasileiros nas áreas de Comunicação, Ciência Política, Administração, Direito, Ciência da Computação e Interdisciplinar. Em 2020, a docente Cristiane Brum coordenou o Programa de Treinamento Profissional: Parlamento Digital

(<https://parlamentodigital.inctdd.org/>). Além dos professores das duas instituições, participaram docentes das Universidades Federais do Maranhão, Paraná, Minas Gerais e Recôncavo Baiano, da UnB e da University of Leeds. O curso atendeu servidores de Casas Legislativas com o objetivo de discutir a teoria e a prática sobre o uso de plataformas online pelo Poder Legislativo para inovação democrática em comunicação, transparência, participação política e trabalho legislativo.

Docentes também têm participado de bancas de mestrado e doutorado em outras Instituições, como na UnB, bem como têm sido convidados professores de outras instituições para as bancas de qualificação e defesa já realizadas, como da UnB, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Universidade Católica de Brasília, do Centro Universitário de Brasília, do Instituto Brasiliense de Direito Público, da Universidade Federal do Paraná, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), da Câmara Legislativa do DF e do Senado, entre outros.

Acordos de cooperação e convênios também foram intensificados durante o quadriênio 2017-2020 no sentido da integração com a sociedade e com o mercado de trabalho. Merece destaque o Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, em parceria com o IESP-UERJ. Em 2019 foram finalizadas as defesas da segunda turma do Dinter, com 13 novos doutores titulados. Os dois últimos cursos lato sensu abertos pelo Programa também são exemplos vitoriosos de parcerias. Em 2018, em conjunto com o ILB do Senado Federal, o Instituto Serzedello Corrêa do TCU (ISC/TCU) e o ILANUD/ONU, foi lançado o curso Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos. O público-alvo foram os servidores e membros da Câmara, do Senado e do TCU, além de representantes dos poderes Executivo e Judiciário. O curso foi encerrado em novembro de 2019, com 31 alunos formados. Seguindo esse exemplo, também em 2018 teve início o curso Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com o ILB e o ISC. O curso foi encerrado em 2020, com 37 alunos formados. Com um total de 68 alunos titulados, essas iniciativas contribuem para o aperfeiçoamento dos profissionais da área oriundos de diversas instituições e localidades brasileiras, ampliam a rede de contatos de alunos e docentes e incentivam profissionais da área legislativa a continuarem seus estudos no MPPL. Por fim, em 2020, foi lançado edital para Especialização em Orçamento Público, a ser realizado a partir de 2021, com 50 vagas, em parceria com as escolas de governo ILB, ISC, ELEGIS/Câmara Legislativa do Distrito Federal e ESG/Ministério da Defesa.

Acordos de cooperação técnico-científica, cultural e educacional vigentes no quadriênio envolvendo a Câmara dos Deputados, por meio do Cefor e do PPG-Cefor, e as instituições Senado, TCU, Presidência da República, CLDF, ESAF, Polícia Civil do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Nacional do Ministério Público, IDP e Instituto Presbiteriano Mackenzie visaram, de forma geral, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, instalações e tecnologias para o desenvolvimento de recursos humanos. Dessa forma, 593 alunos, entre regulares e especiais, cursaram disciplinas do MPPL no período 2017-2020, sendo aproximadamente 62% provenientes da Câmara dos Deputados (servidores efetivos e comissionados) e 38% provenientes das instituições parceiras citadas, além do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da iniciativa privada (consultores, advogados, jornalistas). Essa rede de conhecimento vai além da Câmara dos Deputados e se estende pelos níveis nacional, regional e local, promovendo o aprimoramento do trabalho na área do Poder Legislativo e em áreas relacionadas, o que resulta em políticas públicas e na entrega de benefícios à sociedade, público-alvo da atividade legislativa, com impacto social e inserção regional.

Em 2020, parceria firmada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possibilitou ao PPG-Cefor colaborar com a instituição para promoção de estudos em políticas públicas e fomento da produção de conteúdo no meio acadêmico para contribuir para o desenvolvimento e planejamento de ações estratégicas para os gestores públicos. Sendo a única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos, a FNP atua em 100% das capitais, 61% dos habitantes e 75% do PIB do país. A FNP se conecta com Poderes Executivo e Legislativo locais, regionais e nacionais por meio de eventos e capacitação. Ao ingressar nessa rede, o PPG-Cefor ganha com a troca de conhecimentos, dados e colaboração em pesquisa.

Ademais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública, o Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União, que reúne escolas de órgãos como TCU, Senado, Escola Nacional de Administração Pública, Universidade do Banco Central, etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras atividades correlatas.

O Cefor tem participado regularmente, por meio de sua Diretora e Pró-Reitora do PPG-Cefor e outros técnicos de áreas correlatas, dos encontros promovidos pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo – ABEL, que reúne representantes de escolas de parlamentos estaduais e municipais e de Tribunais de Contas da União e dos Estados. O objetivo é compartilhar conhecimentos e melhores práticas, realizar o intercâmbio de experiências e tratativas de cooperação e fomentar o desenvolvimento institucional dos parlamentos, nas três esferas da Federação. No mesmo sentido, foi firmado em abril de 2018 o Acordo n. 2018/042.0, com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, objetivando a promoção de cooperação educacional e técnico-científica entre os partícipes.

O Programa também atua ativamente nas atividades do Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais – FOPROF. Em maio de 2018, esteve no Encontro Nacional sobre Avaliação dos Mestrados Profissionais, organizado pelo Fórum em Brasília. Em setembro, o Cefor, em conjunto com a UnB e a Escola Superior de Ciências da Saúde, organizou o Encontro FOPROF 2018 do Centro-Oeste, no qual foram discutidos os desafios dos Mestrados Profissionais e a sua representatividade no contexto nacional, as peculiaridades das escolas de governo e o modelo avaliativo da Pós-Graduação Profissional.

Uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional é a oferta de vagas nas disciplinas do MPPL a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange a administração pública e práticas de gestão no Legislativo, passam pela avaliação de políticas públicas e pela teoria política com aplicação ao Legislativo, alcançando a democracia digital e formas de integração entre o parlamento e a sociedade. O aluno especial é qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, que pode cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. No quadriênio 2017-2020 o MPPL superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Ao todo, 526 candidatos da Câmara, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam em 74 disciplinas. Em 2020, o quantitativo de alunos especiais (267) correspondeu a 6 vezes o de alunos regulares (43). É oportuno observar que, desses alunos especiais, 102 são de fora da Câmara (38%), sendo 9 deles de fora do Distrito Federal, quantitativo que foi favorecido pelo formato de aulas em plataformas virtuais.

Considerando a procura pelas disciplinas do MPPL, o PPG-Cefor encaminhou à Administração da Câmara proposta de atualização do seu Regimento, que contempla a oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com ampliação do alcance para o público externo. Dessa forma, atende-se aos anseios da instituição e da sociedade com melhor aproveitamento de recursos, em consonância com a reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados. Essa ação vem ao encontro da Resolução do MEC CNE/CES nº 1/2018, que prevê a possibilidade de os programas stricto sensu converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no Mestrado. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do MPPL, os quais serão beneficiados com essa possibilidade. A procura crescente pelas disciplinas do MPPL, na condição de aluno especial, por pessoas de fora da Câmara é um forte indicativo do impacto social e da inserção regional e nacional do Programa.

Cabe destacar atuações relevantes de docentes, discentes e egressos do PPG-Cefor que contribuíram para a inserção nacional, regional e local do Programa:

- Nelson Gomes integrou o Governo do Distrito Federal como Secretário Adjunto de Projetos Estratégicos, em 2018.
- Cláudia Lemos é presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública.
- Fabiano Schwartz compôs o grupo de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs) de CP&RI/Capes nos anos de 2018, 2019 e 2020.
- Valério Medeiros é membro da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal na grande área de Ciências Sociais Aplicadas desde 2016.
- Roberto Miranda integra o comitê assessor da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular.
- Antônio Barros integra o comitê assessor da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.
- A egressa Rose Hofmann assumiu a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia.

Por fim, ressalta-se que as pesquisas de discentes e egressos já geram repercussão no novo quadriênio. Paulo Bijos publicou, em maio de 2021, o Estudo Técnico 8/2021 sobre GOVERNANÇA LEGISLATIVA ORÇAMENTÁRIA: da fragmentação paroquialista à priorização estratégica, no âmbito da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/artigo-glo_2021-05-17_publicacao). O estudo é resultado da pesquisa de TCC do egresso, aprovado em 2020. Já o discente Roberto Cavalcante foi convidado a participar da Audiência Pública da Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 125, de 2011, que analisa a reforma política no Brasil (https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2013379&filena me=Tramitacao-REQ+27/2021+PEC12511). A pesquisa de TCC do discente estuda o sistema eleitoral brasileiro.

***FA 3.3.3: Visibilidade**

Para melhor informar a sociedade, o PPG-Cefor reformulou seu site nos anos de 2018 e 2019 (<http://www.camara.leg.br/posgraduacao>), e mantém constante atualização de informações. A página, hospedada no portal da Câmara dos Deputados, passou por uma reestruturação com objetivo de organizar as informações de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes sobre o programa e informar sobre as atividades desenvolvidas no PPG-Cefor. O site foi dividido em sete categorias: Mestrado em

Poder Legislativo, Cursos de Especialização, Pesquisa Acadêmica, Publicações, Eventos, Avaliação e Normas e Regulamentos. Na primeira, há informações sobre o curso de Mestrado Profissional (histórico e classificação atual), as linhas de pesquisa estudadas, a estrutura curricular, os processos seletivos anteriores e em andamento, orientações sobre matrícula, corpo docente, corpo discente e egressos, atualização de calendários e planos de disciplinas, banco com TCCs e atas das reuniões do Colegiado. Além disso, um item especialmente importante é o de “Orientações aos discentes”, pois concentra em um só lugar informações como o fluxo sugerido do curso, regulamentação para atividades complementares, orientações sobre avaliação ética de pesquisa, manual de produção acadêmica, diretrizes e modelos para qualificação e TCC, apontamentos e manual de preenchimento do currículo Lattes e ata das reuniões gerais promovidas semestralmente com os alunos regulares.

Também cabe ressaltar que os projetos de pesquisa envolvendo docentes e discentes do Mestrado estão disponíveis nos itens “Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs)” e “Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq”, ambos na categoria Pesquisa Acadêmica. Há a divulgação da revista eletrônica E-Legis e de livros editados pelo Programa na categoria Publicações. Em “Eventos”, é possível encontrar dados e links das Jornadas de Pesquisa e Extensão já realizadas, assim como aulas inaugurais, palestras e cursos de extensão. Os normativos federais e as normas gerais do Programa e do MPPL estão listadas e disponibilizadas na categoria “Normas e Regulamentos”. Por fim, em “Avaliação”, há espaço para a Comissão Própria de Avaliação, a Política de Autoavaliação e o conjunto de informações dos Períodos Avaliativos 2017-2020 e 2021-2024, como o Plano Estratégico do PPG-Cefor, dados estatísticos atualizados sobre o Programa, relatórios anuais fornecidos na avaliação quadrienal da Capes e relatórios técnicos das ações relativas à autoavaliação do Programa.

Ressalta-se que as informações básicas do PPG-Cefor estão disponibilizadas em Inglês e Espanhol no item “About / Conoce el MPPL”, no campo “Mestrado em Poder Legislativo”. Foram traduzidos para as duas línguas a missão, o objetivo e os dados sobre a área de concentração e linhas de pesquisa do MPPL.

Os eventos realizados ao longo do ano, já descritos nos itens anteriores, foram outro ponto crucial para difundir informações sobre o Programa e suas atividades. Entre 2017 e 2020, palestras e simpósios com participantes nacionais e internacionais foram constantes no calendário acadêmico do PPG-Cefor, reunindo mais de 2000 participantes presenciais e online. Além de estreitar os laços com as instituições parceiras, o Programa abriu canais de integração entre os corpos docentes dos órgãos, incentivou a participação dos discentes por meio de validação de Atividades Complementares e expandiu o público interessado no Programa e nos estudos legislativos demonstrando sua diversidade e capilaridade. Merecem menção as apresentações realizadas no Ciclo de Palestras, criado em 2019, pois adaptam resultados de pesquisa para um formato de divulgação científica com linguagem acessível ao público não acadêmico externo ao Programa. Foram abordados temas como presidencialismo de coalizão, introdução à Ciência das Redes, educação para a democracia, mandato digital, polarização política, estudo no exterior e transmissão ao vivo de parlamentos americanos (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>).

No ano de 2020, conforme já mencionado, os eventos ganharam a plataforma online, possibilitando o acesso ao vivo e a gravação no canal do Youtube do Cefor. Destacaram-se as aulas inaugurais “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais”, proferida pelo professor Adriano Codato, da UFPR, e “Programas profissionais stricto sensu em Ciência Política: desafios ante os cenários nacional e internacional”, com a condução do professor William Moreira, da EGN. O evento Ampliar, agora aberto ao público,

deu visibilidade e voz aos egressos do PPG-Cefor em suas duas mesas de discussão "Mestrado Profissional: temáticas e metodologias adequadas contribuindo para a instituição e a sociedade" e "MPPL, os impactos em minha vida acadêmica e profissional".

Destaca-se, ainda, a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, que tem se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do Parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados. A cada ano, observa-se crescente participação de pesquisadores de todo o país, oriundos de estados como Pará, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2017 foi realizada a VIII Jornada de Pesquisa e Extensão, sob o tema "Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública", que contou com 137 inscritos e 26 trabalhos de pesquisa apresentados. Em 2018 foi realizada a IX Jornada, com o tema "O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo". O evento reuniu 115 participantes e 35 trabalhos de pesquisa. O evento ocorreu pela primeira vez em parceria com outra área da Casa, o Departamento Técnico. A parceria inovadora trouxe palestras e discussões que envolveram as áreas de Engenharia e Arquitetura ligadas à Ciência Política e ao Poder Legislativo, ampliando o público interessado e a visibilidade do Programa. Em 2019 foi realizada a X Jornada, em parceria com a Diretoria de Tecnologia e Inovação (Ditec/Câmara dos Deputados), com o tema "Legislativo Digital: desafios para os novos caminhos da democracia". O evento reuniu cerca de 200 participantes e 47 trabalhos de pesquisa. A parceria incluiu nas discussões as áreas de Ciência da Computação e de Dados ligadas à Ciência Política e ao Poder Legislativo. Transferida para 2021, a XI Jornada de Pesquisa e Extensão se unirá ao Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro, em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e o Economics and Politics Research Group (EPRG/UnB) (<https://impa.br/eventos-do-imp/2021-2/sistema-politico-do-brasil/>).

Com financiamento da editora Edições Câmara, o PPG-Cefor e docentes do Programa publicaram livros de temáticas diversas com o objetivo de expandir a transferência de conhecimento em estudos legislativos para além da comunidade acadêmica:

- HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: Mudança Constitucional, Autoritarismo e Democracia no Brasil pós-1964, do docente Leonardo Barbosa (<https://livraria.camara.leg.br/historia-constitucional-brasileira-mudanca-constitucional-autoritarismo-e-democracia-no-brasil-pos-1964>);
- DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA, organizado pelo docente Júlio Pinto, Débora Messenberg e Flávia de Barros (<https://livraria.camara.leg.br/desafios-da-consolidacao-democratica-na-america-latina>);
- LETRAMENTO POLÍTICO: A Perspectiva do Legislativo, do docente Rildo Cosson (<https://livraria.camara.leg.br/letramento-politico-a-perspectiva-do-legislativo>);
- PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO EM MOVIMENTO, organizado pela docente Giovana Perlin e Manoel Santos (<https://livraria.camara.leg.br/presidencialismo-de-coalizacao-em-movimento>);
- 150 TERMOS PARA ENTENDER POLÍTICA, organizado pelos docentes André Sathler e Malena Rehbein (<https://livraria.camara.leg.br/150-termos-para-entender-politica>);
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, da docente Giovana Perlin e Dulcielly de Almeida e Luiz Vogel (<https://livraria.camara.leg.br/violencia-contra-a-mulher>).

Discentes do PPG-Cefor também deram visibilidade ao Programa e contribuíram para a divulgação científica na sociedade. Em janeiro de 2019, o programa Academia, da TV Justiça, convidou a egressa do MPPL Maisa Nassar de Oliveira para participar de debate sobre sua dissertação de mestrado intitulada "O LOBBY INSTITUCIONAL PÚBLICO NO PROCESSO POLÍTICO-LEGISLATIVO: o caso ANATEL". Essa ocasião também contou com a participação do

docente André Sathler (<https://www.youtube.com/watch?v=pvvpXMyATPE>). Em 2020, Marina Lacerda, titulada doutora em Ciência Política no curso oferecido pelo Cefor em parceria com o IESP/UERJ, foi finalista do prêmio Jabuti, na categoria “Ciências Sociais”, com o livro “O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro”, resultante de tese de doutorado (<https://www.premiojabuti.com.br/5-finalistas/>).

O PPG-Cefor também buscou promover acessibilidade e diversificar as formas de visibilidade das ações desenvolvidas no âmbito do Programa. Parceria entre o Cefor e o Departamento de Taquigrafia da Câmara tem resultado na transcrição de palestras, facilitando assim o acesso ao conteúdo e mantendo o registro dos eventos em diferentes formatos. Em 2020, foram disponibilizados os textos das palestras “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais”, proferida por Adriano Codato (Aula Inaugural 1º/2020) e “Ciência, Aplicação e Divulgação”, conduzido pelo docente do MPPL André Sathler (Ampliar 2019) no site da Escola Virtual de Cidadania (<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/textos/>). Em paralelo, o canal no Youtube do Cefor (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>) passou por reformulação. Todos os vídeos relacionados a eventos do PPG-Cefor foram compilados em uma única playlist (https://www.youtube.com/playlist?list=PLmli_LQatmLd4B4D68FAOu01nTNTXgS3F). Em 2020, o canal do Cefor dobrou o número de inscritos (atualmente com mais de 2.600), atingiu 342 vídeos publicados e superou as 107.000 visualizações.

Também em 2020, o Cefor passou a utilizar a licença Creative Commons (CC) na modalidade 5: Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa) nos conteúdos disponibilizados no âmbito de atuação do Centro. A partir da adoção desta licença, é concedida permissão para que terceiros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor, bem como licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Dessa forma, além de proporcionar gerenciamento ágil e flexível de direitos autorais do material educacional produzido no Cefor, atua-se na democratização do conhecimento e na difusão da atividade do Legislativo, de maneira a contribuir para a valorização da democracia.

Docentes do Programa também têm atuado como parte do corpo de professores de programas do Cefor focados na formação política de estudantes de nível médio ou superior, bem como de professores da educação básica, dentre os quais se destacam o Parlamento Jovem Brasileiro, Estágio-Visita, Estágio Participação, Estágio Cidadão e o Programa Missão Pedagógica no Parlamento.

Os Estágios são destinados a estudantes universitários com objetivo de proporcionar aos participantes atividades que possibilitem o conhecimento teórico e prático sobre o Poder Legislativo Brasileiro e estimulem a participação democrática e cidadã. No quadriênio, o Cefor recebeu mais de 2.060 estudantes de graduação de diversas áreas do conhecimento. O Missão Pedagógica no Parlamento consiste em uma formação para educadores de escolas públicas, nos ensinos Fundamental e Médio, que desejam trabalhar temáticas como cidadania, política, democracia e Poder Legislativo em suas escolas. Anualmente, são oferecidas cerca de 400 vagas para o curso a distância “Educação para Democracia e o Parlamento”. Em etapa presencial, aproximadamente 60 professores participam de atividades na Câmara. Um exemplo do impacto social do Missão é a premiação Educador Nota 10 (edição 2020) recebida pelo professor de Geografia do 2º ano do Ensino Médio Diogo Jordão Silva, da rede estadual de educação do Rio de Janeiro (https://premioeducadornota10.org/wp-content/uploads/2020/07/Release_Campos-dos-Goytacazes-RJ.pdf). O Parlamento Jovem Brasileiro é dirigido a estudantes do Ensino Médio. O programa busca disseminar conhecimento sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados e propiciar aos jovens a

vivência do processo político e democrático. Mais especificamente, a experiência anual dos cerca de 78 Deputados Jovens, selecionados por estado, inclui elaboração de um projeto de lei durante uma Legislatura de cinco dias, em que simulam a jornada parlamentar na Câmara. Em 2020, passou a fazer parte do programa as aulas abertas a todos os estudantes escritos, selecionados ou não-selecionados: aulas sobre temas do Poder Legislativo no formato de lives, realizadas semanalmente e transmitidas ao vivo pelo canal da Escola Virtual de Cidadania no YouTube (https://www.youtube.com/playlist?list=PLysoTmRxzFnUn8EO3I_rNxTLKF4_cPE9b). Ao todo, foram 10 aulas com mais de 1500 visualizações acumuladas.

Histórico e contextualização do programa

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) foi instituído pelo Ato da Mesa 69, de 1997, na área de recursos humanos, como um espaço para treinamento, em molde adequado a servir de suporte básico à consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira dos servidores da Câmara dos Deputados.

Regulamentado pelo Ato da Mesa n. 41, de 2000, o Centro ganhou amplas competências para “planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos”. Isso permite a atuação tanto na oferta de cursos de formação alinhados ao desenvolvimento da carreira dos servidores, quanto na extensão de ações e objetivos com alcance à comunidade, incluindo a realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação. Atualmente, o Centro promove cursos, conferências e outras atividades educativas, presenciais e a distância, para cerca de 15 mil servidores da Câmara dos Deputados e para um público diversificado que inclui agentes políticos, servidores públicos de outros poderes, alunos de instituições de ensino superior e para toda a sociedade.

Em 2003, com o amadurecimento das atividades e o aumento da demanda por cursos de pós-graduação – que já incluíam dois cursos de especialização em gestão em convênio com a Universidade de Brasília (UnB) e um curso de Especialização em Gestão de Pessoas, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, o Cefor iniciou estudos para a criação de um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de imprimir uma abordagem mais acadêmica para o conhecimento produzido na Câmara dos Deputados. O processo foi concluído em 2004 e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro de 2005, quando o Programa de Pós-Graduação do Cefor teve seu credenciamento estabelecido pela Portaria 51 do MEC.

A partir do credenciamento, o Programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). A criação dos cursos foi seguida pelas novas instalações físicas do Cefor, em 2007: o Centro ganhou moderno e amplo espaço com condições apropriadas para atender às demandas previstas no processo de modernização, à época, decorrente do planejamento estratégico em curso na Câmara dos Deputados.

Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu seus Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), sob as diretrizes: estimular os servidores à reflexão sobre os trabalhos desenvolvidos na Câmara dos Deputados; diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para as questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; incentivar a realização de trabalhos em parceria com outras instituições visando à análise, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e das práticas desenvolvidas na Câmara dos Deputados; e, ainda, enriquecer as atividades de apoio e assessoramento parlamentar e aprimorar o desempenho dos servidores, por meio do conhecimento produzido no Programa de Pós-Graduação do Cefor.

De 2005 a 2020, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos de pós-graduação lato sensu e, atualmente, tem oito cursos próprios estruturados para oferta: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Especialização em Política e Representação Parlamentar, Especialização em

Legislativo e Políticas Públicas, Especialização em Gestão Pública Legislativa, Especialização em Parlamento e Direito, Especialização em Comunicação Política no Legislativo, e MBA em Governança Legislativa. Também são ofertados, desde a criação do Programa, cursos organizados com outros órgãos da Administração Pública Federal: Especialização em Orçamento Público, em parceria com Senado e TCU, nos anos de 2006, 2007 e 2011; Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental, em parceria com Senado e TCU, em 2009; Política e Representação Parlamentar, em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos anos de 2009 e 2011; Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, em parceria com Senado, TCU e com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), em 2018; Avaliação de Políticas Públicas, em parceria com Senado e TCU, em 2018. Em 2020, foi lançado edital para a próxima edição da Especialização em Orçamento Público em parceria com Senado, TCU, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Ministério da Defesa.

Os cursos atendem servidores do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, assessores parlamentares, servidores de órgãos que tenham acordo de cooperação com a Câmara e interessados externos selecionados em processo público. O corpo docente é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas revela a diversidade de assuntos tratados e a amplitude dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino. Nesses dezesseis anos, o PPG-Cefor, em sua modalidade lato sensu, ofereceu 28 turmas de cursos próprios, em parceria e contratados, com 793 alunos regulares.

Entre os cursos próprios, foram oferecidas as seguintes Especializações:

- Processo Legislativo (PL), com 6 turmas e 178 alunos;
- Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IPPL), com 4 turmas e 111 alunos;
- Política e Representação Parlamentar (PRP), com 2 turmas e 59 alunos;
- Legislativo e Políticas Públicas (LPP), com 1 turma e 30 alunos;
- Gestão Pública Legislativa (GPL), com 1 turma e 21 alunos;
- Parlamento e Direito (PD), com 2 turmas e 39 alunos;
- Comunicação Política no Legislativo (CPL), com 1 turma e 30 alunos;
- MBA em Governança Legislativa, com 2 turmas e 57 alunos.

Em parceria com outras instituições, foram lançadas as Especializações:

- Orçamento Público (OP), com 4 turmas e 100 alunos (o encerramento das matrículas da turma de 2020 só ocorrerá em 2021, portanto os alunos da quarta turma não foram contabilizados);
- Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG), com 1 turma e 33 alunos;
- Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, com 1 turma e 33 alunos;
- Avaliação de Políticas Públicas (APP), com 1 turma e 42 alunos.

O PPG-Cefor ofereceu, ainda, de forma contratada, as Especializações em:

- Psicodinâmica do Trabalho, com 1 turma e 25 alunos;
- Contabilidade Pública, com 1 turma e 30 alunos.

Em 2016, o Cefor recebeu visita da comissão avaliadora do MEC e, em 2017, o Centro foi reconhecido, por 8 (oito) anos, como escola de Governo para a oferta de cursos lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

A primeira ação de participação do PPG-Cefor em mecanismos de solidariedade como Minter e Dinter, no sentido de expandir o Programa de Pós-Graduação do Cefor para além dos cursos de especialização, aconteceu ao final de 2006, quando o Cefor estabeleceu parceria com o

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para a oferta dos cursos Mestrado Interinstitucional em Ciência Política (Minter), para vinte alunos, e Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), para dez alunos, todos já diplomados. Em 2014, nova turma de Dinter foi ofertada, resultando em 13 doutores titulados em 2019.

Nesse caminho, novembro de 2012, por meio da Portaria - MEC 1331, de 8/11/2012, publicada DOU nº 217 de 9/11/2012, Seção 1, pág 10, a Capes aprovou a criação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL), da Câmara dos Deputados, cujas aulas tiveram início no primeiro semestre de 2013. Em novembro de 2020, o MPPL chegou ao 100º aluno titulado, com um total de 103 mestres formados até o final de 2020. Em 2017, o Programa de Mestrado recebeu nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, referente a 2013-2016.

Oferta e Demanda de vagas

Número de vagas ofertadas no ano - Mestrado

30

Número de inscritos no ano - Mestrado

57

Número de aprovados no ano - Mestrado

19

Número de vagas ofertadas no ano - Doutorado

NA

Número de inscritos no ano - Doutorado

NA

Número de aprovados no ano - Doutorado

NA

Impacto do COVID nas ações do programa

O ano de 2020 trouxe novos desafios e oportunidades para o PPG-Cefor. A rápida condução das adaptações foram cruciais para que o Programa mantivesse o calendário acadêmico e a qualidade das atividades oferecidas. Notou-se, também, que as mudanças impostas pela pandemia da COVID-19 aceleraram as soluções de ensino a distância, ação já em andamento e prevista no Plano Estratégico 2017-2020. A seguir, alguns itens que merecem destaque:

ENSINO A DISTÂNCIA

A pandemia da Covid-19 desencadeou um processo acelerado de decisões e adaptações que impactaram imediatamente e mais intensamente a docência. Em 11/3, o Decreto 40.509, publicado em edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal, suspendeu as aulas em escolas públicas e privadas no DF. A Coordenação de Pós-Graduação do PPG-Cefor agiu rapidamente com o objetivo de encontrar soluções que atendessem às características do Programa e que pudessem ser mantidas ao longo do ano letivo. Em 12/3, a primeira aula no novo formato virtual aconteceu sem necessidade de interrupção do calendário acadêmico. Os docentes Cristiane Brum Bernardes e Cristiano Ferri de Faria ministraram aula da disciplina “Democracia Digital e Legislativo” na plataforma Zoom, inaugurando assim a modalidade de aulas síncronas a distância em 2020. Dessa forma, o MPPL manteve a programação definida para 2020 e garantiu a oferta de 21 disciplinas nos primeiro e segundo semestres letivos. De forma experimental, o docente Fabiano Peruzzo Schwartz inovou ao mesclar as aulas em videoconferência com videoaulas gravadas. A disciplina “Métodos Inferenciais em Pesquisas Legislativas”, cujo conteúdo se divide em exposição teórica e prática, ganhou material virtual com o objetivo de auxiliar o aprendizado dos discentes. A Linha de Aprendizado da disciplina está disponível de forma gratuita, tornando o conhecimento sobre conceitos estatísticos, com aplicações práticas do dia a dia e ensaios sobre o processo legislativo e a Ciência Política, aberto para a sociedade e pesquisadores interessados (acesso pelo link <https://fabiano.cf/mipl.html>).

A mudança das atividades de docência para o meio virtual também impactou a realização de bancas de Qualificação e Defesa do PPG-Cefor. Das 40 bancas realizadas em 2020, apenas quatro aconteceram de forma presencial. A partir da Portaria Capes 36/2020, a ágil reorganização dos procedimentos internos da Coordenação de Pós-Graduação permitiu que documentos, como atas e folhas de aprovação, e comunicações/orientações fossem encaminhados por meio digital (e-mail ou sistema de tramitação eletrônica de processos, e-Doc, da Câmara dos Deputados) aos participantes das bancas, tornando possível a realização das sessões pelas plataformas Zoom e Google Meet, com atenção a protocolos de segurança pré-estabelecidos. Em 13/04, o discente Rômulo de Sousa Mesquita inaugurou a sistemática de bancas virtuais com sua Qualificação. A primeira Defesa virtual foi da discente Wanessa Gabrielle Maia Cerqueira, no dia 8/5/2020. A nova sistemática também permitiu que participantes de outras cidades pudessem integrar mais facilmente as bancas, caso do Dr. Sérgio Soares Braga, docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e do Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), que atuaram como avaliadores dos trabalhos dos discentes Sandra Amaral de Sousa e Dhyego Marcus Cruz e Silva, respectivamente.

SELEÇÃO DE ALUNOS REGULARES

Outra necessidade de adaptação ao cenário da pandemia da Covid-19 que gerou inovação para o MPPL foi a seleção de alunos regulares. Com edital publicado em novembro de 2019 e ingresso previsto para agosto de 2020, a seleção foi suspensa em março e retomada em setembro de 2020 (conforme publicações disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder->

legislativo/processo-seletivo). Entre as modificações trazidas pela retificação do edital estava a realização das etapas de seleção em formato remoto. As etapas de prova discursiva foram feitas por meio da plataforma Eleve (ambiente de aprendizagem dos cursos a distância da Câmara dos Deputados – <http://eleve.camara.leg.br>) e a arguição oral foi realizada via Zoom. A decisão de manter a seleção utilizando os recursos materiais e humanos do Cefor gerou inovação, aprendizado de novas habilidades e sistemas, economia de gastos públicos e facilidade de acesso para os 49 candidatos com inscrição homologada. O resultado final da seleção foi divulgado no dia 11 de dezembro, com a convocação para matrícula de 19 alunos regulares para ingresso no primeiro semestre de 2021.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Visando constante aperfeiçoamento, integração com pesquisadores e troca de experiências para o corpo discente e docente, o PPG-Cefor manteve a oferta das atividades de extensão durante 2020 providenciando as devidas adaptações necessárias em razão do contexto de pandemia da COVID-19. O ano letivo teve início com a aula magna presencial “Políticos outsiders na Câmara dos Deputados: trajetórias de carreira e capitais sociais”, proferida pelo Prof. Dr. Adriano Codato, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Já em ambiente virtual, com transmissão ao vivo pelo canal do Cefor no Youtube, via plataforma StreamYard, a aula inaugural do segundo semestre letivo abordou o tema “Programas profissionais stricto sensu em Ciência Política: desafios ante os cenários nacional e internacional” e foi proferida pelo Prof. Dr. William de Sousa Moreira, docente da Escola de Guerra Naval (EGN) (aulas disponíveis no link <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/aulas-inaugurais-de-semestres-letivos>).

O Programa também manteve seu CICLO DE OFICINAS com edições online das oficinas “Normalização de Trabalhos Acadêmicos” e “Preenchimento de Currículo Lattes”. Considerando a necessidade de aprimoramento dos Trabalhos de Conclusão de Curso e a capacitação dos discentes para publicação de artigos científicos, também foram incorporadas novas temáticas com as oficinas “Unidades descritivas do trabalho científico: metadados e resumos” e “Ilustrações e tabelas em trabalhos acadêmicos: elaboração e apresentação”.

No âmbito do CICLO DE PALESTRAS e do evento AMPLIAR – encontro de alunos, professores e egressos do MPPL, o Programa aproveitou a popularização das lives para trazer as percepções de participantes que não poderiam participar presencialmente das atividades. A primeira experiência do Cefor de evento nessa modalidade foi realizada com os docentes do MPPL Cristiane Brum Bernardes e Cristiano Ferri de Faria, com o tema “Os Desafios do Parlamento Digital” (<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=wrMsQt0crTQ&t=210s>). O sucesso da iniciativa abriu as portas para os encontros seguintes. Assim, as transmissões ao vivo dos eventos “Mestrado Profissional: temáticas e metodologias adequadas contribuindo para a instituição e a sociedade”, “MPPL, os impactos em minha vida acadêmica e profissional” e “Parlamentos Americanos ao Vivo” cumpriram o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados ao contarem com a participação de discentes e egressos do MPPL na Suíça (Banco Mundial), em Portugal (Universidade de Lisboa) e no Brasil (integrando a Câmara dos Deputados e outras instituições, como Universidade de Brasília e Ministério da Economia). As experiências profissionais durante e após o mestrado foram compartilhadas pelos egressos, demonstrando o impacto do curso em suas trajetórias laborais e acadêmicas. As pesquisas produzidas, desde o detalhamento metodológico até os resultados finais entregues à Câmara dos Deputados com impactos reais e potenciais, foram outro tema relevante nos eventos. Ficou evidente a diversidade de temas, produtos e métodos que incorporam os estudos legislativos, foco do MPPL (eventos disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/eventos/palestras>).

De forma geral, a nova modalidade de eventos virtuais com transmissão ao vivo abriu a possibilidade de o PPG-Cefor impactar um público maior, trazer a participação de colaboradores impedidos de estarem presencialmente no Cefor e expandir as discussões sobre os estudos legislativos. Destaca-se, ainda, que a preocupação com a acessibilidade permaneceu em todos os eventos virtuais, que contaram com a participação de intérpretes de Libras. Ao total, os eventos realizados no âmbito do PPG-Cefor em 2020 já contam com público de mais de 1088 participantes (dados de dezembro de 2020), podendo crescer ao longo do tempo, já que continuam disponíveis no canal do YouTube do Cefor (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>).

Com o intuito de manter o alto nível de qualidade das Jornadas de Pesquisa e Extensão, a XI edição, prevista para ser realizada em 2020, foi transferida para 2021. O objetivo da mudança foi adquirir maior experiência na condução de eventos virtuais e adaptar os procedimentos de organização da Jornada, cujo calendário de atividades preenche dois dias de palestras e mesas de apresentação de trabalhos que ocorrem simultaneamente em diversas salas do Cefor.

AUTOAVALIAÇÃO

As transformações ocorridas em decorrência da pandemia da Covid-19 trouxeram novos elementos para a política de autoavaliação do PPG-Cefor. Em decorrência da adaptação das disciplinas do MPPL para a modalidade virtual, foi realizada pesquisa sobre a adoção do modelo com utilização da ferramenta Zoom ao final do primeiro semestre letivo de 2020. A pesquisa foi aplicada a três públicos: alunos que concluíram as disciplinas, professores das disciplinas e alunos desistentes após a adoção da modalidade a distância.

A participação foi francamente massiva (124 respostas - 94%). Um destaque relevante foi a classificação da experiência como positiva para 100% dos professores. Com base nos comentários livres registrados pelos respondentes, observou-se opiniões na direção de que a adoção do Zoom foi uma boa solução para o momento de emergência vivido em decorrência da pandemia. Além disso, alunos que concluíram as disciplinas e professores avaliaram o cumprimento dos objetivos das disciplinas de forma muito positiva, com média acima de 4 (escala Likert de 0 a 5), com os alunos reportando avaliação ainda mais favorável. Não houve registro de pontuações desfavoráveis (1 – Péssimo ou 2 – Ruim), ficando todas acima de 3 – Bom. Por fim, a principal dificuldade apontada foi a incompatibilidade de equipamentos próprios para acompanhar ou realizar as aulas a distância.

O relatório concluiu que há predisposição de alunos e professores para a adoção de um sistema híbrido, que pudesse aproveitar as vantagens de cada modalidade e superar as respectivas desvantagens. Todos os resultados estão disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Docentes e discentes do Programa contribuíram, por meio de atuação direta e em pesquisa, para a condução dos trabalhos do Poder Legislativo durante a pandemia da Covid-19.

Destacam-se as produções:

- Minuta da Resolução n. 14/2020 e Ato da Mesa n. 123/2020, tratando da Regulamentação do Sistema de Deliberação Remota da Câmara dos Deputados, elaborados pelo docente Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, Secretário-Geral da Mesa da Câmara;
- Relatórios técnicos “Recomendações sobre Medidas de Distanciamento Social (MDS) publicadas pelo Ministério da Saúde” e “Informes sobre a pandemia de COVID-19”, redigidos

pelo docente Fabio de Barros Correia Gomes, Consultor Legislativo – Área Saúde Pública e Sanitarismo;

- Parecer “Poderes dos presidentes das Comissões. Atos que podem ser praticados entre o fim da sessão legislativa e a posse dos novos membros, bem como na vigência do Sistema de Deliberação Remota”, elaborado pelo docente Júlio Roberto de Souza Pinto, Assessor Técnico-Jurídico da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados;

- Trabalhos “Distanciamento social e o achatamento das curvas de mortalidade por COVID-19: uma comparação entre o Brasil e epicentros da pandemia” e “Dados do preço do álcool em gel na COVID-19” (<https://github.com/Cefor/alcoolgel>), do docente Fabiano Peruzzo Schwartz, Diretor da Coordenação de Pós-Graduação da Câmara;

- Palestras “Parlamentos Digitais: o que muda com a adoção emergencial de plataformas online nos processos legislativos?” e “Isolamento social e os Desafios do Parlamento Brasileiro”, proferidas pela docente Cristiane Brum Bernardes.

- Assessoria realizada pelo discente/egresso Paulo Roberto Simão Bijos, titulado em junho de 2020, como Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, à Comissão Mista Especial do Congresso Nacional destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (CN-Covid-19).

Além desses exemplos específicos, inúmeros outros alunos e professores atuaram ativamente em suas funções como chefes de gabinete de Liderança, assessores técnicos, corpo administrativo da Casa, comunicadores, profissionais de saúde na condução das discussões e decisões sobre a pandemia da Covid-19 no Poder Legislativo brasileiro.

Outras Informações

EXTRATO LATTES

O Extrato Lattes, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado do Cefor, é uma ferramenta computacional aberta, de domínio público, com número de registro BR512020002538-2 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, cujo objetivo é acompanhar, de forma sistemática, a atuação de docentes, discentes e egressos em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio da geração periódica de extratos. Dessa forma, pretende-se subsidiar esses cursos com informações úteis para a boa gestão dos programas e capazes de atrair a atenção para os principais pontos da avaliação da Capes, a fim de que a devida atualização do Lattes e ações corretivas possam acontecer em tempo. O extrato Lattes também pode ser utilizado para acompanhamento da produção de discentes e egressos, conforme necessidade dos programas. Os códigos e orientações estão disponíveis em <https://github.com/Cefor/extratolattes>.

REVISTA E-LEGIS

Quanto às publicações, destaca-se a revista eletrônica E-Legis (<http://e-legis.camara.leg.br/> - ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008 sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação do Cefor, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. Atualmente classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), como a disponibilização dos artigos publicados a partir de 2017 em três idiomas (português, inglês e espanhol) e a aquisição do DOI (Digital Object Identifier), que é um identificador único atribuído a todos os artigos já publicados na revista, aumentando a visibilidade da Revista e do Programa. Em 2020, a revista eletrônica E-Legis alcançou seu 33º número, além de três edições especiais, chegando ao total de 279 artigos publicados e mais de 100 mil downloads acumulados.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Em 2020, a proposta da Coordenação de Pós-Graduação de criação do Programa de Iniciação Científica da Câmara dos Deputados (PIC) foi aprovada pela Diretoria-Geral da Casa. O PIC tem por diretriz fomentar o desenvolvimento do pensamento científico, com uso da investigação e pesquisa acadêmico-científica, desenvolvida por alunos de graduação junto a docentes do Programa de Mestrado. São objetivos específicos do PIC identificar e apoiar alunos de graduação com potencial para atuação em pesquisa, proporcionar o aprendizado de métodos e técnicas de pesquisa a estudantes de graduação, estimular e despertar a pesquisa científica no âmbito do PPG-Cefor, e contribuir para o fortalecimento das linhas de pesquisa institucionais do Programa. Os bolsistas receberão apoio para a aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa e acesso a livros e periódicos da Biblioteca da Câmara. Ao final da bolsa, deverão apresentar o resultado de seu trabalho na Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa ou eventos do gênero. A primeira seleção de projetos e bolsistas está prevista para acontecer em 2021 (Regulamento do PIC disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2020/portaria-307-30-novembro-2020-790884-publicacaooriginal-161923-cd-dg.html>).

CANAL DO CEFOR NO YOUTUBE

Como relatado nos itens anteriores, diversos eventos do PPG-Cefor estão disponíveis no canal do Cefor no Youtube (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>). No primeiro semestre de 2021, o Cefor passou a migrar seu conteúdo para um segundo canal: Escola da Câmara (<https://www.youtube.com/channel/UCFXSjINWXSBC4UI68FZouhQ>). Dessa forma, durante o ano de 2021, haverá mudança nos links divulgados, uma vez que o canal ceforcdvideos será descontinuado. A iniciativa tem intuito de unir os vídeos produzidos nos diversos âmbitos do Cefor em um só canal para aumentar a visibilidade e impacto social dos conteúdos. Atualmente, o canal Escola da Câmara conta com mais de 13 mil inscritos. Como ainda não é possível inserir os novos links no momento da submissão do Coleta 2020, uma vez que o trabalho está em andamento, contamos com a compreensão dos avaliadores para, caso não consigam acessar o link original informado no Coleta 2020, acessem o canal Escola da Câmara, onde todos os eventos estarão replicados.

PRODUÇÃO DE DISCENTES E EGRESSOS - ANEXOS DO ITEM 2.2

O levantamento da produção de discentes e egressos referente ao quadriênio foi extraído da Plataforma Sucupira após ajustes realizados no ano de 2020. Os dados estão compilados no arquivo “PPG-Cefor - produção de discentes e egressos”, anexado ao Coleta 2020. A produção contempla mais de 700 produtos técnico-tecnológicos e 29 artigos, 10 livros e 16 capítulos publicados. As estimativas dos índices solicitados no item 2.2 da Ficha de Avaliação foram efetuadas de acordo com os dados do referido anexo e consolidadas nos arquivos denominados “PPG-Cefor – Tabela ITEM 2.2 – Discentes e egressos - #####.pdf”, também anexados ao Coleta 2020.